

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 6 de Abril de 1995 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1113 • Director: Carlos Brito

Carvalhas no 2º Encontro do PCP sobre Reformados

REVALORIZAR AS PENSÕES E REFORMAS

Págs. 4 e 20

Agudiza-se a luta na Siderurgia Nacional

Centrais



Nota da Comissão Política Pág. 5

Manobras demagógicas combatem-se com a luta

PCP apresenta contas

Pág. 8

Diferenciar é preciso

• artigo de
Octávio Teixeira

Pág. 18

Encontro

O PCP e as mulheres trabalhadoras



Pág. 21

Colóquio em Vila Real

Agricultura e desenvolvimento regional

Pág. 7

Segurança dos cidadãos

PCP propõe medidas imediatas

Pág. 11



Deputados do PCP ouvem as queixas dos populares de Chelas sobre insegurança

RESUMO

29
Quarta-feira

O PCP apresenta na AR um projecto de lei que revoga a tabela de inaptidões para o acesso à carreira de inspectores do Trabalho ■ Mota Amaral afirma que «registou» a falta de atenção de Durão Barroso, por ter sido o último a saber que Portugal chegou a acordo com os EUA sobre a Base das Lages ■ O Governo decide suspender a segunda fase de privatização do BFE ■ No Haiti, a principal opositora do Presidente Jean-Bertrand Aristid é assassinada ■ Ancara defende a reabilitação internacional do Iraque, de modo a preencher o «vazio de autoridade» no norte do país ■ A Alemanha suspende a entrega de blindados à Turquia, enquanto a França confirma o fornecimento de helicópteros a Ancara ■ A guerrilha zapatista propõe negociações directas com o Governo mexicano.

30
Quinta-feira

O ministro da Defesa assume uma forte censura à actuação das chefias militares no afundamento do São Miguel ■ O líder da facção pró-Indonésia Lopes da Cruz anuncia que a reunião intertimorense foi adiada para Junho e Julho ■ O Supremo Tribunal espanhol decide que o vice-presidente do Governo deverá ser investigado ■ Realiza-se uma greve geral dos transportes em Paris ■ O Governo turco anuncia estar à procura de uma fórmula que lhe permita terminar a sua intervenção militar no norte do Iraque ■ John Major aceita as explicações do ministro do Orçamento, acusado de exportar ilegalmente armas para o Irão.

31
Sexta-feira

Os médicos paralisam em todo o país ■ O PSD «chumba» verbalmente um pedido de inquérito parlamentar do PCP sobre a carga policial sobre os vidreiros da Marinha Grande e um sobre eventuais irregularidades com subsídios comunitários e nacionais ■ Os trabalhadores da administração local protestam, em Lisboa, contra as medidas do Governo que acusam de ser «fortemente restritivas» para o poder local ■ O almirante Fuzeta da Ponte coloca o cargo de CEMGFA à disposição do Governo ■ Em conferência, a resistência timorense decide-se pela unidade diplomática no exterior ■ Representantes do Governo e da guerrilha guatemaltecos assinam, na Cidade do México, o acordo sobre os direitos dos indígenas do país ■ Uma intensa batalha diplomática entre a Alemanha e a Rússia mantém em suspenso a renovação do mandato da Forpronu na Croácia e na Krajina ■ No Haiti, os EUA transferem o comando da força de manutenção de paz para a ONU ■ A Síria recusa assinar o Tratado de Não Proliferação Nuclear, caso Israel se mantiver à margem deste.

1
Sábado

Em Lisboa, Carlos Carvalho acusa o PSD e o PS de fugirem ao debate pluralista ■ Realiza-se o II Encontro Nacional do PCP sobre os

Problemas dos Reformados, na Voz do Operário ■ O PCP organiza um encontro sobre «O PCP e as Mulheres Trabalhadoras» ■ É inaugurada a II Conferência sobre o Estado da Justiça, em Lisboa ■ Manifestantes curdos protestam, em Dusseldorf, contra a operação turca ■ A ONU anuncia mais um adiamento do referendo sobre a autodeterminação do Saara Ocidental ■ Os sérvios da Krajina consideram «inaceitável» o novo mandato da Forpronu ■ O chanceler austríaco dá a conhecer os nomes dos quatro novos ministros ■ O Presidente indonésio Suharto inicia uma visita à Alemanha.

2
Domingo

Carlos Carvalhas participa num colóquio, em Vila Real, sobre agricultura e desenvolvimento local e regional ■ Uma caravana percorre, com bandeiras pretas, as ruas de Setúbal, protestando contra a instalação de uma incineradora ■ O atleta português Domingos Castro vence a Maratona de Paris, enquanto Manuela Machado e António Pinto chegam em segundo e terceiro lugar, respectivamente, na Maratona de Londres ■ A comissão europeia das pescas acusa o Canadá de destruir bacalhau, peixe-espada, salmão e palmeira ■ Em Gaza, uma explosão provoca cinco mortos e trinta feridos.

3
Segunda-feira

O PCP apresenta um projecto de lei que atribui à AR a competência de aprovar as principais opções da Política de Segurança Interna ■ Uma comitiva de deputados do PCP visita Chelas e ouve as queixas dos populares sobre a insegurança ■ Os paramédicos do Serviço Nacional de Saúde entram em greve ■ O Governo aprova 45,9 milhões de contos para indemnizações compensatórias a empresas que prestam serviços públicos ■ A Marinha recua na identificação de Carmo Duro com os erros cometidos no afundamento do São Miguel ■ Um protesto pró-Timor-Leste, organizado pela Amnistia Internacional e pelos Verdes alemães, forçam o Presidente Suharto a cancelar uma parte da visita à Alemanha ■ A Assembleia Geral da UCCLA reúne-se, no Rio de Janeiro, tendo na agenda um pedido de adesão da Comunidade de Refugiados Timorenses ■ Cerca de 1200 pessoas têm de abandonar a ilha do Fogo, em Cabo Verde, devido a uma erupção vulcânica.

4
Terça-feira

A Indonésia reconhece formalmente a execução sumária de seis timorenses em Liquiçá ■ Guterres recebe a CAP no âmbito da audição para elaboração de um programa de governo ■ Comissão Política do CC do PCP, pela voz de José Casanova, critica o Governo e acusa o PSD de prosseguir numa política de caça ao voto ■ Tem início em Coimbra o II Congresso Nacional sobre a SIDA, sendo revelado que foram registados 130 novos casos em Portugal no primeiro trimestre deste ano.

A solidariedade em concreto

Merecem um destaque muito particular as iniciativas que o PCP está a promover no domínio da política social ou que a abordam como importante componente.

Queremos referir, entre outras, os Encontros sobre os problemas dos reformados e sobre as mulheres trabalhadoras, efectuados no passado fim-de-semana, a audição sobre a privatização da Portugal Telecom, efectuada a 27 de Março, e os projectos de lei apresentados, no mês passado, na Assembleia da República sobre medidas de protecção aos trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho e de doenças profissionais e o que garante aos trabalhadores o pagamento de salários em atraso.

As páginas do «Avante!», como mais uma vez acontece na presente edição, têm procurado reflectir todo o alcance político e social destas iniciativas, mas a sua importância justifica mais uma chamada de atenção.

Enquanto outros encham a boca com «as políticas de solidariedade», que ou são abstracta retórica ou puras medidas de caridade, o PCP avança com medidas concretas para travar a degradação e assegurar a melhoria das condições de vida do nosso povo, na concepção de que ela é inseparável de uma verdadeira política de desenvolvimento.

Observando o importante elenco de propostas e reivindicações apresentadas na resolução final do Encontro sobre os problemas dos reformados, nomeadamente «na área da economia ou rendimentos», fomos tentados a procurar o que sobre a matéria consta do chamado «contrato de legislatura» do PS.

Pois para nossa grande surpresa o extenso documento saído dos chamados «estados gerais» é praticamente omisso em matéria de política de pensões ou de reformas.

Na parte em que trata da «reforma do sistema de segurança social», enuncia o princípio do «crescimento moderado da despesa em prestações que obedecem à lógica do seguro social», mas por aí se fica.

Entretanto, na parte que dedica aos «idosos», no quadro da «luta contra a pobreza», releva sobretudo o «papel preponderante» que cabe «à família e à sociedade civil».

Já se sabia que o PSD e o Governo de Cavaco Silva sempre consideraram os problemas dos reformados do ângulo da caridade, é lamentável que o PS o

faça também.

Não podemos deixar de comparar esta evasiva atitude do PS com a clareza com que o Encontro do PCP preconizou, entre outras medidas: o princípio das pensões, suplementos e complementos, deverem ser aumentados anualmente, tendo em conta o valor da inflação e o crescimento da riqueza nacional; o princípio das pensões iguais ou inferiores ao salário mínimo nacional deverem ser ainda revalorizadas; a actualização de todas as pensões degradadas; a aplicação e pagamento do 14º mês a todos os reformados e pensionista que ainda não usufruam desse benefício; a revisão do actual cálculo das pensões e sua substituição pelo proposto pelo PCP no projecto de lei 593-V.

Enquanto outros encham a boca com «as políticas de solidariedade», que ou são abstracta retórica ou puras medidas de caridade, o PCP avança com medidas concretas para travar a degradação e assegurar a melhoria das condições de vida do nosso povo, na concepção de que ela é inseparável de uma verdadeira política de desenvolvimento.

E não se trata de reclamar de mais. É por esta via combativa e reivindicativa, incentivada pelo PCP, que se tem alcançado as melhorias verificadas nas pensões e reformas apesar dos governos e da política de direita.

Dir-se-á, no entanto, que não estamos a ser justos em relação ao PS que apresenta, pelo menos, uma medida concreta, a do chamado «rendimento mínimo garantido».

É verdade que é concreta e como tal praticamente única no «contrato de legislatura», neste domínio. É, além disso, copiada do PCP, que a apresentou, em 1993, na Assembleia da República, sob a forma de projecto de lei, com a designação de rendimento mínimo de subsistência.

Este não é o espaço adequado para detalhar o conteúdo de cada uma das iniciativas do PCP atrás enunciadas.

Não pode, porém, deixar de se fazer uma referência às propostas que os comunistas levaram à Assembleia da

República na matéria prevenção dos acidentes de trabalho, tornados pelo número e consequências uma dolorosa praga para a população laboriosa de mais baixos rendimentos.

Ao propor muito concretamente o alargamento da noção de acidente de trabalho, o aumento das pensões e indemnizações e especialmente o aumento das pensões por morte e o alargamento dos titulares do direito a essa pensão, o PCP dá uma contribuição de grande alcance para combater o laxismo com que operam certos empresários a quem sai mais barato pagar as actuais indemnizações do que tomar as medidas de prevenção adequadas.

Esta matéria dos acidentes de trabalho põe à prova qualquer política que se pretenda de solidariedade. Veremos como os outros partidos se comportam quando os projectos do PCP forem à votação.

Outra matéria de que não se pode alhear qualquer política que se reclame da solidariedade é a intolerável situação dos salários em atraso, que está a tomar de novo proporções alarmantes.

Reveste uma extraordinária oportunidade, o novo projecto de lei que o PCP apresentou, nesta matéria, visando designadamente dar garantias aos trabalhadores sobre o pagamento dos salários em atraso, sem necessidade de suspenderem o contrato e a prestação de trabalho, como agora acontece.

A absurda legislação vigente, em vez de garantia, funciona como um verdadeiro factor de intimidação para os trabalhadores e um autêntico prémio para os patrões prevaricadores e, por isso, não contraria mas favorece o alastramento da chaga dos salários em atraso.

Estas questões concretas escapam naturalmente a todos aqueles que no Governo ou na oposição invocam a solidariedade como mero expediente para a conquista de votos.

Estão, no entanto, vivamente presentes, nas posições e nas acções daqueles que pensam, como sintetizou Carlos Carvalhas no Encontro dos Reformados, que «o País necessita sim, da melhoria do nível de vida e do poder de compra da população, que é um importante elemento para relançar o consumo, a produção e o investimento e favorecer o crescimento económico e a criação de empregos.»

Pela solidariedade em concreto e pela efectiva solidariedade com situação e a luta dos trabalhadores passa a fronteira entre a esquerda e a direita, entre os que querem com o aparato de uma linguagem diferente prosseguir uma política semelhante à dos governos do PSD e os que querem uma nova política, uma viragem à esquerda na política nacional.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socorro Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socorro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7º-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!» — Av. Almirante Reis, 90, 7º-A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Limbó — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B L. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A, 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A, 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heka Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Contínente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00;

25 números: 3 487\$50

ESPAÑA

50 números: 13 300\$00

EUROPA

50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

A máquina da mentira

Justiça seja feita aos mais destacados «fazedores de opinião» do PSD.

É que, dia sim dia não, seja por falta de assunto seja porque decidiram difundir as orientações para as suas hostes através das suas colunas na imprensa, lá vão propiciando novas e indisfarçáveis indicações sobre a operação de dissimulação, endrominação e fuga às responsabilidades que estão arqui-tectando para as eleições legislativas.

Avaliando o que estão escrevendo pelo respectivo valor facial, dir-se-ia que a aproximação de eleições legislativas, e mais concretamente o medo da derrota eleitoral, desencaixam no PSD uma agitada revisão da matéria dada, um notável impulso autocrítico e um impetuoso empenho rectificador.

Mas avaliando o que vão debitando pelo que disseram e fizeram ao longo de anos e anos quando não estavam em vésperas de eleições, é forçoso concluir que a única coisa que a proximidade das eleições e o pavor da derrota faz crescer no PSD é a falta de escrúpulos, as capacidades de mistificação e as artes de enganar os eleitores.

O PSD conta anos e anos de governação comandada e inspirada por interesses de

classe muito restritos e manifestamente ritmada e afeiçoada aos ciclos e calendários eleitorais.

Mas vem agora António Pinto Leite escrever no último «Expresso» que, tendo em conta que «somos um povo que se desconcentra em competição, que se desmotiva com facilidade, que perde a confiança por pouca coisa, que adora ver a culpa morrer solteira» e que «os anos que seguem (...) exigem a grande revolução cultural de os portugueses se passarem a nivelar por cima e não por baixo», seria «essencial um Governo [do PSD pois então!] com condições para conduzir o processo histórico da viragem do milénio, com força para pensar na geração seguinte e não apenas na eleição seguinte».

O PSD e a sua maioria parlamentar contam anos e anos de estreita simbiose com a acção dos seus governos e de inexcedível contentamento com o seu papel de mera caixa de ressonância da política governativa e dos respectivos interesses e táticas.

Mas vem agora Pacheco Pereira, também no último «Expresso», doutrinar que «seria mortífero para o Grupo Parlamentar

do PSD e para o PSD/partido se resolvessem comportar-se com a mesma atitude, a mesma «aproximação» ao real, o mesmo discurso do Governo» e esclarecer que «a indignação perante o desemprego, a miséria, a injustiça tem de traduzir-se na reivindicação social-democrata da justiça social, do desenvolvimento, e a linguagem que a traduz só pode ser a da insatisfação».

Escusado será dizer que não há em tudo isto um grama de sinceridade e de seriedade mas apenas toneladas de cálculo eleitoralista e de ilusionismo político e quilómetros de verborreia «renovadora» que, em caso de vitória do PSD, rapidamente regressaria ao seu baú das coisas esquecidas.

É por isso que, sendo justa toda a indignação, e ainda mais alguma, com a suposta «máquina da verdade» com que a SIC prenuncia a veloz aproximação ao reino da barbárie televisiva, toda a atenção é pouca e todo o combate não será de mais à real máquina da mentira que o PSD já tem em marcha.

Entre outras coisas, para que a culpa do PSD não morra solteira.

■ Vitor Dias

Ou seja: votando na CDU

Quem não tenha outra informação de que a que lhe é fornecida pela comunicação social dominante, concluirá que em Portugal há três partidos políticos em intensa actividade e mais um partido político que, de vez em quando, leva por diante uma iniciativa, promove uma realização. Os três partidos «activíssimos» são o PSD, o PS e o CDS (que ocupam, estou em crer, para aí uns 99% do espaço e do tempo que a comunicação social dedica à actividade partidária). O partido «inactivo» por decreto dos órgãos de informação é, obviamente, o PCP.

Manuel Monteiro, o popular populista (que é a forma «moderna» de dizer fascista), tem sempre uma ou mais câmaras da TV, rádios e jornais vários atrás de si para onde quer que se desloque. Critica duramente a política do Governo... não por ela ser contrária aos interesses dos trabalhadores e do povo mas por considerar que ela é ainda pouco contrária a esses interesses.

Guterres fala. E as suas falas são ampla e minuciosamente difundidas por tudo quanto é órgão de informação. Esgota-se nos desafios (a Cavaco, a Nogueira, ao PSD) e ouvindo-o ficamos a saber que para ele o problema maior do país é o de saber o que é que Fernando Nogueira anda a fazer, por que não vai à Assembleia, por que não aceita o mano-a-mano.

Entretanto, Nogueira sorri e quando fala é para fingir que não teve nem tem nada a ver com a política de direita que conduziu o país à desastrosa situação em que se encontra. E Cavaco Silva, sorrindo também, prossegue essa política: acelera o processo de privatizações; fomenta e apoia o processo de concentração capitalista na área finan-

ceira e prossegue e acelera o plano de entrega de sectores estratégicos nacionais (como o das Telecomunicações) aos grandes grupos transnacionais; desenvolve uma política que conduz directamente ao aumento do desemprego, à violação dos direitos dos trabalhadores, ao agravamento da situação dos reformados, dos jovens, dos deficientes, ao aumento da pobreza, da insegurança, ou seja: prossegue persistentemente a política de direita.

Quanto à actividade do PCP, como acima referi, pouco se sabe. Não por ela não existir mas por ser silenciada. Aliás sem partidários ou jactâncias pode dizer-se, dizendo a verdade, que na realidade o PCP desenvolve mais actividade do que a soma das actividades dos outros três partidos. Só que é uma actividade singular. É uma actividade de combate frontal e determinado à política de direita, de desmascaramento fundamentado dos que a defendem e praticam ou dos que disfarçam o seu apoio através de ataques e desafios a quem a executa. Tudo isto torna mais premente a necessidade de, nas próximas eleições legislativas, não cometermos o erro de reduzir os nossos objectivos à derrota do PSD. O que é preciso derrotar, de facto, é a política de direita. O que coloca ao eleitorado de esquerda a necessidade de, com lucidez e coerência, saber dar eficácia ao seu voto, utilizando-o não apenas para construir uma «nova maioria» mas essencialmente para conquistar uma nova política; não apenas para derrotar o PSD mas essencialmente para derrotar o PSD e a política de direita. Ou seja: votando na CDU.

■ José Casanova

Um grande escândalo

A decisão do Ministro da Saúde, Paulo Mendo, ontem vinda a público, de entregar a gestão do Hospital Amadora-Sintra ao Grupo Mello (Império), constitui um escândalo de enormes proporções.

Em primeiro lugar, pelo facto da privatização da gestão desta importante e nova instituição de saúde, que se destina a servir meio milhão de habitantes, representar a institucionalização, num hospital público, de atendimentos diferenciados de 1ª e 2ª classes, este último obviamente destinado aos utentes do Serviço Nacional de Saúde.

Brada aos céus, depois, o facto do Ministro da Saúde ter decidido pagar ao grupo Mello (Império) uma verba anual, actualizável, de 7 milhões 808 mil contos, qualquer coisa como 21 mil e 500 contos por dia, pela gestão privada do Amadora-Sintra. Quantia que é superior em cerca de um milhão e 300 mil contos por ano ao montante necessário para assegurar a gestão da mesma unidade de saúde em regime público.

Que explicação vai o Governo do PSD/Cavaco Silva apresentar ao país? Ou será que «o homem da Império», para usar a imagem de marca, já se assenhoreou do Ministério da Saúde?

A cresce que nas condições estabelecidas pelo Governo para a privatização da gestão

do Amadora-Sintra foi inexplicavelmente «esquecida» qualquer cláusula relativa ao pagamento devido ao Estado, relativa à exploração lucrativa de instalações e equipamentos que envolvem um investimento público de cerca de vinte milhões de contos, nos últimos oito anos.

E há ainda a acrescentar, como se tudo não bastasse, o facto já denunciado e demonstrado pelo PCP, de viciação do programa do concurso pelo próprio Ministério da Saúde, ao prever na Portaria nº 704/94 uma modalidade de remuneração da entidade privada, que foi a adoptada, que não tem consagração legal na legislação aplicável ao caso, o Decreto-Lei nº 11/93. O que, a cumprir-se o Estado de Direito, é obviamente suficiente para ferir de nulidade legal o resultado do concurso.

Para além da indispensável denúncia da responsabilidade do Governo do PSD e da intensificação da linha de resistência à sua política, outro ponto existe cujo esclarecimento não pode deixar de ser feito.

É que a decisão privatizadora de Paulo Mendo foi indiscutivelmente animada pelo teor das inacreditáveis propostas sobre política de saúde apresentadas pelo PS nos seus Estados Gerais, e que se identificam em tudo o que é fundamental com a orientação neo-

liberal que o Governo do PSD tem vindo a seguir e até com as principais medidas que tem adoptado.

Para quem duvide, cite-se o revelador comentário que o próprio Ministro da Saúde, Paulo Mendo, escreveu há poucos dias no Jornal de Notícias, a respeito das propostas dos Estados Gerais do PS (*): «sem o mínimo pudor, sem me citarem, nem pedirem desculpa pelo atraso de anos com que chegamos ao mundo de 90, apresentam como programa a desenvolver no domínio da saúde uma versão mínima e envergonhada do programa do meu partido, do programa pelo qual me bato». E prossegue: (...) «desde a separação entre a função financiadora da função prestadora, desde a concepção da medicina familiar como pivô do sistema até à gestão dos estabelecimentos ser concessionada a entidades gestoras privadas, (...) tudo são ideias nossas (sic), apresentadas como constituindo, desde sempre, os pontos de vista e de acção do PS, sem arrependimento, sem pudor e sem explicações».

Confirma-se, também neste caso, que há uma Esquerda Necessária, o PCP, cujo reforço é decisivo para o futuro.

■ Edgar Correia

(*) «A saúde e os estados gerais do PS» - JN de 30.03.95

EX-JUGOSLÁVIA Primavera inquietante

Inquietantes factos recentes avolumam nuvens negras sobre a ex-Jugoslávia neste começo da Primavera: ofensiva muçulmana na Bósnia; modificação do estatuto da FORPRONU na Croácia; prosseguimento dos planos da NATO de intervenção militar; insistência na chantagem das sanções à Sérvia e Montenegro.

O cessar fogo que tem vigorado na Bósnia, mantido todo o Inverno apenas com incidentes menores, foi agora gravemente violado. As forças muçulmanas obedientes à fracção radical de Istzebovic lançaram uma violenta ofensiva contra os sérvios em várias frentes da Bósnia.

O próprio primeiro-ministro muçulmano confessou a sua decisão de quebrar as tréguas a fim de não deixar «congelar» o status quo... Como refere o Público (27 / 3 / 95), «as forças muçulmanas aproveitaram os meses de tréguas e reorganizaram-se, beneficiando de injeções maciças de armamento, nomeadamente na área de Tuzla. E fecharam o acesso de diversas partes do território sob o seu controlo aos observadores da ONU, a fim de manterem o segredo sobre os seus preparativos». E o DN de 28 constata: «Ao mesmo tempo que fazem planos de paz, os EUA fornecem armas aos muçulmanos, dão apoio logístico às ofensivas da Armija e concluem acordos de cooperação com a Croácia.» No período precedente a esta ofensiva, denúncias e protestos das forças da ONU sobre o corredor aéreo Croácia-Tuzla foram abafadas à força pelos chefes militares americanos da NATO. Estas práticas e esta ofensiva (violadoras de tudo quanto foi solenemente estabelecido) põem a descoberto os responsáveis primeiros da continuação da guerra na Bósnia.

Também o fascizante Tudjman lança a Croácia numa operação de extrema gravidade: reclama a saída da FORPRONU da Croácia, especialmente da região da Krajina, onde tinha a missão positivamente conseguida de manter a paz. Com o colaboracionismo alemão e americano, Tudjman consegue impor (como se de uma «cedência» sua se tratasse) duas alterações prenhes de perigosas consequências: as forças da ONU são reduzidas a metade e são desterradas para a fronteira entre a Krajina e a Bósnia. Fica assim desimpedida a fronteira ocidental da Krajina para o ataque croata. Ora os sérvios da «república autónoma da Krajina», que constituem 85% da população, irão decerto opor-se com toda a decisão à invasão das forças croatas, herdeiras confessas dos «ustachas» nazis que aí precisamente cometeram das piores chacinas na época da 2ª Guerra Mundial.

Apesar de ser geralmente admitido que uma eventual retirada da FORPRONU da ex-Jugoslávia é a pior das soluções (ou a solução do pior), pois levaria inevitavelmente a uma «reação em cadeia» que «podia criar a mais perigosa situação na Europa desde o fim da 2ª Guerra Mundial» (Newsweek, 20 / 3 / 95), a NATO continua a preparar os seus planos. E o Governo português disponibilizou 900 militares da Brigada Aerotransportada para colaborar nessa missão suicida - em vez de se opor politicamente com decisão a tal plano e se bater pela solução política pacífica da situação. A qual está virtualmente ao alcance da mão, desde que as potências estrangeiras deixem de se disfarçar de «bombeiros» e actuar como «pirómanos», desde que ajam efectivamente por um acordo equitativo que atenda os interesses legítimos de todas as populações.

Neste contexto, é uma rematada hipocrisia e, mais do que isso, um crime persistir em chantagear a Jugoslávia (Sérvia e Montenegro) com a manutenção de sanções que tanto penalizam o seu povo. Há muito que desapareceu o pretexto que «justificou» o estabelecimento dessas sanções, isto é, há anos já que o exército federal jugoslavo se retirou totalmente dos territórios da Croácia e da Bósnia. Entretanto, dúplices, as instâncias internacionais não «decretam» quaisquer sanções idênticas contra a Croácia cujo poderoso exército (armado especialmente pela Alemanha) tem declaradamente milhares de soldados regulares no território da Bósnia.

Poderão os governos daquelas potências que, do exterior, desencadearam e têm alimentado o conflito jugoslavo, tecendo um imbróglio sangrento de zonas de influência, regressar enfim à razão? Os povos da Europa podem e devem agir sobre os seus governos para alcançar a paz equitativa possível nesta martirizada região do nosso continente.

■ Carlos Aboim Inglez

Segurança no Bairro Alto e Bica

Uma delegação do PCP integrada pelo Deputado João Amaral, o vereador da CML, Vítor Costa, dirigentes do Partido na Zona Centro de Lisboa e os presidentes das Juntas do Sacramento e da AF das Mercês e ainda eleitos nos executivos das Juntas da Encarnação e S. Paulo, esteve reunida no passado dia 24 de Março com responsáveis da PSP da zona, nomeadamente o Comandante da 1ª divisão e o chefe da esquadra do Bairro Alto.

O encontro teve como objectivo manifestar a posição do PCP contrária ao encerramento da esquadra da PSP no Bairro Alto e pedir o reforço da segurança das populações locais.

A delegação realizou ainda uma visita àquelas zonas sendo acompanhada por dezenas de activistas da CDU. Durante toda a manhã foi distribuído um comunicado à população contra o encerramento da esquadra e apresentado o projecto sobre o reordenamento do trânsito na zona.

SAP de Moscavide fecha durante a noite

A Comissão de Freguesia dos Olivais do PCP condena o encerramento do SAP de Moscavide entre as zero e as 8 horas, decisão que prejudica a população local.

Os comunistas repudiam a visão mercantilista e lucrativa do sector da saúde, afirmando que, naquele horário, eram feitos 11 atendimentos em média por dia, custando isso cerca de 30 mil contos por ano.

Exigindo a reabertura do SAP de Moscavide, o PCP propõe que no mesmo horário funcione também o CATUS dos Olivais, como forma de «obviar as necessidades de saúde da população».

Cargos públicos e negócios

A Concelhia de Leiria do PCP alerta em comunicado para a «confusão reinante na Câmara Municipal entre a ocupação de cargos públicos e os negócios privados». Esta posição surge na sequência de uma notícia da imprensa regional sobre os fornecimentos de gás ao município, que estariam a ser feitos pela empresa de Francisco Rodrigues, vereador na autarquia. O PCP considera «oportuno e necessário o afastamento de funções» deste eleito que segundo a imprensa terá na deliberação de adjudicação do fornecimento, em proveito próprio.

Fafe viola direito de propaganda

Em Dezembro passado, a maioria PS na Câmara e Assembleia Municipal de Fafe aprovou um regulamento que proibia o trânsito e estacionamento de veículos em serviço de propaganda, distribuição de impressos e exibição de reclames sem autorização ou licença camarária. Impedidas eram ainda noutra artigo «manifestações públicas», «festividades civis ou religiosas» sem a autorização do presidente da Câmara. Desde logo os eleitos da CDU consideraram anticonstitucional tal norma e propuseram alterações, as quais foram ignoradas pelos socialistas. Sem outra alternativa, o PCP recorreu à Comissão Nacional de Eleições que, em sessão plenária do passado dia 14 de Março, dá razão aos comunistas e intima a Assembleia Municipal a proceder à alteração daquelas normas «em tempo útil, dado o calendário eleitoral que se avizinha».

Eleitos fazem balanço

Os eleitos da CDU na Câmara Municipal de Salvaterra de Magos divulgaram recentemente um balanço da actividade desenvolvida desde Janeiro de 94, naquela autarquia de presidência PS. Apesar de inúmeras iniciativas e contactos realizados no sentido de conhecer e encontrar soluções para os problemas da população, os eleitos queixam-se da tentativa de desvalorização da sua acção por parte do edil. Nomeadamente, afirmam que as suas propostas são constantemente recusadas, mas que mais tarde são seguidas e utilizadas pela maioria PS. Os autarcas da CDU reclamam o direito de serem informados e exigem acompanhar a tomada das decisões do município, condenando a arrogância e a propensão dos representantes dos PS.

Arganil em Assembleia

Os comunistas de Arganil realizaram, no passado dia 26 de Março, a sua 3ª Assembleia da Organização Concelhia, onde foi analisada a situação local e eleita a nova comissão concelhia.

Durante os trabalhos foram feitas críticas à gestão do PSD na Câmara, marcada pelo incumprimento das promessas eleitorais. Por outro lado os presentes recordaram igualmente o fracasso do anterior executivo do PS não só deixou a autarquia em dificuldades financeiras como não realizou nenhuma obra de vulto.

No mesmo dia, realizou-se um almoço de aniversário do Partido, em que participaram cerca de três dezenas de camaradas e onde esteve presente o camarada Jorge Gouveia Monteiro, do Secretariado da DORC e membro do Comité Central.

Administração Central em debate no Vitória

Com a presença de uma centena de pessoas, realizou-se no passado dia 23 de Março, no CT Vitória, um debate sobre o tema «Administração Pública Central: a que temos e a que precisamos».

A iniciativa foi organizada pelo Sector da Função Pública da ORL e inseriu-se no «Debate com o País».

O debate dividiu-se em três grandes temas: «As funções da Administração Pública Central no quadro do aparelho de Estado»; «A actual situação nos organismos da Administração Pública Central»; e «Os problemas dos Trabalhadores da Função Pública».

Estas matérias foram desenvolvidas por Luís Sá, da Comissão Política e deputado à AR, Paulo Trindade, jurista, dirigente da Federação dos Sindicatos da Função Pública e deputado à AR; e Carlos Mamede, coordenador da Federação dos Sindicatos da Função Pública.



Carvalhas no 2º Encontro Nacional do PCP sobre os Reformados

Pela revalorização das pensões e reformas

O secretário-geral do PCP esteve no passado sábado no 2º Encontro Nacional do PCP sobre os Problemas dos Reformados realizado nas instalações da Voz do Operário em Lisboa (ver página 20).

Discursando no encerramento da sessão, Carvalhas recordou que as pensões portuguesas são das mais baixas da Europa e defendeu o aumento intercalar das reformas e a sua revalorização. Da intervenção que proferiu deixamos aqui os principais extractos.

Nós entendemos que na actual situação é mais importante do que nunca fazer do progresso social um factor de avanço da civilização e um importantíssimo factor de eficiência económica.

A revalorização das pensões e reformas deve contribuir, tal como a elevação dos salários reais para o relançamento do consumo interno e portanto da produção. Em vez do aperto do cinto dos trabalhadores e dos reformados num pólo e no outro a concentração de riqueza, a ostentação e o favorecimento das fortunas alcançadas de um dia para o outro, o País necessita sim, da melhoria do nível de vida e do poder de compra da população, que é um importante elemento para relançar o consumo, a produção e o investimento e favorecer o crescimento económico e a criação de empregos.

É inaceitável que o Governo olhe para os reformados pelo ângulo da caridade ou que se continue a fechar os olhos aos milhares de trabalhadores cujas reformas antecipadas em benefício do grande capital, criou uma nova camada de excluídos: novos de mais para serem reformados e idosos de mais para encontrarem emprego na actual sociedade.

Para quem anda sempre a falar em apanhar o «pelotão da frente» e para quem quer ressuscitar a «teoria do oásis» é bom lembrar que as pensões dos reformados portugueses são das mais baixas da Europa, quer em termos percentuais, quer absolutos, que a média nacional das pensões do sistema de segurança social não ultrapassa os 28 contos/mês, que na Espanha, por exemplo, esse montante é de 78.000\$00 e que em França ultrapassa os 125.000\$00. Mas em contrapartida os trabalhadores portugueses são dos que mais descontam para a Segurança Social - 11%, contra, por exemplo, os 2,8% em Espanha, os 10% em França. E como se sabe a média europeia não ultrapassa os 6,5% ...

Impõe-se com urgência um aumento

intercalar das pensões e reformas e a sua revalorização. Esta situação é inaceitável. Por isso, numa altura em que se aproxima o período da pré-campanha eleitoral é importante que se recorde aos reformados as promessas do PSD e de Cavaco Silva, para que usem o seu voto como uma arma contra a demagogia e a hipocrisia e por uma real e efectiva mudança ...

É necessário recordar que o PSD e Cavaco Silva prometeram mais justiça social e o aumento continuado do poder de compra dos reformados com a diminuição das desigualdades sociais, que prometeram a recuperação das dívidas à Segurança Social, como área fundamental do financiamento do sistema e o que aconteceu foi uma perda do peso dos salários no Rendimento Nacional, o crescente aumento das dívidas à Segurança Social (mais de 1550 milhões de contos), a imposição de um mais gravoso cálculo de pensões e o aumento das reformas das mulheres de 62 para 65 anos!

Prometeu alargar a utilização dos passes sociais mas manteve as restrições e as discriminações...

Para as eleições legislativas deste ano os «sacos azuis», as promessas e as medidas eleitoralistas já estão em marcha, quer nas promessas, quer nas encenações e no «teatro político».

Face ao descrédito deste governo e à sua imagem arrogante e prepotente, Fernando Nogueira que está há 12 anos no Governo e que foi um dos principais responsáveis durante estes anos pela política do PSD, ensaia agora a imagem de dialogante, de apaziguador e, Cavaco Silva o do homem distante dos partidos, unicamente preocupado com o interesse nacional.

É a habitual encenação do PSD de se apresentar simultaneamente como Governo e oposição, como oposição a si mesmo, procurando dar a ideia de que os portugueses têm no PSD a própria alternativa ao Governo...

É necessário desmascarar a demagogia do

PSD, derrotar este Governo e a política de direita.

Portugal, os trabalhadores e os reformados necessitam de uma outra política, de uma política que assuma os valores e as ideias de esquerda. Esta perspectiva, está ao alcance do povo português no próximo acto eleitoral. (...)

A falsificação do quadro político

Depois das insistentes propostas de A. Guterres para debates televisivos só com Fernando Nogueira, veio agora este dizer que só aceita participar em debates com António Guterres, numa atitude de insolência que só o desqualifica.

De sinal em sinal, de palavra em palavra, o que ambos vão querendo instalar é uma falsa naturalidade de um tal debate limitado unicamente aos dois.

Pela nossa parte, queremos por isso deixar absolutamente claro que consideramos que essa fórmula representa uma falsificação do quadro político e partidário realmente existente no país e que ela, na melhor das hipóteses, pode corresponder ao interesse do PSD e do PS de empolarem as diferenças acessórias para escamotear da opinião pública as grandes convergências que há entre eles nas questões essenciais, mas não corresponde a uma confrontação de ideias e de propostas realmente pluralista e efectivamente esclarecedora.

É ainda caso para dizer que, nesta matéria, o Secretário-Geral do PS e o Presidente do PSD parecem coincidir numa triste ideia do que são as verdadeiras exigências do debate político, numa pobre concepção do que deve ser a vida democrática, numa indigna atitude de arrogância em relação às outras forças políticas.

Lutaremos firmemente para que, em matéria de debates televisivos entre responsáveis partidários, os portugueses tenham direito ao confronto em simultâneo das opiniões, posições e propostas das principais forças políticas.

É continuaremos a denunciar a hipocrisia do PSD e do PS que tanto falam da «aproximação dos deputados aos eleitores» e de novo se preparam, afinal, para abafar completamente os candidatos a deputados, transformando as eleições para a AR numas «eleições para Primeiro-Ministro» que só existem na cabeça dos dirigentes do PS e do PSD. (...)

CAMARADAS FALECIDOS

Manuel da Silva

Faleceu, no passado dia 24 de Março, Manuel Batista da Silva, de 62 anos. Estava reformado e era membro da Assembleia de Freguesia de Benfca.

Maria Gaspar

Faleceu, no passado dia 24 de Março, Maria da Graça Teixeira Gaspar, de 43 anos. Pertencia à célula da TAP e era dirigente do Sindicato Nacional do Pessoal de Voo da Aviação Civil.

António Mendonça

Faleceu recentemente António Nogueira Mendonça, da Organização de Freguesia de Recarei, concelho de Paredes. Contava 43 anos e era membro do Partido desde 1974.

Manuel Roque

Faleceu Manuel Joaquim Roque, de 70 anos de idade. Natural de Montemor-o-Novo, era militante do Partido desde 1946, tendo sido preso pela PIDE duas vezes (1947 e 1949).

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do "Avante!" manifesta sentidas condolências.

Nota da Comissão Política

Manobras demagógicas combatem-se com a luta

A Comissão Política apresentou em conferência de imprensa, realizada na passada terça-feira, as principais conclusões da análise da situação política nacional, destacando alguns dos seus aspectos mais relevantes e actuais.

1. A Comissão Política considera que as declarações e práticas recentes de Cavaco Silva e de Fernando Nogueira configuram uma manobra que comporta perigos evidentes que é necessário denunciar e combater.

De tais declarações e práticas ressalta o objectivo óbvio do PSD de colher um duplo benefício: o que resulta do aproveitamento da sua continuação no Governo - onde prossegue, e em várias áreas acelera, a política que conduziu o país à desastrosa situação em que se encontra; onde prossegue uma prática instrumentalizadora e de utilização do aparelho de Estado num processo de despojeada caça ao voto - e, simultaneamente, o benefício decorrente da postura demagógica e pretensamente renovadora do seu novo presidente, do seu distanciamento em relação aos malefícios da política de direita, da sua escandalosa autodesresponsabilização no que respeita aos aspectos mais nefastos da política do Governo no passado e no presente.

Trata-se de uma prática velha, várias vezes utilizada pelo PSD, que evidencia um total desrespeito pela inteligência e pela sensibilidade dos portugueses e portuguesas.

2. Num quadro em que se confirma o agravamento económico e social, particularmente no que se refere ao aumento do desemprego, ao ressurgimento dos salários em atraso, à política de baixos salários com o bloqueamento das negociações das convenções colectivas de trabalho aliado à tentativa de subversão do direito de contratação, particularmente por iniciativa das administrações nomeadas pelo Governo PSD, a Comissão Política alerta os trabalhadores e os desempregados para a manobra de diversão do Governo e da sua maioria parlamentar que, reconhecendo pela primeira vez o nível do desemprego, se preparam para iludir a situação e fugir às responsabilidades através de medidas avulsas que não atacam as causas nem resolvem o problema do desemprego.

O PCP manifesta o seu apoio solidário às lutas travadas pelos trabalhadores da Torralta, da Cabos d'Ávila, da Sorefame, da Dextra, dos Ferroviários e da Administração Local em defesa dos seus postos de trabalho, dos seus salários e dos seus direitos.

A luta dos trabalhadores obrigou o Governo do PSD a recuar particularmente nos conflitos da Torralta e Cabos d'Ávila. No entanto, a Comissão Política do PCP chama a atenção para o facto de o Governo, receoso da conflitualidade social, estar mais virado para o adiamento do que para a resolução dos problemas na linha da sua estratégia eleitoral.

A Comissão Política sublinha que o desenvolvimento e intensificação da luta dos trabalhadores constitui a mais decisiva e determinante arma no combate, quer à demagogia eleitoralista do Governo, quer à prossecução da política de direita.

3. A publicação do Decreto-Lei 55/94, de 29 de Janeiro, que estabelece limites ao recurso a obras por administração directa (proibindo a sua realização em obras de valor superior a 20 mil contos) é da maior gravidade.

Com efeito, é inaceitável que municípios apetrechados para realizar directamente obras com pessoal e máquinas tenham que entregar essas obras a empresas privadas por imposição governamental.

A execução desta imposição abusiva e que lesa o princípio constitucional da autonomia local corresponderia ao despedimento de muitos trabalhadores das autarquias locais; prejudicaria gravemente o desenvolvimento regional, penalizando de forma altamente gravosa as zonas do interior, já hoje sofrendo maiores dificuldades e problemas de desenvolvimento; implicaria a diminuição da capacidade de investimento das autarquias, porque as obras ficariam seguramente mais caras; afectaria a capacidade de captar e investir fundos comunitários.

O Decreto-Lei, aprovado antes de a Associação Nacional de Municípios Portugueses se poder sobre ele pronunciar (contra e por unanimidade), representa uma intolerável ingerência na autonomia de gestão dos municípios que vem comprovar mais uma vez o carácter centralista e autoritário do PSD e do seu Governo e a necessidade de uma nova política democrática, descentralizadora e de esquerda.

O Grupo Parlamentar do PCP chamou este Decreto-Lei à ratificação com vista a introduzir-lhe profundas alterações que atendam às preocupações de eleitos dos diferentes partidos e às preocupações dos trabalhadores das autarquias com o seu futuro e com a estabilidade dos postos de trabalho.

vistos e numa política de emigração restritiva e xenófoba.

Esta mini-Europa policial está a ser imposta à margem das instituições da Europa comunitária sem suficiente controlo democrático quer dos cidadãos quer dos próprios parlamentos nacionais.

A aprovação em Portugal da adesão à Convenção de Schengen votada na Assembleia da República com a oposição do PCP não foi precedida da informação e debate necessários e de uma análise mais profunda de todas as suas consequências.

5. A Comissão Política expressa o seu veemente protesto e indignação face à decisão do Governo de entregar aos grandes proprietários latifundiários mais de 60 milhões de contos como forma de "indenizações" pelas terras expropriadas pela Reforma Agrária a título de lucros cessantes por áreas que, na sua maior parte, estavam abandonadas ou subaproveitadas.

O PCP requereu, na Assembleia da República, a não ratificação deste escandaloso diploma legal. Todavia, com os votos contra do PSD e do CDS e a abstenção do PS, o requerimento do PCP foi reprovado.

Pelo PSD e pelo CDS, porque defendem uma política de concentração latifundista e de centralização da riqueza, enquanto a agricultura é atirada para a crise, as terras estão abandonadas, o desemprego se agrava aceleradamente, os rendimentos dos agricultores caem abruptamente. O voto do PSD e do CDS é o voto a favor de quem não produz e contra os que querem produzir.

A abstenção do PS tem igualmente um grave significado político. É que o PS, que no debate criticou o PSD por se ter atrasado no pagamento daquelas chorudas indemnizações, optou pela abstenção para camuflar os seus verdadeiros objectivos e o seu expresso desejo de serem dadas aos latifundiários as condições para mais rapidamente disporem dos montantes em causa e ainda maior margem de manobra na aplicação dos milhões de contos que vão receber.

É o voto envergonhado do PS na grande propriedade latifundista e contra a agricultura e a produção agrícola.

É o voto envergonhado do PS nos privilégios de uma minoria e contra os alentejanos e o desenvolvimento do Alentejo.

É a confirmação, mais uma vez e numa área de enorme importância, da convergência entre o PS e o PSD e da sua intervenção complementar na aplicação da política de direita.

O PCP persistirá na sua intervenção contra a concentração da terra e da riqueza nas mãos de um punhado de grandes latifundiários e na luta em defesa dos justos interesses e reivindicações dos agricultores e assalariados agrícolas do Alentejo.

O PCP persistirá na defesa da agricultura e do desenvolvimento da produção agrícola, contra a grande propriedade latifundista, alicerçada em subsídios e contra a inactividade produtiva, no Alentejo e em todo o País.

O PCP reafirma a sua opinião de que quem deverá ser indemnizado são os trabalhadores rurais e o povo alentejano pela exploração e opressão de que foram vítimas pelos senhores do latifúndio.



José Casanova apresentou aos jornalistas as conclusões da reunião da Comissão Política do PCP

4. A recente entrada em vigor dos Acordos de Schengen em sete países da Comunidade, incluindo Portugal, consubstancia mais um passo no caminho da construção de uma Europa concebida como um bloco político hegemónico, dominado pelos interesses económicos das grandes potências capitalistas.

A pretexto de maior liberdade de circulação das pessoas e dos perigos de uma maior insegurança está em marcha a implantação de um vasto e complexo mecanismo de vigilância generalizada, de limitação de liberdades, que conduz à criação de uma Europa fortaleza de muros erguidos relativamente ao resto do mundo.

A Convenção de Schengen trata de matéria relacionada com o alcance efectivo das liberdades individuais e tem já reflexos na articulação entre polícias, serviços de informação e ficheiros, na política comum de

Assembleia no Entroncamento

Realizou-se, no domingo, a Assembleia da Organização Concelhia do Entroncamento e da Célula dos Ferroviários.

Tal como referenciava o relatório de actividades apresentado pela Comissão Concelhia, foi difícil avançar para a realização da Assembleia e vencer resistências inerentes às dificuldades da organização, predominantemente marcada pelo sector ferroviário, que durante muitos anos constituiu o principal pólo de desenvolvimento do Entroncamento.

Foi com base nessa realidade que se avançou para a realização conjunta da Assembleia da Organização concelhia com a célula dos ferroviários, elegendo respectivamente a Comissão Concelhia e o Secretariado de Célula.

Da análise agora efectuada, concluiu-se que houve uma profunda mutação na população activa no Entroncamento, na última década, encontrando-se actualmente 80% distribuída pelo sector terciário, onde a influência do Partido é praticamente nula.

Entre as medidas aprovadas no âmbito da actividade do Partido, conta-se o reforço da Comissão Concelhia, o alargamento da

influência do Partido para além do sector ferroviário, procurando ter maior intervenção em todas as áreas da vida do Concelho. O recrutamento direccionado constitui medida necessária e urgente quer a essa intervenção quer ao rejuvenescimento da Organização.

Da discussão acerca da política desenvol-

material e à degradação do serviço prestado; que a lógica do lucro se sobrepôs ao dever do Estado de assegurar um serviço social tão importante como é o transporte ferroviário; que esta política tem merecido a contestação da esmagadora maioria dos trabalhadores ferroviários e das suas estruturas representativas, bem como da célula do PCP no Entroncamento.

A encerrar a Assembleia, o camarada Jerónimo de Sousa, sintetizando a discussão havida durante a Assembleia, referiu a brutal ofensiva do capitalismo à escala internacional contra o mundo do trabalho, e a importância das próximas eleições legislativas para a derrota da política de direita, bem como a necessidade de reforço do PCP, como garante da alternativa política que sal-

vaguarde os direitos dos trabalhadores, tanto mais que as propostas do PS, não se diferenciam da política protagonizada pelo PSD.

Após o encerramento da Assembleia, seguiu-se um almoço comemorativo dos 74 anos do PCP, num restaurante da cidade, com a participação de dezenas de camaradas e amigos.



vida pelo Governo PSD, para o Caminho-de-Ferro, conclui-se que em nome da «reconversão e modernização» assistiu-se ao desmembramento da CP em várias empresas, à redução de mais de 5000 postos de trabalho, encerramento de mais de 1000 km de via e de 300 estações, de redução de grande número de circulações, levando populações ao isolamento, à degradação dos parques de

DORV anuncia encontro regional

A Direcção da Organização Regional de Viseu do PCP apreciou, no passado domingo, a actividade partidária e a situação social no distrito, destacando a eleição da nova comissão concelhia de Lamego, já em pleno funcionamento, e o êxito das comemorações do 74º aniversário do Partido. Os comunistas decidiram marcar a realização de um encontro regional da CDU, no dia 3 de Junho, em que se traçarão as linhas da pré-campanha e da campanha eleitoral e onde se divulgará a lista da CDU candidata pelo círculo eleitoral de Viseu.

A regional manifestou grande preocupação com o ressurgimento de salários em atraso, com particular destaque na construção civil e madeiras, num momento em que se agrava a situação de muitas empresas e sectores.

Na reunião foram também abordados os problemas na saúde e educação, e as dificuldades de funcionamento de vários serviços públicos, bem como a falta de interesse das estruturas do PS de discutir os problemas regionais, mostrando-se apenas empenhadas num «eleitoralismo enchemado».

Solidariedade com a luta dos fruticultores

O Organismo para o Trabalho Camponês da DORV do PCP divulgou uma nota manifestando solidariedade com a luta dos agricultores e fruticultores da região de Távora, fortemente prejudicados com as geadas tardias do ano passado. Mobilizados pelas associações de fruticultores da Beira Távora, os agricultores pretendem do Governo a revisão dos subsídios de colheita e créditos bonificados, a renegociação de dívidas à banca, meno-

res custos para os factores de produção e condições favoráveis nos seguros. O próprio ministro da Agricultura prometeu medidas de compensação perante representantes dos fruticultores; contudo, a situação mantém-se.

O organismo afirma ainda que «as consequências económicas e sociais desta situação são muito graves para os concelhos da zona. Além de atingirem directamente os agricultores, determinam a diminuição da utilização de mão-de-obra na agricultura e a consequente quebra do poder de compra, com repercussões directas no comércio.»

DORC elege organismos executivos

A Direcção Regional de Coimbra do PCP reuniu pela primeira vez na passada sexta-feira, após a sua eleição na 3ª Assembleia de Organização.

A nova equipa dirigente aprovou medidas para o reforço da intervenção do Partido e elegeu por unanimidade os seus organismos executivos (executivo e secretariado).

Foi também aprovado um plano de trabalho para os próximos meses, onde sobressai a continuação das comemorações do aniversário do Partido durante o mês em curso, e entre os próximos dias 20 e 30, a realização de contactos com a população.

Para além da participação activa nas comemorações do 25 de Abril, a DORC anuncia a realização de um Encontro Distrital da CDU, em Maio, para debater as principais linhas políticas de intervenção na próxima campanha eleitoral.

A regional de Coimbra conclui que a recente visita de três ministros à zona de Coimbra, num só dia, comprova de novo a justeza da exigência feita pelo PCP de dissolução da Assembleia da República, demissão do Governo e antecipação das eleições legislativas.

Rectificação

No passado número, na notícia sobre o falecimento de Carlos Arrojado, dissemos que este camarada tinha sido presidente da Comissão Concelhia da Vila Franca de Xira. De facto, Carlos Arrojado integrava esta concelhia desde 1976, mas o cargo de presidente ocupou-o na Assembleia Municipal da VF de Xira, no mandato entre 1989 e 1993. Tratou-se, com efeito, de um lapso, até porque o cargo de presidente não existe nas estruturas concelhias do Partido.

Viseu quer Universidade Pública

Por iniciativa do Organismo dos professores de Viseu, a DORV realizou, no passado domingo, no Hotel Onix, um debate subordinado ao tema «Uma nova política educativa para o País».

Neste debate, em que participaram, como oradores convidados os camaradas Sérgio Teixeira, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, e Rogério Fernandes, docente e investigador na Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da Universidade de Lisboa, intervieram também professores, pais e estudantes, membros do PCP e da JCP e amigos do Partido.

Com a coordenação de Francisco Almeida, o debate iniciou-se com um balanço geral da educação na região de Viseu, por Manuel Rodrigues, a que se seguiu a intervenção de Rogério Fernandes, que apontou os principais problemas da educação em Portugal, os malefícios da actual política do Governo para o sector e perspectivas ideias e propostas dos Comunistas, salientando que o «Debate com o País para uma nova política», recentemente encerrado, veio demonstrar como essas ideias e propostas são partilhadas por largas faixas de professores e outros agentes educativos exteriores ao Partido.

Questão central levantada no debate foi, mais uma vez, a exigência da criação de uma Universidade Pública em Viseu para responder às necessidades de milhares de jovens da região que actualmente se vêem obrigados, a deslocarem-se para outras cidades com Universidade (Aveiro, Covilhã, Vila Real, Braga, Coimbra).

A encerrar os trabalhos, Sérgio Teixeira evidenciou o facto de parte importante da comunicação social veicular ideias como a competição, o individualismo, a política do «salve-se quem puder», influido negativamente na juventude, salientando ainda que o País precisa de uma nova política para a educação e de uma nova política democrática e que o PS não oferece nenhuma garantia de ser capaz de realizar essa política, sendo necessário o reforço das posições do PCP e da CDU como condição essencial para o exercício de uma nova política efectivamente democrática.

PCP reforça organização nos Açores

José Decq Mota, coordenador do PCP/Açores, apresentou recentemente, em conferência de imprensa, as conclusões da direcção regional reunida pela primeira vez após o 5º Congresso da organização.

O dirigente comunista realçou um conjunto de medidas com vista ao crescimento e a um melhor funcionamento do Partido da região autónoma. Nomeadamente, referiu a criação no seio da DORAA de comissões permanentes de coordenação e acompanhamento do trabalho parlamentar, da luta dos trabalhadores, da acção no poder local e na política juvenil e ligação à juventude.

Da análise dos problemas regionais, a nova direcção manifestou preocupação com os despedimentos na Base das Lages, onde, no início de Março, 155 trabalhadores perderam o emprego. Os comunistas insurgem-se contra os despedimentos e exigem que o acordo laboral a assinar reconheça explicitamente a prevalência da lei portuguesa na regulação das relações laborais de trabalhadores portugueses com as Forças Militares dos EUA, as quais, recorda a DORAA, continuam a utilizar a Base ao abrigo de acordos que já terminaram a sua vigência em 1991.

Entretanto, a contínua degradação da situação das empresas motiva grandes apreensões, abrangendo unidades de diversos sectores, designadamente na construção civil, madeiras, metalomecânica, hotelaria e comércio a retalho.

Os comunistas chamam a atenção para a onda de despedimentos e de salários em atraso que atinge proporções alarmantes com graves consequências sociais. Admitindo que as causas desta situação são diversas e complexas, que vão desde má gestão e descapitalização ilegítima, passando por situações de má avaliação de projectos, até à concessão de incentivos desadequados, o PCP verifica que o pano de fundo a todos os casos prende-se com a existência de elevados custos financeiros inadequados à economia insular.

Aliás, acrescenta, o actual agravamento de casos de insolvência está directamente ligado com a súbita aceleração do processo de privatização do Banco Comercial dos Açores, processo que determinou o abandono de um maior número de soluções negociadas.

Para o PCP/Açores, a debilitação económica e o agravamento da situação social exige que o conjunto da sociedade desenvolva uma actuação firme na defesa do direito ao trabalho e na contenção do processo de destruição de pequenas e médias empresas.



Prelos da Liberdade

Encerrou, na passada sexta-feira, a exposição «Sementes de Abril, os Prelos da Liberdade», que desde 18 de Março esteve presente nos Antigos Paços do Concelho, situados na Praça da República, ex-libris da cidade de Viana do Castelo.

A exposição foi inaugurada com uma visita dirigida pelo camarada Costa Feijão, do Gabinete de Estudos Sociais do PCP, que de forma clara e desenvolvida «guiou» os visitantes ao longo dos 48 anos do fascismo e dos primeiros anos de vida do PCP.

A exposição teve impacto na cidade de Viana, tendo sido visitada por muitas dezenas de pessoas que a apreciaram.

Colóquio em Vila Real

Agricultura e desenvolvimento regional

Agricultura, desenvolvimento local e regional foi o tema de um colóquio realizado no passado domingo, em Vila Real, por iniciativa conjunta da DORBA e DORVIR do PCP.

Com a participação de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, e Agostinho Lopes, membro da Comissão Política, a sessão foi presidida por Virgílio Alves, professor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, tendo contado com a presença de Belo Moreira, professor do Instituto Superior de Agronomia, Carlos Silva, professor na Universidade do Minho, silvicultora Maria do Loreto, engenheira investigadora na Escola Superior Agrária de Bragança, e Oliveira Batista, professor do Instituto Superior de Agronomia.

Perante uma assistência de cerca de centena e meia de pessoas, os trabalhos foram abertos por Virgílio Alves, que deu a palavra a Agostinho Lopes para uma intervenção de fundo.

Este dirigente comunista, começou por lembrar o conjunto de iniciativas que, desde 1983, o PCP tem vindo a promover sobre os problemas de Trás os Montes e Alto Douro.

Passando para a análise de questões concretas, que designou como «a fotografia e os números», Agostinho Lopes referiu a agonia da agricultura e o desaparecimento da pouca indústria que existia, a liquidação de serviços públicos, o encerramento de vias ferroviárias e a extinção de matadouros.

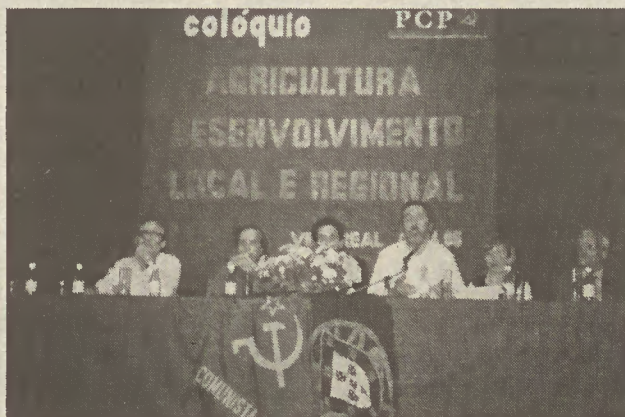
Como consequência, a região perdeu 14 por cento da população e a que resta está envelhecida, como prova a baixa de

ingressos no 1º nível de escolaridade - menos 35 por cento em Bragança.

A melhoria dos acessos rodoviários, a instalação da Universidade em Vila Real e de uma Escola Superior Agrária em Bragança, e algumas melhorias ao nível das instalações hospitalares, apesar de constituírem aspectos positivos, não são suficientes para «inverter o retrato e sobretudo para travar o processo em curso de desertificação e *deseconomização*», concluiu Agostinho Lopes.

A análise da realidade regional, acrescentou, é prejudicada por «uma abordagem estatística que parte da mentira estatística da média». É que, explicou, «integrado numa região Norte (invenção do PSD), Trás-os-Montes e Alto Douro vêm os seus índices ampliados pela força económica da Área Metropolitana do Porto e faixa industrial do vale do Ave». Esta situação reflecte-se negativamente nas orientações orçamentais e na distribuição dos fundos comunitários.

Procurando as verdadeiras explicações do desenvolvimento desigual e da acentuação das assimetrias, o dirigente comunista elegeu duas causas «que se articulam e reforçam mutuamente»: por um lado, o sistema capitalista, por outro, as políticas de direita prosseguidas por sucessivos governos após 1975, a que se acrescenta o enquadramento comunitário desde 1986.



Já a concluir a sua intervenção, Agostinho Lopes expôs algumas linhas de força de uma política socioeconómica para resolver os problemas da região, salientando que a agricultura deve ser um eixo essencial da actividade produtiva e económica, devendo no entanto ser promovidos outros sectores produtivos, bem como serviços sociais e o turismo. Frisando que para um desenvolvimento regional integrado são indispensáveis a democracia e participação, aquele dirigente comunista não esqueceu a regionalização, a qual deve ser vista como «um vector de relevante importância».

No uso da palavra, seguiu-se o professor Carlos Silva que, entre outros aspectos, abordou numa perspectiva histórica e sociológica a situação dos camponeses na sociedade portuguesa dos nossos dias.

Deve-se nomeadamente na apreciação da expressão política das posições dominantes entre os camponeses, concluindo que não são por natureza conservadores; explicou as tradições históricas da luta pela terra e exemplificou com a revolução de Maria da Fonte, colocando a

tónica na necessidade de denunciar as «redes clientelares» que tolhem a evolução das posições políticas dos camponeses. Finalmente apelou ao voto na CDU e fundamentou a necessidade do seu reforço eleitoral.

Interveio depois o dr. Belo Moreira que abordou vários aspectos da situação da agricultura portuguesa, designadamente os problemas da comercialização e de imposição dos preços de mercado pelos complexos agro-industriais e pelas redes de distribuição grossista com efeitos desastrosos para a agricultura nacional.

O dr. Oliveira Batista viria a analisar as políticas para a agricultura das diversas forças partidárias, referindo várias semelhanças entre os projectos do PS e do PSD, nomeadamente a primazia total do mercado como instrumento de regulação. Concluiu, mais adiante, realçando as propostas do PCP em defesa da produção agrícola nacional.

Depois de um período de debate, em que foram evocadas matérias como os fundos comunitários, os problemas do emparcelamento, baldios e seguros agrícolas, foi dada a palavra ao secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

Na sua breve intervenção, Carvalhas considerando que a região não está condenada ao atraso, desertificação e envelhecimento, denunciou as políticas de direita responsáveis pela actual situação e referiu as propostas do PCP sempre na defesa dos interesses dos agricultores.

O líder comunista repudiou a lógica do mercado em que «o peixe grande come o peixe miúdo» e defendeu a indispensabilidade de uma nova política para fazer face à situação existente.

Nesta viragem política, a regionalização é «um vector indispensável para o desenvolvimento», embora por si só não possa resolver os problemas da agricultura e dos agricultores.

Valorizando a actividade do Grupo Parlamentar do PCP na AR que sempre traduziu os interesses dos agricultores, em contraste com os eleitos de outras forças políticas, o secretário-geral apelou ao desenvolvimento da luta dos agricultores e ao apoio eleitoral ao PCP e à CDU, como «uma forma mais segura de dar voz aos que não têm voz e de defender o desenvolvimento regional de Trás-os-Montes».

Desemprego dispara em Viana

A taxa de desemprego no distrito de Viana do Castelo atinge 19 por cento da população, ou seja, a segunda mais alta do país, tendo tendência para aumentar, alertou o Conselho Regional da Direcção da Organização do PCP, reunido no passado dia 25 de Março para analisar a situação política local e nacional e aprovar linhas de trabalho para os próximos meses.

O disparo em flecha dos números do desemprego atinge em especial as mulheres e o nível etário entre os 40 e 60 anos, o que reduz a possibilidade de acesso a novos empregos, criando novas bolsas de pobreza.

Ainda sobre a situação laboral, os comunistas de Viana denunciaram a escalada da repressão em várias empresas, ao mesmo tempo que constatarem a ineficácia da Inspeção do Trabalho.

No exame dos problemas distritais foram expressas preocupações ambientais com os projectos dos aterros sanitários do Vale do Lima e de S. Pedro da Torre (Valença), e ainda em relação à lixeira de Arcos de Valdevez, situada a 100 metros do rio.

Na área do ensino, o Conselho apontou a progressiva degradação de vários estabelecimentos, em particular, da escola preparatória António Feijó, de Ponte de Lima, da Escola C+S de Caminha e da Escola preparatória de Vila Prata de Ancora, que pode ruir. A política do Ministério da Educação é ainda criticada devido à não abertura de diversos jardins de infância cujos edifícios se encontram concluídos e aptos a funcionar.

Por outro lado, o Conselho Regional considerou «inaceitável que o Governo não tenha disponibilizado as verbas necessárias para a entrada em funcionamento do *ferry-boat* de Caminha e que continue a ignorar e a fazer tábua rasa das legítimas aspirações dos pescadores de Castelo de Neiva e de Vila Praia de Ancora quanto à construção dos respectivos portinhos de abrigo».

Bragança

A situação social no distrito de Bragança continua a agravar-se, concluiu a DORBA do PCP, chamando a atenção para o despedimento de 40 trabalhadores na FARM, em Vila Flor, e para o drama dos salários em atraso, abrangendo cerca de 160 pessoas da Grunig. Os funcionários públicos são, por sua vez, atingidos pelas listas de disponíveis, nomeadamente no Instituto Florestal e na Segurança Social.

O panorama na agricultura é igualmente preocupante, traduzindo-se na queda de mais de 30 por cento do rendimento, em relação a 1987 e na baixa drástica da produção. Segundo o PCP, «os agricultores pagaram mais juros do que receberam em subsídios» e as medidas de apoio anunciadas pela Direcção Regional da Agricultura de Trás-os-Montes «não vão, no essencial, alterar a situação».

A DORBA refere ainda as «graves irregularidades, no distrito de Bragança e Vila Real» no âmbito da política florestal, denunciadas recentemente pelo PCP na Assembleia da República, onde foi requerida a constituição de uma Comissão de Inquérito Parlamentar.

Peniche perde PSP

A esquadra da PSP de Peniche faz parte de uma lista de encerramentos previstos pelo Ministério da Administração Interna, segundo afirma em comunicado a Concelhia local do PCP, manifestando «o seu profundo desacordo» com esta medida.

Sublinhando que os autarcas da CDU no executivo e Assembleia municipais têm defendido consequentemente a manutenção da PSP no concelho, os comunistas afirmam a necessidade de aproximar a polícia das populações, abrindo novas esquadras e postos, com meios suficientes e eficazes. Como forma de dinamizar a intervenção das populações, das comunidades e autarquias na discussão dos problemas de segurança, o PCP propõe a criação de um Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos.

Avis prepara assembleia

A Concelhia de Avis tem marcada para o próximo sábado a sua 4ª assembleia de organização, que decorrerá sob o lema «Organizar para Reforçar o PCP», e conta com a participação de José Casanova, membro da Comissão Política.

Os comunistas de Avis fazem um balanço positivo das iniciativas promovidas nos últimos meses, com destaque para as comemorações do aniversário do Partido, designadamente em Benavila, Ervedal, Avis e Alcórrego, que juntaram cerca de 300 militantes e simpatizantes. De salientar ainda o almoço-convívio com a presença de António Dias Lourenço, membro do Comité Central, realizado no passado sábado, em que estiveram 200 pessoas.

IP3 contestado

O traçado do IP3 continua a provocar contestação por parte das populações. Desta vez está em causa o troço a construir entre Santa Eulália e o Meco, que segundo a concelhia de Montemor-o-Velho «destrói totalmente a mata da Gardoa e altera profundamente o relevo e a paisagem da Serra de Montemor». Será atingida violentamente zona húmida do Paul do Taipal, que poderá transformar-se num deserto, assim como são afectadas várias nascentes de água nomeadamente no Barril e Azehna Derrubada, importantes fontes de abastecimentos público.

Os comunistas sublinham que está em perigo o próprio abastecimento geral de água ao concelho de Montemor-o-Velho já que ficam ameaçados os fluxos naturais das captações do Olho Quente e do poço de recurso, cujas condutas são atravessadas pelo IP3. Mas não só são violadas as distâncias do traçado a estas infra-estruturas como se ignoram os efeitos da obra sobre a estação de bombagem e depósitos de água (Reservatório do Casal Raposo e da Torre), cujos acessos são cortados.

O PCP apela à luta pela alteração do traçado de forma a salvar o Paul do Taipal, reivindicando a sua classificação como reserva natural, assim como exige garantias para manter o sistema de abastecimento de água ao concelho pelos furos da Fonte Quente.

Algarve em crise

A Direcção Regional do Algarve do PCP, reunida no passado sábado, concluiu que «continua a agravar-se a crise que atravessa a economia regional e que atinge hoje praticamente todos os sectores económicos».

Em resultado da política de direita e da grave crise económica, continua a agravar-se a situação social. O número de desempregados atingiu no Algarve os níveis mais elevados dos últimos 10 anos. Em finais de Janeiro estavam já registados 17 327 desempregados, o que representa 11,7% da população activa, atingindo os 15% e 16% nalguns concelhos. Generaliza-se o trabalho precário e sem direitos, mantêm-se as situações de salários em atraso e a perda de regalias pelos trabalhadores.

Os serviços de saúde e o ensino continuam a degradar-se, aumentam a toxicodependência e o narcotráfico, a marginalidade e insegurança dos cidadãos, situação que desmente a chamada «política de sucesso» do Governo PSD.

Entretanto, alarga-se o descontentamento popular e a luta dos trabalhadores contra esta política ruína, como são os casos mais recentes da greve dos médicos e das lutas dos professores e dos trabalhadores da Administração Pública e Local.

A DORAL do PCP vê com preocupação as medidas em curso que poderão conduzir à privatização da água, da sua gestão e abastecimento. Tais medidas irão provocar o despedimento de centenas de trabalhadores das Autarquias, o aumento do

preço da água a pagar pelas populações, a intromissão pelas empresas que estão a ser criadas em áreas da competência do Poder Local e a perda por este de capacidade de intervenção na gestão deste bem essencial.

É também com preocupação que assistimos às tentativas de algumas autarquias da Região de privatização de vários serviços, como a recolha e o tratamento dos lixos e a gestão de espaços verdes, abdicando de importantes competências e da prestação de importantes serviços aos munícipes, sem que existam quaisquer estudos que mostrem que tal solução seja mais rentável e a população seja melhor servida.

Paralelamente, e perante os baixos níveis de pluviosidade verificados este ano e a consequente baixa das reservas aquíferas, verificamos a ausência de medidas sérias por parte do Governo e dos organismos dependentes do Poder Central instalados na Região para evitar as previsíveis roturas no abastecimento de água à agricultura e às populações no próximo verão.

A DORAL refere ainda no seu comunicado a tentativa por parte do PSD e branquear as suas responsabilidades, patente «na defesa apressada da Regionalização por parte de alguns dirigentes regionais».

A instabilidade nalguns municípios de presidência PS é também mencionada, nomeadamente o caso da CM de Albufeira onde foram detectadas graves irregularidades.

PCP apresenta contas no Tribunal Constitucional

O PCP entregou, na sexta-feira, no Tribunal Constitucional, o Balanço, Resultados do Exercício e correspondente Relatório relativos ao ano económico de 1994, dando cumprimento à actual lei que consagra a obrigação dos partidos políticos, até ao fim de Março, apresentarem as suas contas referentes ao ano anterior. Os documentos entregues revelam que as receitas ascenderam a 1 165 496 721\$90 e as despesas 1 101 257 285\$70 ao que corresponde um saldo positivo de cerca de 65 mil e 212 contos. As contas, cumprindo o disposto na Lei, respeitam não apenas à sua actividade central, mas também à de todas as organizações partidárias.

Quanto às fontes de financiamento, é de referir que a subvenção estatal representa apenas 7,34% do total das receitas e que 92,66% correspondem a receitas próprias (com destaque para as que resultam da participação exclusiva de membros do

Partido e das iniciativas de angariação de fundos).

A discriminação das receitas próprias revela que

— as contribuições dos eleitos do PCP (AR, PE, autarquias) representam 29,52% das receitas totais;

— as iniciativas de angariação de fundos representam 32,73%;

— as quotizações e contribuições de membros do PCP representam 23,52% (sendo de assinalar que as receitas provenientes das quotizações cresceram cerca de 10% em relação a 1993);

— que as contribuições de não membros do Partido representam 1,83%;

— que outras receitas (ganhos financeiros, proveitos de propriedade intelectual, etc.) representam 5,06%.

Esclarece-se que, em resultado de uma conhecida posição de princípio, na composição das receitas do PCP não há contribuições de empresas.

Finalmente, é de referir que a estrutura das despesas do PCP em 1994 é sensivelmente semelhante à verificada em 1993.

Relatório sobre o balanço referente ao ano económico de 1994

A organização contabilística do presente balanço, não obstante a reconhecida especificidade da actividade partidária, respeita o Plano Oficial de Contas e está de acordo com as exigências da Lei nº 72/93, de 30 de Novembro.

Importa, entretanto, referir que o notório dinamismo que caracteriza a actividade do PCP, envolvendo muitos milhares de membros e muitas centenas de organizações, na sua imensa maioria sem estrutura profissionalizada, se reflecte na natural complexidade, em variadíssimos aspectos contabilísticos, nomeadamente no que se refere à melhor escrituração dos documentos.

Quanto às fontes de financiamento, considera-se ser de evidenciar que 90,6% das receitas, ou seja, 1 058 590 contos, resultam da participação dos membros e das iniciativas do Partido.

Da discriminação das participações dos membros e das iniciativas do Partido resulta:

- Iniciativas de angariação de fundos — 32,73%
- Contribuições de eleitos — 29,52%
- Quotizações e Contribuições de membros do Partido — 23,52%
- Outros (ganhos financ., extraord., proveitos de act. intelectual, etc.) — 5,06%

As receitas provenientes da subvenção estatal representam 7,34% das receitas, correspondendo os restantes 1,83% do total a contribuições de não membros do Partido.

No plano das contas, dar apenas nota que se consideram desactualizados alguns dos valores do património, que pensamos ser indispensável actualizar nos próximos anos.

O Secretariado do Comité Central do PCP

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS APURAMENTO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS DO PERÍODO

31 de Dezembro de 1994

PROVEITOS E GANHOS	
Quotização e Contribuição de filiados do Partido	274 086 267\$20
Contribuições de representantes e eleitos pelo PCP	344 058 228\$60
Donativos de pessoas singulares	21 283 690\$10
Subvenções ou subsídios do Estado	85 595 646\$00
Trabalho p/próprio Partido	1 928 500\$00
Actividades e produto de actividades de angariação de fundos	381 449 995\$50
Proveitos propriedade intelectual	5 647 910\$00
Proveitos e ganhos financeiros	34 469 963\$30
Proveitos e ganhos extraordinários	16 949 521\$20
Total de Proveitos e Ganhos	1 165 469 721\$90
CUSTOS E PERDAS	
Compras/Custos (Devol. e Descontos)	79 643 655\$80
Fornecimentos e serviços externos	277 405 156\$60
Impostos	2 324 667\$00
Custos c/pessoal	602 805 542\$40
Outros custos operacionais	103 669 283\$30
Amortizações do exercício	27 450 848\$40
Custos e perdas financeiras	419 718\$00
Custos e perdas extraordinárias	7 538 414\$20
Total de Proveitos e Ganhos	1 101 257 285\$70
RESUMO	
Total de Proveitos e Ganhos	1 165 469 721\$90
Total de Custos e Perdas	1 101 257 285\$70
Resultado Líquido do Período	64 212 436\$20

Parecer da Comissão Central de Controlo

A Comissão Central de Controlo, reunida em 28 de Março de 1995, examinou em conformidade com as atribuições que lhe são conferidas pelos Estatutos do Partido Comunista Português, o Relatório e Contas relativos à actividade económico-financeira do PCP respeitante ao ano de 1994, e verificou a sua conformidade com a Lei nº 72/93, de 30 de Novembro.

Ressalvam-se, naturalmente, os condicionamentos técnicos resultantes das particulares características da actividade partidária.

Lisboa, 28 de Março de 1995

A Comissão Central de Controlo

Momento crucial para a Campanha Nacional de Fundos

Neste período que nos separa do Verão, altura de férias que antecede outro período de campanha eleitoral, este é o momento decisivo para fazer avançar em termos práticos a Campanha Nacional de Fundos que o PCP lançou com o objectivo de angariar 150 mil contos que o ajudem a fazer face às despesas das batalhas políticas que se avizinham. A experiência, até agora tida, mostra que existem boas condições para fazer evoluir, rápida e positivamente, a campanha, mas será necessário que em todas as iniciativas do Partido, envolvendo todos os camaradas, não esquecendo a abertura para o exterior, se concretizem na prática as boas indicações recebidas até agora.

Surgem entretanto exemplos de bom andamento desta Campanha. É o caso do relato até nós chegado da Comissão Concelhia da Moita, que regista nos meses de Fevereiro e Março um grande número de iniciativas ligadas a esta Campanha.

O destaque foi um almoço na Baixa da Banheira com cerca de 100 participantes e outro com meia centena em Alhos Vedros que renderam bastantes fundos.

Ainda nesta concelhia organiza-se uma iniciativa da Páscoa em todas as freguesias com a venda de alfaces, laranjas, flores, bem como a feitura e venda de filhoses na Baixa da Banheira.

Duzentos contos renderam três outras iniciativas: um passeio de bicicleta na Baixa da Banheira, a listagem de 100 amigos em Alhos Vedros e um baile em Sarilhos Pequenos com mais de 200 pessoas.

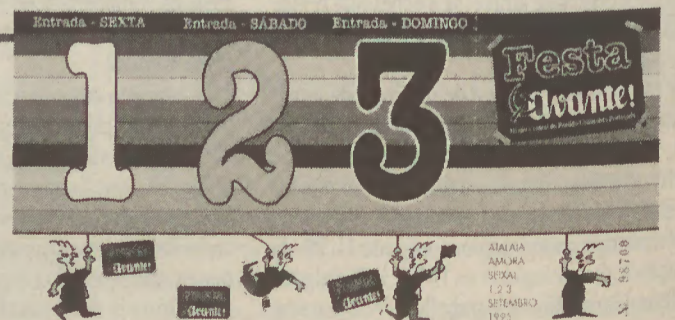
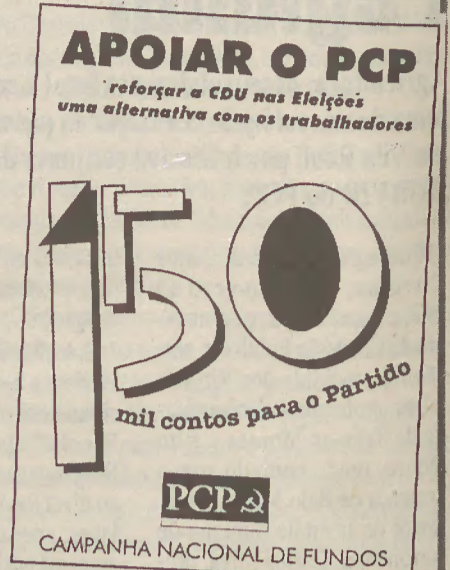
Esta concelhia organiza ainda, no domingo, almoços em Alhos Vedros e Baixa da Banheira e tem programado a 30 de Abril outro almoço na Moita e uma excursão ao 1º de Maio em Lisboa, organizada pela Comissão de Freguesia da Baixa da Banheira, programada para 14 de Maio.

Grupo de Trabalho Central avaliou campanha

O Grupo de Trabalho Central de acompanhamento da Campanha fez uma avaliação da evolução da iniciativa e constatou que foi realizada a divulgação dos seus objectivos sendo agora necessário passar a outro período, que agora decorre até ao Verão, considerado decisivo para o sucesso da Campanha.

Por isso, este Grupo de Trabalho faz um vivo apelo a todos os militantes e apoiantes do PCP e da CDU e a todas as organizações do PCP para um empenhamento organizado na dinamização de iniciativas de fundos e na recolha de contribuições que possibilitem uma dinâmica e esclarecedora campanha eleitoral.

É de lá que vem este apelo: "Todos contam! O empenhamento de cada um e de todos na Campanha, vale a pena e é preciso!"



E a EP já está à venda!

E verdade. Daqui a pouco é Verão e temos logo aí a Festa do «Avante!» para a qual é preciso mobilizar recursos, para que esta continue a ser a mais importante iniciativa político-cultural, de massas e regular, organizada no nosso país. A EP começa a estar disponível nos Centros de Trabalho do PCP e a sua compra antecipada é um acto de solidariedade com a Festa e certamente decisivo para concretizar o desejo de todos nós: uma Festa sempre melhor e mais bonita.

Administração local manifestou-se em Lisboa

Milhares de trabalhadores da administração local desfilarão sexta-feira pela baixa lisboeta até ao Ministério do Planeamento e Ordenamento do Território, reclamando salários mais justos e segurança no emprego. Vindos de todos os distritos do País, os manifestantes deslocaram-se, a pé, da Praça dos Restauradores até ao Terreiro de Paço, para entregar ao ministro Valente de Oliveira dois documentos reivindicativos.

Salários que reponham o poder de compra, recusa de privatização de serviços até agora assegurados pelas autarquias, reestruturação das carreiras profissionais, subsídio de risco e melhoria das condições de higiene e segurança no trabalho são algumas das questões incluídas numa carta reivindicativa entregue naquele Ministério.

O outro documento é uma resolução aprovada por unanimidade nos Restauradores. Nela, os trabalhadores exigem a alteração do decreto-lei aprovado quinta-feira pelo Governo que determina que todas as obras superiores a 20 mil con-



tos sejam sujeitas a concurso público.

A manifestação foi promovida pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, cujo coordenador, Francisco Braz, sublinhou que o direito ao emprego estável e justamente remunerado na administração local é importante não só para os trabalhadores mas também para a população que tem direito a serviços de qualidade.

Na concentração, antes da partida do desfile, interveio também o coordenador da CGTP-IN, que acompanhou a manifestação com outros dois dirigentes da central. Manuel Carvalho da Silva alertou para o facto de a privatização de serviços municipalizados destruir muitos empregos e frisou que «não somos contra a reestruturação dos serviços, mas não podemos aceitar um lógica de privatizações no poder local

com o lucro como único objectivo».

O STAL enviou segunda-feira uma nota de protesto à RTP pelo facto de a televisão estatal não ter feito a cobertura desta acção, «tal como tem vindo a suceder noutras iniciativas» do sindicato e «escondendo ao País uma das maiores manifestações de protesto realizadas em Lisboa», com a participação de «cerca de 7 mil trabalhadores».

Lutas dos metalúrgicos vêm hoje para as ruas

Revisões salariais bloqueadas pelo patronato, postos de trabalho ameaçados por falências ou processos de despedimento, e violação de direitos conquistados e consagrados são algumas das razões que sobressaem de entre os motivos que têm trazido à luta, nos últimos tempos, trabalhadores de diversas empresas da metalurgia e metalomecânica.

As lutas, por iniciativa dos sindicatos e da federação dos metalúrgicos, têm o dia de hoje como ponto de convergência, estando previstas acções públicas no Porto e em Lisboa, entre noutras - adianta uma nota da comissão executiva da FSMMP.

Desde segunda-feira que têm decorrido greves em várias empresas, refere a nota, citando a Viçoso Moratalla, a Socigalva, a Fimper, a Previdente Ferragens, as Indústrias Metálicas Previdente, a Dial e a Trefilaria.

Em greve estiveram ontem os trabalhadores da Renault Portuguesa, depois de reunirem em plenário terça-feira. Para ontem os ORTs da Solisnor/Setenave marcaram plénários de trabalhadores nos vários sectores do estaleiro; para hoje foi convocada greve das 14 às 20 horas, com realização de acções públicas.

Para as ruas de Bragança decidiram vir os trabalhadores da Grunig, com salários em atraso e outros problemas que põem em causa a manutenção dos postos de trabalho e a continuação da laboração da empresa. A decisão de avançar com a manifestação de hoje (das instalações da Grunig até ao Governo Civil e delegação do MESS) foi tomada anteontem, em reunião dos trabalhadores com o sindicato da Metalurgia.

O pessoal da Companhia Portuguesa do Cobre entrou em greve terça-feira, protestando contra os sucessivos atrasos no pagamentos dos salários e a insistência da administração em gastar milhares de contos com rescisões «por mútuo acordo».

Já na sexta-feira estiveram em greve, com uma adesão superior a 90 por cento, os trabalhadores da Ormis, revelou o sindicato dos Metalúrgicos do Sul. A par da negociação do caderno reivindicativo, a luta foi motivada por «actos ignóbeis de discriminação e perseguição de seis trabalhadoras que, por motivos de doença e particulares, não se integraram no trabalho por turnos e nocturno». No dia 30, àquelas trabalhadoras apenas foram pagos 50 (cinquenta) escudos de salário, refere ainda o sindicato.

Têxteis pelas 40 horas

A comissão coordenadora nacional do PCP para os têxteis, vestuário e calçado «apoiava solidariamente, com todas as suas forças», a luta que amanhã e depois é levada a cabo pelos trabalhadores do

sector, pelo horário máximo de 40 horas em 5 dias de trabalho semanal. Num folheto em distribuição nas regiões de maior implantação deste sector, os comunistas consideram esta reivindicação «socialmente justa e necessária, economicamente viável para as empresas e política e sindicalmente legítima».

Reunião ontem na Dextra

O coordenador da CGTP-IN acusou, segunda-feira, o governador civil de Braga de «hipocrisia» no tratamento do diferendo entre trabalhadores e administração da fábrica têxtil Dextra, de Guimarães.

Em declarações aos jornalistas, Carvalho da Silva disse que o representante do Governo «tem em seu poder documentos que provam que a empresa está descapitalizada, devido a má gestão, pelo que não se compreende que queira culpar, também, os sindicatos da actual situação». Em contrapartida, o governador civil «anda a dizer que a firma não tem solução, que vai para a falência, ou seja, pactua com as ilegalidades cometidas pelos patrões da Dextra».

Os cerca de 150 trabalhadores da empresa com salários em atraso decidiram em plenário reunir-se novamente quarta-feira para discutir as formas de luta a adoptar, incluindo uma eventual acção judicial contra a administração.

Os trabalhadores bloquearam, desde 21 de Março, a entrada e saída de viaturas da Dextra, protestando contra a falta de pagamento de salários, numa forma de protesto que terminou com uma intervenção da GNR, na sexta-feira passada.

DOCENTES DO SUPERIOR QUEREM NEGOCIAR

Foi anteontem entregue no Ministério da Educação a plataforma reivindicativa comum aprovada, por unanimidade e aclamação, no plenário de docentes do Ensino Superior de Lisboa, realizado dia 24 de Março, depois de outras acções conjuntas promovidas pelo SPGL/Fenprof, o Snesup e o Sindep. Os professores do Superior reclamam uma revalorização salarial para todas as categorias, uma revisão do sistema de financiamento (o que implica a revogação dos despachos sobre rácios), o alargamento dos quadros, maior rapidez na obtenção do vínculo à Função Pública, valorização efectiva do empenho pedagógico dos docentes e regulamentação dos concursos de forma a assegurar a equidade.

De acordo com as decisões do plenário, é dado um prazo de um mês para que o ME inicie negociações com os sindicatos sobre as matérias contidas na plataforma reivindicativa do Superior.

DESPEDIR E EMPREGAR

A Grundig foi referida como uma das empresas que já estão a despedir trabalhadores, preparando-se para posteriormente os admitir e receber os incentivos criados pelo Governo para quem empregue jovens ou desempregados de longa duração. No encontro «Primeiro emprego e desenvolvimento», realizado pela União dos Sindicatos do Distrito de Braga dia 28 de Março, Adão Mendes reafirmou a posição da CGTP, de que tais medidas não resolveram antes e não resolvem agora o problema do desemprego. Além da multinacional de material eléctrico (que já despediu 250 pessoas e promete não parar), o coordenador da USDB apontou ainda os exemplos da Sonicarla e do grupo Orfama.

ENCONTRO DE BANCÁRIOS

A intervenção dos eleitos unitários em defesa da classe, na área do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, vai ser debatida no próximo sábado, em Lisboa, num encontro de delegados, dirigentes e activistas que se reconhecem nos princípios e objectivos do movimento sindical unitário.

COMÉRCIO DE LISBOA

Estão a afastar-se cada vez mais dos valores negociados no Porto os salários dos trabalhadores do comércio retalhista do distrito de Lisboa, revela o CESL num comunicado em que protesta por, pelo segundo ano consecutivo, a União de Comerciantes se recusar a negociar a revisão do contrato colectivo do sector, no qual trabalham mais de 60 mil pessoas. O sindicato aponta como exemplo os salários de um 1º caixeiro que, partindo de uma diferença de 250 escudos, favorável a Lisboa, em 1993, se inverteu para 7300 escudos. Nestes dois anos sem negociação o pessoal do comércio de Lisboa perdeu 2 por cento, na relação salários-inflação oficial.

O CESL critica a Fetese/UGT por ter prestado ao patronato do distrito os seus «serviços sempre abnegados», colocando a assinatura num «acordo de traição aos trabalhadores». Anuncia que vai solicitar a continuação das negociações no Ministério do Emprego e sublinha que «os trabalhadores do comércio retalhista têm razões fortes para continuar a lutar».

CP CORTA ASSISTÊNCIA

Os ferroviários vítimas de acidentes de trabalho ou doenças profissionais deixaram agora de ter a assistência medicamentosa que a CP sempre lhes garantira, revelou na semana passada a federação sindical do sector. A comissão executiva da FSTFP acusa a CP de, com o desmembramento de sectores vitais e a criação de mais de uma dezena de empresas afiliadas, ter arranjado pretexto para se desvincular dos compromissos de ordem social que mantinha há largas dezenas de anos. Os serviços de medicina no trabalho passaram a ser geridos pela Fernave, uma das empresas do grupo CP, que parece querer eliminar tudo o que não dá lucro, acusa a federação, perguntando se não será este «o destino que nos reservam os hospitais públicos geridos por empresas privadas».

HOSPITAL NÃO PAGA

Os enfermeiros do Hospital Miguel Bombarda decidiram dar à administração um prazo, até ao fim de Abril, para que sejam liquidados cerca de 70 mil contos de salários em atraso. Esta dívida decorre da aplicação de uma circular normativa que, no ano passado, veio consagrar o direito a reposicionamentos salariais referentes ao novo sistema retributivo, com efeitos retroactivos. O conselho de administração do hospital, contudo, tem vindo a adiar o pagamento da dívida, «sem apresentar qualquer razão plausível aos enfermeiros credores», refere uma nota do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses.

TELECOMUNICAÇÕES

Dos organizadores da audição sobre «Telecomunicações, Desenvolvimento e Democracia» recebemos o seguinte pedido de rectificação: «Na reportagem da audição sobre Telecomunicações, Desenvolvimento e Democracia, publicada na edição da semana passada do "Avante!", era referido o nome de António Vale como tendo feito uma intervenção sobre os postos públicos, quando essa intervenção foi feita por Sérgio Fernandes.»

Na política florestal

Conexão entre fraudes e as clientelas do PSD

A existência de uma vasta rede de fraudes no âmbito da política florestal voltou a ser tema em foco na Assembleia da República. Foi no final da passada semana, com as atenções a centrarem-se no pedido de inquérito parlamentar sobre esta matéria subscrito pelo Grupo Parlamentar do PCP, formação que há cerca de três meses alertou para um conjunto de factos relacionados com cerca de duas dezenas de casos que se traduzem em fraudes na ordem de um milhão de contos.

Casos estes que no entender da bancada comunista são apenas a ponta de um grande iceberg, feito de enormíssimas irregularidades desenvolvidas a partir de um mecanismo aparentemente simples: propor e fazer aprovar projectos de florestação a subsidiar por fundos comunitários e nacionais, dos quais apenas uma parte é florestada, sendo a restante justificada com facturas, recibos e outros comprovativos de despesas falsificados.

Das situações que chegaram ao conhecimento do Grupo

comunista falou detalhadamente o deputado Lino de Carvalho, pondo em relevo o facto de em quase todos eles aparecerem envolvidos altos quadros da administração pública que, em muitas situações, "elaboram os projectos nos próprios serviços, por eles recebem comissões que chegam a quatro por cento sobre o orçamento do projecto (projectos de 200 mil contos rendem a esses quadros oito mil contos) e depois, enquanto responsáveis e gestores dos programas florestais aprovam esses mesmos projectos, fiscalizam-nos,

visam as facturas e pagam-nas".

Chega-se mesmo ao ponto, quando se trata de projectos de florestação, da própria Administração ou de outras entidades públicas, que deveriam obrigar a concursos de adjudicação das empreitadas, de dispensar estes concursos, ou, imagine-se, simulá-los para legalizar aquisições que ocorreram em data anterior, isto sem falar da falsificação de propostas, da criação fictícia de firmas que não existem fiscalmente ou da atribuição das mesmas despesas a vários projectos.

Mas se estes factos, pela sua gravidade, encerram em si mesmo motivos de grave inquietação, indiciando simultaneamente o regabofe e o sentimento de impunidade reinante, a questão afigura-se ainda mais grave se se pensar - e este foi outro aspecto para o qual Lino de Carvalho chamou a atenção - que esta vasta rede de fraudes e os quadros nela

envolvidos são do conhecimento há mais de três anos dos titulares do Ministério da Agricultura, designadamente do secretário de Estado, Álvaro Amaro.

Ora a verdade é que não só não foram adoptadas nenhuma medidas punitivas em relação aos responsáveis pelas fraudes, como, pelo contrário - e aqui reside outro escândalo

que levou Lino de Carvalho a concluir que estamos perante uma "das muitas redes clientelares criadas pelo PSD", onde se cruza "uma vasta teia de interesses e cumplicidades" -, muitos deles foram premiados e beneficiaram de promoções em organismos da Administração Pública.

"Enquanto milhares de pequenos agricultores não têm

acesso a um tostão de apoio, milhões de contos vão parar aos bolsos de organizações e indivíduos da confiança do PSD", sublinhou a propósito o parlamentar do PCP, antes de concluir que "não são os agricultores nem os produtores florestais que estão em causa, mas a teia de interesses que os utilizam em benefício próprio e ilícito".

A UEO e o aventureirismo do Governo

O deputado Miguel Urbano Rodrigues acusou o Governo de estar a desenvolver um "inquietante processo", marcado por uma grande dose de "aventureirismo", no que se refere à política da UEO, estrutura político-militar actualmente sob a presidência portuguesa e que de acordo com o Tratado de Maastricht estaria vocacionada para ser o pilar europeu da NATO.

Em causa está, concretamente, segundo o parlamentar do PCP, que levantou a questão no período antes da ordem do dia de uma das sessões plenárias da semana transacta, o aumento da capacidade operacional da UEO, objectivo este que configura uma "política aventureira e agressiva", à qual aparece "orgulhosamente" associado como "patrocinador" o Governo do PSD.

"A fórmula do pilar europeu está a ser substituída na fraseologia oficial pela do «futuro braço armado»", sublinhou a propósito Miguel Urbano Rodrigues, que inquiriu sobre os propósitos da "política de dinamização operacional da UEO", sem deixar simultaneamente de expressar a sua dúvida sobre se o que está em causa "não é contribuir para a estabilidade e a paz na Europa, mas sim criar condições para um novo tipo de militarização no Continente".

Num contexto em que são conhecidas as ambiguidades e contradições existentes no qua-

dro de relacionamento da UEO com a NATO, esta questão é tanto mais pertinente quanto é certo que - e este foi um aspecto central para o qual o deputado comunista chamou a atenção - alguns governos europeus o que pretendem "é substituir um tipo de militarização por outro igualmente nocivo e agressivo e repudiado pelos povos europeus".

Ora é aqui justamente que se correlaciona o papel do Governo português, "cuja política de vassalagem relativamente aos EUA e aos grandes da União Europeia tem sido uma constante", como assinalou Miguel Urbano Rodrigues, que realçou a este respeito a "perigosa manobra" de inserção de Portugal na "estratégia concebida por outras potências, nomeadamente a França e a Alemanha".

Numa alusão a uma recente obra de Eric Hobsbawm, que não poupa críticas à "teologia ultra-liberal", Miguel Urbano Rodrigues concluiu a sua intervenção manifestando a convicção de que o historiador britânico "está certo ao lembrar que o problema maior do mundo industrializado é menos o de multiplicar a riqueza em benefício de uma minoria insignificante do que o de saber como a distribuir. Multiplicar as armas e usá-las para defender privilégios e aprofundar o fosso Norte-Sul é outro trágico erro".

Brutalidade policial na Marinha Grande Nada apaga a realidade dos factos

O pedido de inquérito do PCP à actuação brutal das forças policiais contra os trabalhadores da M.P. Roldão, na Marinha Grande, em Dezembro passado, subiu finalmente a plenário. Pese embora o atraso na apreciação destes acontecimentos, nem por isso o debate deixou de se revelar oportuno, tanto mais que não seja porque permitiu aferir "a verdadeira natureza das actuações do PSD junto dos trabalhadores", segundo a expressão do deputado João Amaral.

Este foi aliás o mote a partir do qual o parlamentar comunista desenvolveu a sua intervenção tendente a demonstrar que a actuação policial a mando do Governo foi perfeitamente destemperada e brutal, agressiva e antidemocrática.

João Amaral tratou de realçar, designadamente, o teor das afirmações proferidas a propósito deste assunto pelo Comandante da PSP e pelos mais altos responsáveis do Ministério da tutela, considerando-as de uma "hipocrisia sem limites" e reveladoras de "uma vontade de apagar a realidade dos factos".

Neste contexto, do ponto de vista da bancada comunista, importa apurar as responsabilidades concretas do próprio Ministro da Administração Interna, bem como do secretário de Estado, que, recorde-se, referiu que as actuações da polícia obedeciam a critérios de oportunidade definidos pelo próprio Governo.

A responsabilidade dos comandos policiais que deram as ordens, bem como a responsabilidade dos próprios agentes, constituem dois outros aspectos que carecem de esclarecimen-

tos, na opinião de João Amaral, que pôs também em causa os métodos de actuação dos corpos de intervenção, sua preparação e doutrina.

O deputado do PCP lembrou concretamente que expressões e fórmulas utilizadas em comunicados do Comando da PSP "são exactamente as mesmas que a polícia utiliza" desde há muito, deixando por isso a sua perplexidade em forma de pergunta, a pensar sobretudo no tipo de ensino ministrado a estes corpos de intervenção: "Então, nada evoluiu, nada mudou? Não se lembram de uma Constituição que existe há cerca de 20 anos? Não sucedeu nada? Não há real modificação?"

Em causa uma mudança de política "Não basta mudar de protagonistas ou figurantes"

A crise social e a retoma económica foram os grandes temas em debate na interpelação ao Governo suscitada pelo PS, faz hoje uma semana. Para o partido proponente, esta iniciativa tinha a sua justificação no facto de "o triângulo desemprego-pobreza-criminalidade" constituir uma "das realidades mais dramáticas da vida portuguesa".

Foi assim que António Guterres enquadrou "o mal-estar social agravado pela injustiça e segurança", citando "números oficiais" para dizer que se registou um "aumento da criminalidade" (12 por cento) em 1994, enquanto que na área económica fez questão de lembrar que Portugal recebeu dois mil milhões de contos da União Europeia, entre 1991 e 1994, sem que isso tivesse impedido a Economia de ir "perder cerca de 2,5 por cento em relação à média europeia".

Uma opinião não compartilhada pelo ministro das Finanças, Eduardo Catroga, para quem Portugal está cada vez mais perto dos padrões europeus, chegando mesmo a afirmar, calcule-se, que "graças ao desenvolvimento económico verificado foi possível registar progressos inquestionáveis nas áreas sociais".

Quanto à bancada da maioria, a reacção à interpelação veio através do deputado Carlos Pinto, que considerou que o cartaz com a imagem do líder do PS

deveria ter a inscrição "o homem que sabe o que quer para assustar o País".

Noutro plano, descendo ao fundo das questões, se colocaram as críticas da bancada comunista à política de direita do Governo, sobre quem foram dirigidas duras críticas pela voz de Alexandrino Saldanha que considerou serem os resultados de uma acção governativa que levou ao aumento do desemprego e da precariedade e insegurança no emprego, à continuação da chaga que dá pelo nome de trabalho infantil, ao recrutamento dos salários em atraso, à manutenção de elevados índices no plano dos acidentes de trabalho, à perda do factor trabalho na repartição do rendimento nacional, às contínuas pensões de miséria, e à tentativa de fragilização dos direitos de participação e de liberdade de negociação e contratação colectiva dos trabalhadores.

Daí que Alexandrino Saldanha tenha defendido a necessidade de se mudar de política, insistindo na ideia de que "a vida deu razão ao PCP", que sempre alertou para as consequências da política de direita, "enquanto outros se mantinham calados" e que sempre combateu os sucessivos pacotes laborais, apresentou propostas e iniciativas legislativas para combater o trabalho infantil e os salários em atraso, para estabelecer

o horário máximo semanal de 40 horas e para se criar um rendimento mínimo garantido a todos os portugueses.

Mas se a convicção profunda da bancada comunista é a de que "é preciso mudar de política" e de que "não basta mudar de protagonistas ou figurantes", como salientou o deputado do PCP, não deixa igualmente de ser clara a ideia, do seu ponto de vista, de que "não é com propostas como as avançadas pelo PS, na «política do trabalho» e nas «políticas activas de emprego» do chamado Contrato de Legislação aprovados nos seus Estado Gerais" que este objectivo pode ser atingido.

As razões fundamentou-as Alexandrino Saldanha, ao lembrar que embora seja "genericamente invocada a solidariedade social", a verdade é que as propostas concretas do PS nesta matéria apontam para uma maior flexibilização de horários, uma maior polivalência, uma maior mobilidade, uma inserção de jovens no mercado de trabalho com apoio em inexplicadas formas de alternância, em suma, "têm subjacente a aceitação pelos trabalhadores da retirada de direitos e regalias da contratação colectiva e a aceitação das orientações traçadas pelo Livro Branco da Comissão Europeia".

Política de Segurança Interna PCP propõe medidas imediatas em defesa da segurança dos cidadãos

Os níveis de crescente insegurança em que hoje vivem muitos cidadãos - uma realidade preocupante que tende a agravar-se à medida que avança a «reestruturação» das forças de segurança implementada pelo Governo - levaram o Grupo Parlamentar do PCP a elaborar duas iniciativas legislativas neste domínio. Apresentadas publicamente em debate sobre esta problemática realizado segunda-feira, na Sala do Senado, na Assembleia da República, os projectos em causa prevêm, num caso, a atribuição à Assembleia da República da competência para aprovar as grandes opções de política de segurança interna, no outro, são estas mesmas opções que surgem definidas, acompanhadas simultaneamente de medidas imediatas para defesa da segurança dos cidadãos.

Com a presença de numerosas estruturas e organizações de natureza diversa e de representantes de autarquias da Área Metropolitana de Lisboa, o debate sobre a segurança e tranquilidade dos cidadãos abriu com uma intervenção inicial do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas (que reproduzimos nesta página).

cussão das soluções para os problemas de segurança, que "altere o respectivo dispositivo, por forma a assegurar o seu empenhamento prioritário em acções de prevenção da criminalidade e de garantia da segurança e tranquilidade das populações".

João Amaral, por seu turno, pôs a tónica da sua intervenção na problemática das polícias

segurança são únicas para todo o território foi um dos argumentos invocados por João Amaral, que lembrou ainda que a natureza do combate à criminalidade não é compatível com a existência de 305 polícias diferentes.

Das mais de duas dezenas de intervenções que se seguiram, a reter, como notas dominantes, foram os testemunhos de situações, especialmente nas zonas urbanas, relativas ao aumento da criminalidade e da violência, que não podem deixar de preocupar e de constituir factor de inquietação para as populações

Realce merece também a consideração feita pela generalidade dos participantes quanto à necessidade de haver uma maior proximidade entre a polícia e os cidadãos, bem como quanto à importância de a dotar de mais meios e de centrar a sua actividade mais na segurança dos cidadãos.

Na mesa que presidiu a esta iniciativa, onde as notas altas foram também para a elevada

Intervenção de Carlos Carvalhas

(...)

As questões de insegurança e intranquilidade pública são hoje uma grande preocupação para largos extractos da sociedade.

O agravamento da situação social, nomeadamente do desemprego, a falta de empregos e de perspectivas para muitos jovens, a extensão dos toxicod dependentes e os exíguos meios para a sua recuperação e para o combate ao tráfico da droga, os ghettos urbanísticos, a burocracia das queixas na polícia e uma justiça lenta e de difícil acesso, o afastamento das polícias das populações são os principais ingredientes que alimentam e potenciam a insegurança e a intranquilidade públicas.

As causas desta situação são certamente muito complexas mas têm no terreno das injustiças sociais herdadas e acrescentadas pelas políticas de direita o seu denominador comum.

A direita em geral, ao abordar os problemas da insegurança e intranquilidade públicas, procura colocá-los fora do terreno social, porque não lhe interessa assumir as suas responsabilidades profundas nesta matéria.

O Governo do PSD, particularmente responsável pela situação a que se chegou, procura subvalorizar a dimensão do problema e o seu crescimento exponencial, procura desresponsabilizar as suas políticas sociais e de administração interna e tenta passar culpabilidades e encargos para os ombros das autarquias, das famílias e da sociedade em geral, numa operação de inadmissível fuga às responsabilidades.

O Governo do PSD e toda a direita procuram aproveitar-se do desespero que se instalou em populações das áreas metropolitanas mais causticadas pela criminalidade, para levar a água ao moinho de soluções meramente securitárias, autoritárias e repressivas, voltadas contra os direitos, liberdades e garantias da generalidade dos cidadãos e não para o combate global à criminalidade.

A direita defende o reforço do SIS e das suas actividades de polícia política, defende o reforço dos corpos de intervenção e a policialização da sociedade, aproveita para atacar a independência das magistraturas, mas pouco faz quanto a reforçar os efectivos das forças de segurança ou em dotá-las de meios e eficácia à dimensão da gravidade dos problemas, e menos faz ainda quanto a modernizá-las no plano da sua evolução civilista e da formação cívica indispensável à acção policial preventiva na complexidade da sociedade dos nossos dias.

Mas sem resposta aos problemas sociais não há efectivo combate à insegurança e intranquilidade públicas.

E as campanhas populistas que por aí se vêem a este propósito atestam apenas que a direita mais conservadora procura instrumentalizar sem quaisquer escrúpulos as pulsões mais primárias que se manifestam na sociedade.

A insegurança generalizada que se vive nas áreas metropolitanas, e que está comprovado pelos próprios índices oficiais, é o problema que motiva hoje esta Audição.

A nossa preocupação não resulta de qualquer modismo mas do reconhecimento da real gravidade do problema. Não descobrimos agora esta questão, nem cavalgamos uma qualquer proposta de circunstância, inconstitucional ou meramente demagógica, nem rasgamos compromissos assumidos com as populações e os profissionais na mira da credibilização de hipotéticas "novas maiorias" para velhas políticas.

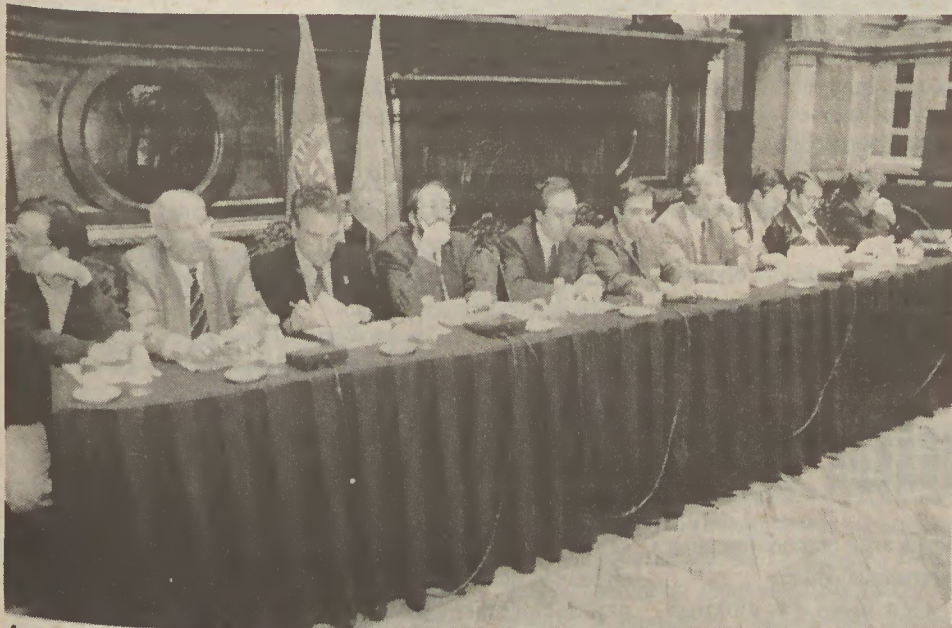
O PCP quer testar e confrontar as suas propostas e está hoje aqui para ouvir a opinião dos mais afectados pela situação, dos especialistas, dos cidadãos comuns (que todos somos) que procuram soluções para os graves problemas de insegurança das populações.

Temos um património importante de propostas nesta matéria, que vêm de há muitos anos e que nos diferenciam das outras forças políticas.

Temos hoje aqui, como base para esta Audição, um "projecto de lei" que atribui à Assembleia da República a competência de aprovar as grandes opções de política de segurança interna e um "projecto de lei" que define essas grandes opções e adopta medidas imediatas para a garantia da segurança dos cidadãos que, não sendo uma panaceia, são uma contribuição para adequar a resposta das Forças de Segurança, em articulação com a sociedade, à gravidade da situação, sustentando um processo de reestruturação que tem tido resultados negativos, reabrindo esquadras e postos policiais e colocando meios humanos já existentes nas Forças de Segurança em missões de efectivo policiamento e prevenção da criminalidade.

Mas temos sobretudo, um projecto de esquerda para o nosso país, uma nova política que se propõe pôr cobro à regressão social em que muitos anos de governos de direita e de políticas neoliberais e mastrichtianas enredaram o país, uma política que dê resposta aos problemas dos trabalhadores, dos reformados, dos desempregados e da juventude que trace o caminho do desenvolvimento apoiado, participado, integrado e integrador dos cidadãos, a opção mais segura para a resolução dos flagelos desta sociedade.

(...)



A consideração que é necessário uma maior aproximação entre a Polícia e os cidadãos foi destacada no decorrer do debate promovido pelo Grupo Parlamentar do PCP

Presidida por Octávio Teixeira, líder da formação comunista, a sessão teve como segundo orador o deputado António Filipe, que expôs sumariamente as grandes linhas e objectivos dos diplomas da sua bancada.

"Impedir, no imediato, o encerramento das esquadras ou postos policiais e assegurar a reabertura das unidades encerradas no âmbito da presente «reestruturação»", constitui um dos objectivos do diploma, de acordo com as palavras do parlamentar comunista, que evidenciou ainda as principais orientações preconizadas no diploma em termos de política de segurança interna. De entre elas, destaque para as que apontam para uma aproximação da polícia aos cidadãos, uma dotação de meios suficientes e adequados às forças de segurança, a eliminação das actuações repressivas que atentam contra os direitos dos cidadãos, uma maior intervenção das populações, das comunidades e das autarquias na dis-

municipais, explicando as razões pelas quais o PCP manifesta o seu não acordo relativamente à posição defendida pela PS nesta matéria.

A consideração de que existe um imperativo constitucional que define que as forças de

participação e para a vivacidade do debate, para além de Carlos Carvalhas, Octávio Teixeira, João Amaral e António Filipe, estiveram presentes Odete Santos, Daniel Branco, José Luís Pereira, Romão Martins, José Neto e Jorge Cordeiro.

Em Chelas

Encerrou a Esquadra aumentou a insegurança

Queixas, muitas queixas, sobretudo de comerciantes que relataram de viva voz as suas amargas e diversificadas experiências de recentes casos de assalto a que foram sujeitos, eis o que encontraram os deputados comunistas na visita que efectuaram na tarde de segunda-feira à Zona de Chelas, em Lisboa.

Uma situação que conheceu um acentuado agravamento - e esta é uma constatação generalizada naquela área - a partir do momento em que foi encerrada a Esquadra local da Polícia e se procedeu à sua transformação em posto de atendimento. A própria PSP reconhece este facto, e os números, de

resto, não deixam margem para dúvidas: de 1993 para 1994 a criminalidade em Chelas aumentou 34 por cento, taxa de crescimento muito superior à média nacional que foi, no mesmo período, de 12 por cento.

Inserida no contexto da apresentação de dois projectos de lei na área da segurança interna, esta visita contou com a participação dos deputados João Amaral, António Filipe e Alexandrino Saldanha, dos vereadores da Câmara de Lisboa, António Abreu e Rui Godinho, de Romão Martins, presidente da Junta de Freguesia de Marvila, e de Jorge Cordeiro e José Neto, membros do CC do PCP.



Em Chelas a criminalidade aumentou 34 por cento de 1993 para 94, constatarem os deputados comunistas

Agricultores de Vila Real em protesto «Se para cá do Marão mandassem os que cá estão...»

Centenas de agricultores produtores de leite e carne responderam positivamente ao apelo do Conselho Agrícola do Distrito de Vila Real - CADVR, para participarem numa concentração realizada no largo da Cooperativa Agrícola de Vila Pouca de Aguiar, onde entregaram um documento sobre os problemas com que se debatem milhares de explorações agrícolas familiares e em particular este sector agro-pecuário. «Se para cá do Marão deixassem mandar os que cá estão, certamente que não assistiríamos à liquidação da linha férrea do Corgo; dos matadouros concelhios; da Zona Agrária da Padrela e Alvão; dos circuitos de recolha de leite em muitas das nossas aldeias (provocados pelo resgate forçado dos quotas); de postos de correio, escolas e postos e atendimento médico. Infra-estruturas estas, essenciais à vida agrícola e fixação das populações no campo», lê-se nesse documento dirigido aos ministros da Agricultura e do Comércio, ao presidente do INGA, ao Governador Civil do Distrito de Vila Real e ao director da DRATM.

«Teríamos certamente, adoptado medidas mais eficazes de combate à burocracia, guias de trânsito dos animais, ao alargamento dos ADS a todos os concelhos do Distrito e à erradicação das doenças do gado profusamente espalhadas por toda a região», prossegue a nota, também entregue aos presidentes da Agros, Lacto Ibérica e Lacticíni-os Paiva.

De entre outras medidas que estes agricultores desejavam ter sido aplicadas conta-se

ainda ter-se evitado o corte de cerca de 50% do subsídio às máquinas agrícolas com alguns anos de idade ou os sucessivos aumentos do gasóleo sem a contrapartida do aumento do subsídio à lavoura. «Teríamos adoptado mecanismos mais rigorosos nas nossas fronteiras e coimas severas para os infractores que se dedicam às importações de produtos agrícolas e alimentares de qualidade duvidosa, sem a denominação de origem e certificados de

sanidade», observam os agricultores que criticam a aplicação feita «aos milhões e milhões de contos da comunidade» na aprovação de projectos «cujos objectivos de muitos deles é receber os subsídios comunitários para depois abandonar os empreendimentos».

riedade, mas que têm sido verdadeiramente espoliados pela PAC e pela Banca.

Apoio ao Mundo Rural

As reivindicações apresentadas às entidades a quem foram

manutenção do actual subsídio comunitário, sem a descida de cerca de 1500, prevista para o mês de Abril, e a criação por parte do Governo de um subsídio compensatório às empresas que operam na região, e em particular ao Movimento Cooperativo, que atenua os custos de recolha às Freguesias mais iso-

res, evitando a transferência e a concentração da produção para o litoral; reclamam do INGA a extensão do subsídio ao consumo de energia eléctrica aos postos de recepção e ordenhas colectivas e uma linha de crédito altamente bonificado, de fácil acesso às pequenos e médias empresas de lacticínios e ao Movimento Cooperativo, para que estes possam competir com os preços dos produtos importados pelos grandes hipermercados.

Uma actuação eficaz por parte da Fiscalização Económica, com base nos mecanismos previstos pelo D.L. 170/92, no concerne aos produtos agro-alimentares importados e expostos para venda, aplicando as respectivas sanções legais a todos os infractores que nos seus estabelecimentos de venda não tenham a proveniência de origem, bem como o respectivo certificado de sanidade é outra das exigências feitas.

A retoma do seguro (extinto em 1994 pelo IROMA quando da criação das PECs), que indemnizava os agricultores pelos animais rejeitados no acto de abate e o protesto contra a «antidemocrática e injusta marginalização da CNA» foram outros recados deixados pelos agricultores transmontanos às entidades responsáveis pelo sector.



O Conselho Agrícola do Distrito de Vila Real convocou a concentração realizada no largo da Cooperativa Agrícola de Vila Pouca de Aguiar

Finalmente, os manifestantes referiram a aplicação do Quadro Comunitário de Apoio que pensam que deveria contribuir para a redução das dívidas acumuladas pelos agricultores «que têm investido e trabalhado com se-

enviadas incluem, junto das compradoras do leite da região, uma proposta de aumento do preço do leite de 45\$/litro para 1995.

Junto das entidades oficiais, os agricultores reclamam a

ladas e distantes dos itinerários principais.

Os agricultores de Vila Real querem também ver dotada a região da chamada quota regional do leite, no base do somatório dos quotas de referência dos produto-

Caravana contra incineradora na Mitrena

Cerca de 200 viaturas participaram sábado numa caravana automóvel contra a eventual instalação da incineradora de resíduos tóxicos na Península da Mitrena, em Setúbal.

Este protesto, que mobilizou

Setúbal, apenas a vereadora da CDU Regina Marques participou na iniciativa, ao lado de outras personalidades conhecidas na região.

Ao princípio da tarde, dezenas de automóveis começaram a

estava escrito “não à incineradora”, bandeiras negras e muitas buzinas.

A caravana automóvel seguiu depois para o Faralhão e Praias do Sado, terminando a jornada de protesto cerca das 17 e 30, precisamente nos locais escolhidos como possíveis localizações da incineradora na Península da Mitrena.

Aí tomaram a palavra o presidente da junta de Freguesia de Praias do Sado e também Regina Marques, que é igualmente provedora do ambiente na Câmara Municipal de Setúbal.

Maurício Costa, biólogo e membro da Comissão Instaladora da Reserva Natural do Estuário do Sado, como delegado da Liga para a Protecção da Natureza, explicou à Agência Lusa as motivações que o levaram a participar neste protesto.

“Acho muito estranho que os estudos de impacto ambiental não tenham referido as possíveis consequências para os seres humanos do lançamento, no estuário do Sado, de metais pesados, como o cádmio, o chumbo e o mercúrio, uma vez que são substâncias que afectam o sistema nervoso central, podem causar perturbações

renais e até mesmo fracturas espontâneas”, disse.

Além disso, “as dioxinas libertadas pela incineração são altamente cancerígenas”. O sistema libertará ainda “inúmeras substâncias gasosas” cujas consequências para a saúde humana não são conhecidas, acrescentou.

Assumindo-se frontalmente contra todo o processo que levou à escolha da Península da Mitrena, Maurício Costa criti-

cou também alguns aspectos ambientais que, segundo disse, deveriam ter merecido mais atenção de quem elaborou o estudo de impacto ambiental.

“A fauna e a flora do Estuário do Sado vão ser fortemente afectadas e o estudo nem sequer refere que aqui existem aves protegidas pela convenção de Berna”, afirmou.

Por outro lado, a Comissão Nacional de Cidadãos contra o Sistema de Incineração de Resí-

duos Tóxicos, constituída recentemente, e que inclui representantes das comissões de luta contra a incineradora de Sines, Palmela, Gondomar, Santo André e Setúbal, prometeu, no decorrer da caravana automóvel, mais protestos contra a incineradora no dia 25 de Abril.

Segundo um dos elementos desta nova comissão, Gonçalo Pereira, será uma acção-surpresa que vai ter repercussão a nível nacional.



O local onde poderá ser instalada a incineradora de resíduos tóxicos foi escolhido para encerrar esta acção de recusa

centenas de setubalenses, foi organizado pela Junta de Freguesia da Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra e pela Junta de Freguesia de Praias do Sado, onde se situam os dois locais para a possível instalação da incineradora em Setúbal.

Da Câmara Municipal de

sair das localidades do Faralhão e de Praias do Sado com destino ao Largo José Afonso, praticamente no centro da cidade de Setúbal.

À tarde, já estavam no local cerca de 200 viaturas, que desfilarão pelas principais artérias da cidade com dísticos em que

JCP em Castelo Branco faz Encontro Distrital

A Juventude Comunista Portuguesa (JCP) vai organizar no próximo sábado o Encontro Distrital de Castelo Branco, feito sob o lema «há sempre alguém que resiste, luta e não desiste» nas instalações da Escola Secundária Frei Heitor Pinto, na Covilhã.

O encontro tem como objectivo eleger uma nova direcção distrital, discutir e apresentar soluções para os problemas da

organização e analisar a situação da juventude, quer no distrito quer no país.

Setúbal

Por outro lado, os jovens comunistas dos quatro conselhos do sul do Distrito de Setúbal promovem, também no próximo sábado, uma conferência de imprensa a realizar no bar Ponto d'Encontro, em

Sines, para dar a conhecer a posição da JCP sobre a possível instalação de uma incineradora e de um aterro de resíduos tóxicos no litoral alentejano.

Regionalização e eleições legislativas serão outros temas a abordar nesta conferência de imprensa que divulgará também as características do 1º Concurso de Música Moderna Portuguesa promovido pela organização.

A Renault, a Ford a Comissão e as deslocalizações

O fenómeno da *deslocalização* de empresas, recentemente debatido no Parlamento Europeu, chamou a atenção da Comunidade para essa nova forma de *dumping* social que passa pela utilização de fundos comunitários para a implantação de empresas e sua posterior transferência para países mais "atractivos" na óptica dos investidores. O problema, apesar das múltiplas intervenções que tem motivado, está longe de ser resolvido, como de novo testemunha a posição da Comissão Europeia, chamada a pronunciar-se sobre a situação da Renault Portuguesa. Para aquele organismo, a "deslocalização das empresas é determinada por uma série de factores" que a Comunidade "tem em conta", quando "necessário". Uma forma diplomática, esta, de dizer que não se prevê a adopção de medidas para pôr cobro às *deslocalizações*.

Numa pergunta escrita à Comissão, o eurodeputado Joaquim Miranda - após lembrar os despedimentos e rescisões de contratos que se têm registado na fábrica de Setúbal, as ameaças de encerramento da mesma, e o facto de o Estado português participar, directa ou indirectamente, em 30 por cento do capital social da empresa e de lhe ter concedido apoios de cerca de 48 mil milhões de escudos - quis saber que "medidas e orientações" pensa aquele organis-

mo adoptar ou implementar para impedir a estratégia de *deslocalização* em que a Renault está apostada. Na sua exposição, o eurodeputado recorda que, enquanto a situação da fábrica em Portugal se degrada, com nefastas incidências em termos do emprego, da estabilidade social e para a economia da região e do país, a empresa em causa aposta na abertura de nova fábrica na Eslovénia, sempre na mira de maiores lucros à custa de baixos salários. E isto,

salienta-se, com apoios comunitários.

A resposta foi elucidativa. Em nome da Comissão, o comissário Wulf-Mathies começa por esclarecer que a Renault Portuguesa recebeu, no período de 1989-1992, cerca de 1,4 milhões de ecus no quadro do PEDIP, e, entre 1990 e 1993, cerca de 650.000 ecus para formação profissional no âmbito do Fundo Social Europeu. Lembra, por outro lado, que, "em 1980, quando foram concedidos os primeiros auxílios públicos e a Renault decidiu estabelecer uma fábrica em Setúbal com vista ao abastecimento de um mercado então fechado, Portugal ainda não era membro da Comunidade Económica Europeia".

Uma referência curiosa, aquela, sobretudo tendo em conta a ausência de comentários ao período que medeia até 1989, altura da concessão dos apoios à Renault. Sobre a questão, o comissário limita-se a informar ter enviado "uma comunicação escrita às autoridades portuguesas relativa aos benefícios financeiros e fiscais concedidos pelo Estado Português entre 1989-1992 num montante de 6,7

milhões de contos (aproximadamente 38 milhões de ecus)", de que a Comissão "não tinha sido informada".

Dado que tais benefícios não foram postos em causa, antes foram reforçados com novas verbas do PEDIP e do FSE, lícito se torna supor que a Comissão nada lhes teve a opor. Como parece nada ter a opor à *deslocalização* das empresas, uma vez que sobre a matéria a Comissão se limita a constatar

que ela "é determinada por uma série de factores (como, por exemplo, o sistema fiscal, condições sociais e disponibilidade de mão-de-obra qualificada), dos quais os auxílios directos, como por exemplo, os citados, são apenas um aspecto", os quais são "tidos em conta, quando necessário, nos programas que se incluem no quadro comunitário de apoio para Portugal".

O que quer isso dizer? A Comissão não explica. Mas vai

adiantando, como quem não quer a coisa, que "a empresa mista da Volkswagen e Ford, que cria um número considerável de postos de trabalho em Setúbal, recebeu fundos comunitários nesse contexto". Ou seja, se a Renault despede e a Ford emprega, por que motivo se queixam os portugueses? Afinal, ninguém disse que a estabilidade social e o desenvolvimento da economia eram uma prioridade... Ou disse?

Espanha rejeita pré-acordo de pesca

A União Europeia e Canadá acordaram esta semana novas modalidades para a actividade pesqueira na zona internacional gerida pela Organização de Pescas do Noroeste Atlântico (NAFO), mas o processo negocial está longe de pôr termo ao conflito desencadeado por dois ataques das autoridades marítimas canadianas a dois arrastões espanhóis ao largo da Terra Nova. O primeiro-ministro espanhol, Felipe Gonzalez, recusou já esse pré-acordo, por o considerar "insatisfatório" para os interesses de Espanha, e em Portugal, os representantes dos armadores exigiram que o Governo rejeitasse qualquer medida que reduza as "já diminutas possibilidades" de captura da frota de longo curso.

"Qualquer quota abaixo das oito mil toneladas que Portugal capturava de palmeta nos últimos anos significa uma redução nas nossas possibilidades de pesca", refere um comunicado divulgado anteontem pela Associação dos Armadores das Pescas Industriais (ADAPI). A Associação recorda que a frota portuguesa de pesca longínqua já sofreu, nos últimos anos, uma redução de 70 por cento, "o que não aconteceu com nenhum outro país da União Europeia", apesar de Portugal ser o país que "tem mais direitos históricos na pesca da palmeta" na zona NAFO, incluindo a Espanha.

A ADAPI defende ainda que o Governo português exija, na reunião de hoje do Conselho de Ministros das Pescas da UE, a atribuição a Portugal das quotas de cantarilho e bacalhau que nunca foram utilizadas pela Alemanha e pela Grã-Bretanha, e lamenta que Portugal não se tenha feito representar ao mais alto nível nas negociações entre a UE e o Canadá.

O ministro do Mar, Duarte Silva, seguiu ontem para o Luxemburgo, de modo a emendar a mão e participar ainda nas negociações, ao mesmo tempo que, em declarações à Lusa, uma fonte do Ministério do Mar afirmava que o Governo português rejeita "reduções penalizadoras" para o País num eventual acordo entre a União Europeia e o Canadá para acabar com o conflito sobre pesca no Atlântico Norte. Segundo a mesma fonte, "serão rejeitadas" todas as medidas consideradas "discriminatórias" para Portugal e que não tenham em conta as razões históricas e científicas que assistem aos pescadores portugueses.

Contudo, acrescentou, não existe ainda qualquer posição oficial do Governo por "se desconhecem ainda os elementos do pré-acordo" estabelecido entre a UE e o Canadá.

Uma falta de informação que não parece afectar o governo de Madrid. As autoridades espanholas exigem que um acordo entre a União Europeia e o Canadá sobre a pesca da palmeta "deixe claro o princípio da legalidade internacional, que a redução das quotas seja equilibrada e objectiva, e aceite por todas as partes contratantes".

Para o ministro espanhol, Luis Atienza, o princípio de acordo entre a União Europeia e o Canadá "não é satisfatório nem do ponto de vista dos princípios nem das quantidades, pois não garante o restabelecimento da legalidade internacional e tem que ser um acordo multilateral aceite por todas as partes contratantes", pelo que é "inaceitável".

Para o ministro espanhol, "tem que ficar claro o princípio da legalidade internacional, com a aplicação das 200 milhas, e o regresso ao momento anterior a 3 de Março", com o cancelamento da proibição de pesca na zona aos pesqueiros espanhóis e portugueses.

Em sua opinião, "este não é um tema que se possa acordar apenas entre a União Europeia e o Canadá e tem que ser sempre um acordo que envolva os países membros da Organização de Pescas do Noroeste Atlântico (NAFO)".

Entretanto, em Estrasburgo, o ministro francês dos Assuntos Europeus, Alain Lamassoure, escusou-se na terça-feira a confirmar se a presidência da Comunidade, presentemente assumida pela França, vai submeter aos Estados-membros, na reunião de hoje do Conselho de Ministros das Pescas, o acordo pesqueiro UE-Canadá rejeitado pela Espanha.

Grundig Fundos comunitários para contratos... a prazo

Ainda em 1994, o eurodeputado do PCP, Honório Novo, questionou a Comissão Europeia sobre os apoios comunitários e garantias de emprego, relacionados com a Grundig Electrónica de Portugal. Na origem da pergunta escrita estavam os sucessivos processos de despedimentos levados a cabo pela empresa (desde 1992, 340 trabalhadores despedidos em processo amigável e uma tentativa de despedimento colectivo anulado pelo Tribunal de Trabalho de Braga), a mudança de nome para grupo Grundig Audio Internacional e posterior divisão em quatro unidades com redistribuição de pessoal e, em 1994, novo processo de despedimento colectivo de 19 trabalhadores, apesar do grupo continuar a admitir pessoal com contratos a prazo.

Tendo em conta que a referida multinacional recebeu apoios comunitários (Programa Específico para o Desenvolvimento da Indústria Portuguesa - PEDIP) e continua a candidatar-se a novos fundos, através do II Quadro Comunitário de Apoio (IIQCA), pretendia o eurodeputado saber quais os montantes recebidos pela ex-Grundig Electrónica de Portugal, a que novos fundos comunitários se candidatou o grupo Grundig Audio Internacional e que garantias foram dadas, ou exigidas pela Comissão "de que tais fundos serão aplicados na manutenção e estabilidade do emprego e não no financiamento de despedimentos colectivos não necessários, como o prova a sistemática contratação de novos trabalhadores a prazo".

A resposta tardou, mas acabou por chegar. Informa a Comissão - com base em informação transmitida pelas autoridades portuguesas - que a Grundig Electrónica de Portugal recebeu, através do PEDIP, um apoio de 929.590 contos, no período de 1989 a 1992; o referido montante foi co-financiado pela Comunidade (75 por cento) e

por Portugal (25 por cento), representando 21 por cento do investimento total.

Ainda reportando-se à mesma fonte, a Comissão faz saber que a Grundig Audio Internacional não tinha apresentado, até 15 de Março último, qualquer pedido de apoio no âmbito do IIQCA, mas que as informações veiculadas pela imprensa fazem supor que ainda o venha a fazer. Nessa eventualidade, o pedido "será avaliado de acordo com os critérios contidos na legislação aplicável".

No respeitante aos postos de trabalho, a resposta da Comissão é bastante diplomática. Depois de reconhecer que "os projectos aprovados no âmbito do PEDIP I previam a criação de 59 postos de trabalho, dos quais 34 foram concretizados", a Comissão informa ter solicitado "aos organismos competentes portugueses que a informassem se o contrato com a Grundig tinha sido revisto à luz desse facto", e promete transmitir ao deputado a resposta que receber.

Face ao exposto, várias conclusões se podem tirar. Em primeiro lugar, que a Grundig não só não criou a totalidade dos postos de trabalho a que se comprometera como, no ano a que se reporta o apoio financeiro, efectuou despedimentos; em segundo lugar, que embora tenha persistido na substituição de trabalhadores efectivos por trabalhadores com contratos a prazo, a Grundig continua (agora com novo nome) a poder candidatar-se a fundos que teoricamente se destinam à manutenção e estabilidade do emprego; em terceiro lugar, que é da responsabilidade do Governo português a revisão do contrato com a Grundig, à luz de todos estes factos; e finalmente, que a troca de informação entre Lisboa e Bruxelas, nestes tempos das auto-estradas informativas, continua a ser tão morosa que se corre o risco de já não haver trabalhadores efectivos na Grundig se, e quando, for tomada uma decisão sobre o assunto.

Homens do mar visitam PE

A convite dos deputados do PCP no Parlamento Europeu, está de visita a Estrasburgo, de 3 a 7 deste mês, uma delegação de 35 membros, todos eles ligados à actividade pesqueira portuguesa.

O grupo é constituído por armadores, membros de associações de produtores, dirigentes sindicais e pescadores de toda a faixa litoral e ainda por dois eleitos autárquicos da zona Centro.

No Palácio da Europa, em Estrasburgo, onde está a decorrer esta semana a sessão plenária do Parlamento Europeu, os visitantes tiveram oportunidade, anteontem, de expor os seus pontos de vista e de discutir com os deputados portugueses os diversos problemas que a actividade pesqueira nacional enfrenta, muitos deles decorrentes de directivas da política comunitária em relação às pescas.

Durante a visita, os membros da delegação terão ainda oportunidade de se encontrarem com técnicos comunitários e deputados de outros países, membros da Comissão de Pescas do Parlamento Europeu, a quem transmitirão os problemas e inquietações no âmbito da sua actividade.

Direitos humanos

Diferentes organizações de defesa dos direitos humanos, nomeadamente a Amnistia Internacional, consideram que os Estados Unidos violam frequentemente o Acordo internacional sobre os direitos civis e políticos, assinado por Washington em 1992. As organizações de direitos humanos referem em particular a execução de delinquentes juvenis, que têm vindo a aumentar. E denunciam a discriminação social e racial no que respeita à justiça, e a violência policial.

Ajuda alimentar

A União Europeia lamentou a decisão dos Estados Unidos de reduzir em 45% a sua participação no fornecimento de ajuda alimentar aos países menos desenvolvidos em 1995. "A Comissão europeia considera que esta decisão é preocupante, num momento em que as necessidades alimentares estão longe de se reduzir", afirma-se em comunicado. As necessidades em cereais, apenas para o continente africano, são calculadas em cinco milhões de toneladas.

Guatemala

Rigoberta Menchu, prémio Nobel da Paz, solicitou à CIA que forneça informação sobre as suas actividades na Guatemala e designe os oficiais do exército guatemalteco que trabalham por sua conta. Esta iniciativa vem na sequência de declarações do representante americano Robert Torricelli, que acusou o coronel Alpírez, oficial do exército guatemalteco ao serviço da CIA, de ter dado ordens para o assassinato de um americano e de um guerrilheiro guatemalteco casado com uma americana.

Capacetes azuis

O presidente sérvio, Slobodan Milosevic, reuniu-se com o mediador da ONU Thorvald Stoltenberg sobre o futuro papel dos capacetes azuis na ex-Jugoslávia. Um comunicado da presidência sérvia, citado pela agência Tanjug, indica que no encontro foram analisados os meios capazes de "impulsionar o processo de paz e os esforços ligados à execução do papel da manutenção da paz das Nações Unidas". A operação da ONU para o restabelecimento da confiança na Croácia, ONURC, instituída pelo Conselho de Segurança e que suscitou enorme polémica entre sérvios e croatas, tem já fixadas as suas grandes linhas mas não as modalidades quanto à redução dos efectivos, envio e funcionamento. De acordo com os resultados das negociações em curso, o secretário-geral da ONU, Butros-Ghali, deverá enviar um relatório, o mais tardar a 21 de Abril, ao Conselho de Segurança que adoptará uma nova

Curdos

Forças turcas invadem Curdistão do Iraque

Tímidos protestos e muita "compreensão" (nomeadamente da parte do governo iraquiano) foi a reacção internacional à invasão do norte do Iraque pela Turquia, empenhada em liquidar quaisquer formas de resistência por parte da população curda, a que o governo de Ankara recusa o direito a uma identidade.

A pretexto da liquidação do PKK, partido curdo que desenvolve uma guerra de guerrilha contra a política do governo turco em relação aos curdos, a Turquia invadiu o Iraque com uma força de 35 mil soldados, e tem efectuado bombardeamentos sistemáticos sobre a região habitada hoje por dezenas de

milhar de curdos (cerca de 30.000), refugiados no Curdistão do Iraque para fugir à repressão, ou porque as suas aldeias na Turquia foram arrasadas pelo exército.

Neste momento, o governo turco apresentou mesmo um plano que, a concretizar-se, corresponde a uma ocupação per-

manente da zona norte do Iraque.

Concretamente, a Turquia afirma-se "pronta a retirar o grosso das suas tropas do norte do Iraque num curto espaço de tempo, na condição de aí poder deixar uma força residual encarregada de evitar um regresso do PKK".

O governo turco manifesta ainda o desejo de que uma "força multinacional", em que participariam os Estados Unidos e eventualmente a França e a Grã-Bretanha, "apoie esta força residual".

Com esse objectivo, o novo ministro dos Negócios Estrangeiros turco, o social-democrata Erdal Inonu, iniciou uma tournée diplomática por Washington, Paris, Londres e Bona, destinada a angariar apoios para este plano.

Em comentário às verdadeiras razões da invasão, Yavuz Onen, presidente da Fundação dos Direitos humanos na Turquia, afirma: "Para nós, é muito claro que se trata de uma invasão. Não é uma operação contra o PKK. É um empreendimento muito mais vasto e com objectivos a longo prazo. No plano externo, trata-se de colocar o Curdistão do Iraque sob controlo turco, o que vem ao encontro de um velho projecto do antigo presidente Turgut Ozal de se apropriar das zonas petrolíferas de Kirkouk e Erbil. Um velho sonho hoje abertamente apoiado pelos Estados Unidos (...) No plano interno, isto permite calar o descontentamento e deixar a democratização para mais tarde".

Entretanto, a violação dos direitos humanos é situação corrente na Turquia. Há actualmente 6.000 processos políticos e as organizações populares, sindicais e partidárias continuam sujeitas a rígido controlo.

Para as populações curdas actualmente no norte do Iraque, vítimas da ocupação militar turca e dos bombardeamentos, a situação é particularmente dramática. O Comité Internacional da Cruz Vermelha protestou junto da representação turca em Genebra pela recusa das autoridades de Ankara em autorizar a entrada das suas equipas na zona ocupada, para ajudar as populações civis e nomeadamente os feridos e presos.

Em Genebra, o Alto Comissariado da ONU para os Refugiados manifestou a sua preocupação pela sorte dos refugiados. Há notícias de que as forças turcas estão a obrigar os curdos a regressar à Turquia. Deslocações forçadas que naturalmente o ministério turco dos Negócios Estrangeiros nega.

Em Nova Iorque, uma delegação de exilados curdos afirmou que as "forças de invasão turcas" têm vindo a "destruir as aldeias e matar civis".



Coluna de carros do exército turco toma posição próximo de uma aldeia curda no norte do Iraque

O PCP na Grã-Bretanha, na Índia no Nepal e na África do Sul

Zilda de Carvalho na Grã-Bretanha

De 31 de Março a 2 de Abril, a camarada Zilda de Carvalho, membro suplente do CC, participou em Londres, em representação do PCP, num colóquio internacional promovido pelo PC da Bretanha sobre "Uma perspectiva socialista para a Europa", assim como no acto comemorativo do 75º aniversário da fundação do Partido Comunista da Grã-Bretanha.

Albano Nunes na Índia e Nepal

Está a decorrer, de 3 a 8 de Abril, o 15º Congresso do PC da Índia (Marxista). O PCP está representado pelo camarada Albano Nunes, membro do Secretariado do CC, que transmitiu a saudação fraternal dos comunistas portugueses.

Nela se afirma, nomeadamente, o "grande apreço e solidariedade para com a acção corajosa do PCI (M) em defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo indiano, contra a política antipopular ditada pelo grande capital transnacional, em defesa da soberania, da integridade e da unidade nacional".

Sublinha-se ainda "o decisivo papel do PCI (M), em conjunto com os seus aliados, na luta de massas, nomeadamente nas gigantescas greves e acções populares que têm tido lugar no

vosso país, assim como no governo de Bengala Ocidental e de outros Estados da União Indiana".

"Desejamo-vos - diz-se na saudação - os melhores sucessos à vossa acção em prol da cooperação das forças de esquerda e populares, por uma Índia soberana, unida e progressista, orientada para a solução dos dramáticos problemas das massas e uma política externa de paz, amizade e cooperação entre os povos".

A saudação refere que "a Cimeira sobre o Desenvolvimento Social é uma comprovação recente de que o capitalismo não só é incapaz de resolver os problemas que afectam a Humanidade, como estes tendem a agudizar-se. A Índia, como outros países do chamado Terceiro Mundo, sujeita aos ditames do FMI/Banco Mundial e cada vez mais aberta à pilhagem das multinacionais é disso um exemplo particularmente gritante. Mas o desemprego, a pobreza e a exclusão social que alastram na União Europeia e nos chamados países industrializados têm a mesma raiz de classe. São realidades que objectivamente aproximam a luta dos povos e tornam particularmente necessário o desenvolvimento dos laços de solidariedade internacionalista".

O camarada Albano Nunes visitará em seguida o Nepal, de 9 a 11 de Abril, a convite do CC do Partido Comunista do Nepal (Unificado Marxista Leninista).

Domingos Lopes na África do Sul

De 6 a 8 de Abril, o camarada Domingos Lopes, membro suplente do CC, representará o PCP no 9º Congresso do Partido Comunista da África do Sul.

Na saudação do CC do PCP, declara-se, nomeadamente, que "o PCP segue com espírito solidário a luta do Partido Comunista Sul-Africano pela consolidação das conquistas democráticas obtidas na vitória eleitoral do

ANC em Abril de 1994, pela defesa dos interesses da classe operária e dos trabalhadores sul-africanos, valorizando a perspectiva socialista em que se insere a sua acção".

E sublinha-se: "A causa libertadora dos trabalhadores, dos povos, a luta contra as tentativas de impor uma "nova ordem" mundial, torna imperioso e urgente, a par do desenvolvimento da luta em cada país, o fortalecimento da solidariedade internacionalista dos trabalhadores e dos povos".

Encontro de Carlos Carvalhas com delegação curda

Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do Partido Comunista Português, recebeu, na sede central do PCP, uma delegação curda composta por Zubeyin Aydal, Ali Yigiz, ex-deputados curdos no Parlamento e expulsos pelas autoridades turcas, e B. Ylhmar.

Durante o encontro, foram trocadas opiniões acerca da invasão turca do Iraque contra o povo curdo. O Secretário-Geral do PCP condenou a invasão do Iraque pela Turquia e a repressão contra o povo curdo e expressou à delegação curda a solidariedade dos comunistas à luta do povo curdo pelo direito de se pronunciar sobre o seu futuro e pela defesa dos seus direitos nacionais.

Carlos Carvalhas encontrava-se acompanhado por Domingos Lopes, membro do Comité Central.



Índia

Miséria e instabilidade

As eleições realizadas ao longo do mês de Março em diversos Estados da Índia saldaram-se por uma pesada derrota para o Partido do Congresso que, desde a independência, em 1947, tem dirigido o país, salvo curtos períodos (1977-1979 e 1989-1991).

Após as últimas eleições, o Partido do Congresso foi afastado da direcção de todos os Estados importantes da União, com excepção de Assam. Numa população total de quase um bilião de pessoas, o Partido no poder já só

governa, no plano regional, menos de 200 milhões, o que corresponde a um quinto deste imenso país.

Uma realidade que não surpeende, se tivermos em conta a situação de miséria e de profunda degradação das condições de vida que marca o quotidiano da Índia.

Segundo o recenseamento oficial, em mais de 900 milhões de indianos, 700 milhões vivem abaixo do limiar da pobreza. O Fundo das Nações Unidas para a Infância calcula que 250

milhões de habitantes sofrem de subalimentação, e que 9% das crianças são vítimas de graves carências alimentares. Pelo menos 80% da população não dispõe de condições de habitação que permitam o mínimo de higiene.

Um inquérito realizado em 1991 mostrou que 60,7% das mulheres e 35,9% dos homens são analfabetos. Percentagens entretanto muito diferentes de Estado para Estado. Assim, em Rajasthan (noroeste), 79,6% das mulheres são analfabetas, enquanto em Kérala (no sul) - um Estado durante muitos anos administrado pelos comunistas - essa percentagem é de 13,8%.

O desenvolvimento da Índia está completamente comprometido pelas medidas impostas pelo FMI e Banco Mundial, a que o governo de

Nova Deli se submeteu. A dívida externa é superior a 90 mil milhões de dólares. Só o serviço da dívida ultrapassa em 30% o volume anual das exportações.

A situação socioeconómica do país foi particularmente agravada, em 1991, com a política governamental de liberalização da economia.

Entre 1991 e 1992, os salários sofreram uma quebra de 4% a 15% segundo os Estados. As privatizações e as "reestruturações" que lhes seguiram saldaram-se pela subida em flecha do desemprego. O custo de vida tornou-se insuportável, com aumentos de preços da ordem dos 44% nos quarenta e três meses que se seguiram às reformas promovidas pelo governo de Narasimha Rao.

Um terreno propício à afir-

mação, no plano político e religioso, de formas de fundamentalismo hindu e de fanatismo religioso.

Em Bombaim, a capital financeira do país, o Bahariya Janata Party (partido nacional hindu), partilha actualmente o poder com uma organização fascizante, o Shiv Sena, que instigou os progoms antimuçulmanos do inverno de 1992-1993, em que morreram mais de um milhar de pessoas.

Os comunistas indianos - que administram dois Estados da União, Bengala Ocidental e Tripura, com cerca de 58 milhões de habitantes - defendem a unidade de todas as forças democráticas, como forma de abrir caminho a outras opções políticas e barrar o ascenso dos grupos fundamentalistas.

resolução precisando o mandato da ONURC. Sem acordo, croatas e sérvios ameaçam recusar a presença de capacetes azuis junto às suas fronteiras.

Israel

Pela primeira vez, a imprensa israelita publicou informações sobre o rapto de um técnico nuclear israelita por agentes da Mossad (polícia política), em 1986. Mordehai Vanun, que tinha trabalhado na central nuclear de Dimona, desapareceu em Londres após ter feito revelações sobre o arsenal nuclear israelita ao semanário britânico "Sunday Times". Ficou depois preso, em segredo, em Israel.

Armas

Em 1991, os fornecimentos de armas pela França aos estados do Médio Oriente representava cerca de metade das suas exportações totais de armas. Na sequência da guerra do Golfo, e no período compreendido entre 1990 e 1993, Washington vendeu 60% das armas destinadas a esta região.

Alemanha

O governo de Bona afirmou ir verificar as informações, segundo as quais o exército turco tem vindo a utilizar armas fornecidas pela Alemanha na sua ofensiva contra os curdos no norte do Iraque. O ministro dos Negócios Estrangeiros alemão afirmou que, no caso de se confirmarem tais informações, interviria no sentido de impedir tal situação. Mas acrescentou não ter "nenhuma razão para duvidar" dos desmentidos publicados em Ankara.

EUA

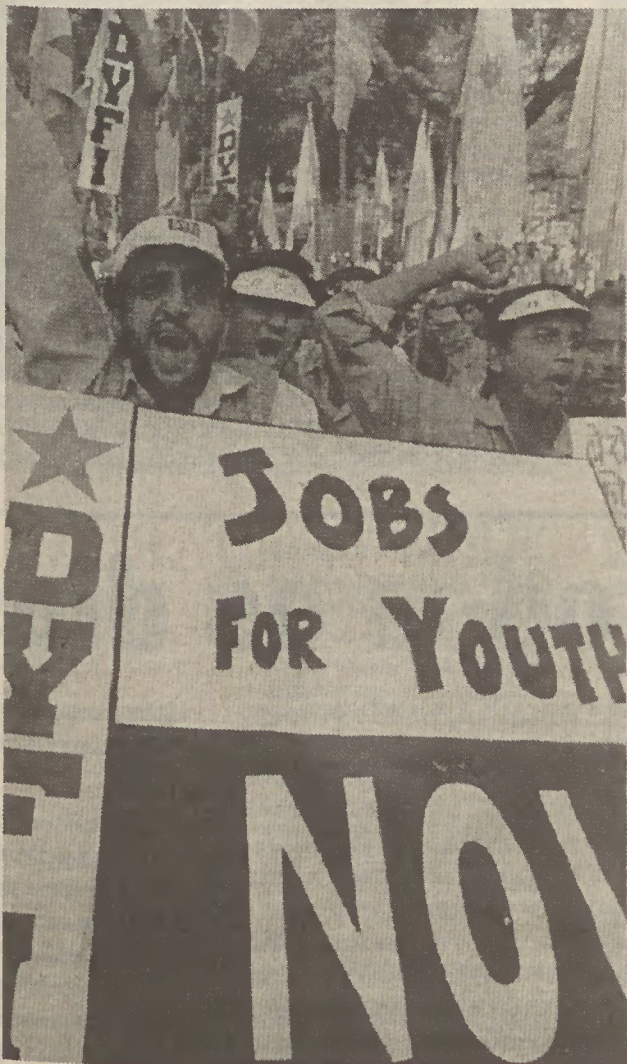
O défice do comércio externo dos Estados Unidos em bens e serviços registou em Janeiro um agravamento de 68,4%, passando para 12,23 mil milhões de dólares. Um mês antes, em Dezembro de 1994, o défice era de 7,34 mil milhões de dólares. O défice previsto pelos especialistas de Wall Street para Janeiro era de 9,05 mil milhões de dólares.

Crianças

A prostituição infantil está a registar um acentuado agravamento nos países da Europa de Leste e nos países mais pobres da Ásia, foi denunciado numa conferência internacional realizada em Sydney, capital da Austrália.

Iraque

As direcções dos Partidos comunistas do Iraque e do Curdistão-Iraque publicaram um comunicado comum em que "condenam decididamente a invasão turca, apelam à retirada imediata das forças turcas e pedem à comunidade internacional para que pressione" no sentido dessa retirada.



Manifestação, nas ruas de Deli, contra o desemprego

Burundi

A violência anunciada

Bujumbura, a capital do Burundi, vive um período de relativa acalmia, após a onda de violência desencadeada em 24 de Março passado, e de que foi alvo prioritário a população hutu. Calcula-se que nestes dias foram mortas várias centenas de pessoas (entre 200 a 500). Mantém-se entretanto a tensão, enquanto os residentes estrangeiros - americanos, franceses e belgas - continuam a sair, para uma Páscoa "antecipada". Prossegue a fuga em massa - 30.000 a 50.000 pessoas - para o Zaire e Tanzânia.

O primeiro-ministro burundi, Antoine Nduwayo (pertencente à comunidade tutsie), elaborou um plano de acção em que o regresso à paz e segurança surge

como "a prioridade das prioridades".

O plano, apresentado ao presidente Sylvestre Ntibunganya (da comunidade hutu) prevê o prosseguimento da "operação de desarmamento e desmantelamento dos bandos terroristas com mais firmeza e determinação que no passado" e denuncia a presença de numerosos membros das "ex-Forças armadas ruandesas e de milicianos Interhamwe" (milícias da antiga ditadura racista de Kigali, Ruanda).

A situação é, entretanto, de grande tensão, e de há muito há quem tenha vindo a apostar na engrenagem do "conflito interétnico". Frente a frente dois movimentos extremistas.

O Partido de libertação hutu - Palipehutu - partido burundi que defende o poder hutu. Em documento divulgado em Maio de 94, este partido extremista referia claramente qual a sua estratégia: "Provocar o exército (...) para o levar a intervir. Será logo após estas intervenções que o plano geral (de extermínio dos tutsis) será aplicado".

Do outro lado, manobram igualmente forças extremistas. Responsáveis pelo assassinato, em 21 de Outubro de 1993, de Melchior Ndayaye, o primeiro presidente democraticamente eleito do país, têm um peso sig-

nificativo no exército e na União para o progresso nacional, antigo partido único, e ocupam igualmente algumas posições nas milícias.

A onda de violência que explodiu em fins de Março está longe de constituir uma surpresa. Já há algum tempo se vinham sucedendo os atentados e assassinatos. Em fins de 94 e Janeiro deste ano, os bairros tutsis de Musaga e Mutanga são devastados por pilhagens e tiroteios. Desde 21 de Março, que se multiplicam os confrontos e os assassinatos de tutsis. A repressão militar é brutal. Entretanto, entre os tutsis, organizam-se igualmente bandos terroristas que atacam as populações hutus. A lógica da violência interétnica ganhava assim terreno.

Em Janeiro de 1995, uma missão do Parlamento europeu, dirigida por Lord Plumb, vice-presidente da Assembleia paritária UE-ACP, alertava para o perigo das "minorias extremistas que se esforçam por desestabilizar as instituições". E sublinhava: "A presença de elementos armados do ex-governo ruandês junto da fronteira do Burundi constitui um factor de desestabilização". Os deputados europeus propunham "uma acção preventiva e uma estratégia destinada a evitar as perdas em vidas humanas".

Meses passados, os massacres tornaram-se realidade. Novas dezenas de milhar de refugiados somam-se aos muitos outros que, por todo o continente africano, fogem das guerras e da fome. E o exemplo da tragédia do Ruanda, onde foram massacrados mais de 500.000 tutsis e hutus que não alinharam com os extremistas, mantém toda a sua actualidade.

Água

Recursos escassos e consumo desigual

O consumo de água está a aumentar rapidamente a nível mundial, colocando sérios problemas quanto aos recursos em água doce até ao ano 2000. O alerta é da Organização Meteorológica Mundial (OMM). Em geral ignorado, o problema da água, tal como o de outros recursos naturais, tem vindo entretanto a afirmar-se cada vez mais, tanto no nosso quotidiano como no plano político. Reflectindo também as profundas desigualdades que marcam o mundo de hoje.

Segundo os cálculos da OMM, no ano 2000 a África não disporá de mais de 5.100 m³ de água por pessoa, o que corresponde a um quarto do volume disponível em 1950. Nesse mesmo período, na Ásia e na América do Sul, a quebra será da ordem de um terço, passando respectivamente para 3.000 m³ e 28.300 m³.

Estes cálculos da OMM são confirmados pela UNESCO que, em colóquio realizado em Paris no Dia Mundial da Água, alerta para o facto chocante de dois mil milhões de pessoas, em todo o mundo, não terem actualmente acesso a água potável.

Os participantes do colóquio de Paris dedicaram particular atenção aos países da bacia medi-

terrânica, considerando três factores que tenderão a tornar a situação cada vez mais difícil nesta zona. A população da bacia do Mediterrâneo aumenta de um milhão de pessoas em cada nove meses, aumento acompanhado de uma crescente urbanização, nomeadamente no litoral; a irrigação da agricultura desenvolve-se também rapidamente enquanto as chuvas rareiam; o turismo está em franco crescimento.

Tendo em conta que, na melhor das hipóteses, os recursos hídricos se mantêm constantes, esta conjugação dos três factores referidos pode levar a uma situação explosiva já no início do próximo século.

Neste quadro, de luta previsível pelos recursos hídricos, não será fácil, também no plano político, encontrar soluções equilibradas.

De referir, por exemplo, que actualmente 90% da água da Cisjordânia e 25% da dos montes Golan, são utilizadas por Israel, nomeadamente para a irrigação. O consumo médio anual de um israelita é de 400 metros cúbicos contra 200 para um jordano e 120 para um palestino.

Agudiza-se a luta na Siderurgia Nacional

■ Domingos Mealha

Recusamos o caminho que leva ao País sem aço

Resistir aos despedimentos, à violação de direitos, à privatização e à destruição da empresa é mais difícil, mas também mais necessário. Prosseguindo a denúncia pública dos problemas vividos na SN e das consequências da política do Governo e da administração, os comunistas, com os demais trabalhadores e suas estruturas, estudam respostas para manter a luta à altura da ofensiva.

Depois de sucessivas reestruturações, que tiveram como únicos reflexos evidentes a liquidação de milhares de postos de trabalho e o encerramento de secções, surgiu o PERG (Plano Estratégico de Reestruturação Global), que levou ao desmembramento da Siderurgia Nacional em três empresas. Governo e administração pretendem ainda despedir mais 1500 pessoas. Para José Osório, dirigente sindical dos Metalúrgicos e membro da Comissão de Trabalhadores da SN, o aparecimento deste novo plano veio reconhecer o fracasso dos anteriores. A alteração da estrutura da empresa,

em termos funcionais e em número de trabalhadores, foi determinada pela decisão de privatizar a empresa e vai ao encontro do interesse manifestado por grupos estrangeiros que cobiçam a quota de mercado da Siderurgia Nacional.

A viabilidade do PERG suscita muitas interrogações, quer nas estruturas representativas dos trabalhadores, quer na célula do PCP na empresa (de cujo secretariado José Osório também faz parte). E a maior preocupação é que os mentores desta política estejam a criar condições para satisfazer os estados da Comunidade que são grandes produtores de excedentes de aço e que gostariam de ver eliminado mais um concorrente.

Na luta contra tal orientação, em todas as áreas onde inter-vêm, os comunistas defendem que a Siderurgia Nacional tem mercado e deve manter-se no sector empresarial do Estado, como alavanca importante para impulsionar o desenvolvimento do País - refere José Capucho, membro da direcção regional de Setúbal (DORS) do Partido e responsável, na concelhia do Seixal, pelo acompanhamento da SN e outras importantes células de empresa.

Um bom exemplo dos motivos que levam a que o PERG seja globalmente recusado é a opção, nele contida, pela produção de aço a partir de

sucata, por forno eléctrico - aponta Manuel Amaral, membro da DORS e do secretariado da célula e também delegado sindical.

O plano do Governo prevê a eliminação da via integrada de produção de aço (a partir de minério de ferro), o que levará à desactivação do único alto forno existente no País. Será necessário montar um forno eléctrico, para fundir aço a partir de sucata. Entretanto, no plano anterior fora decidido encerrar o forno eléctrico que havia na Siderurgia. Portugal tem muito elevados custos de electricidade e não é produtor de sucata, o que é agravado por os países que a produzem em maiores quantidades preferirem reciclá-la nas suas siderurgias, em vez de a exportar.

O quadro das preocupações, quanto ao futuro que o Governo do PSD está a preparar para a Siderurgia Nacional, é completado com o clima de terrorismo social que se instalou na empresa e que José Luís Pereira, delegado sindical e também membro do secretariado da célula do Partido, exemplifica com a continuação da Palmeirinha; também conhecida por «Pinheiro da Cruz», é o local onde a administração tem actualmente 40 trabalhadores (entre os quais se encontram quase todos os membros dos organismos representativos) considerados excedentários, que são ali colocados sem qualquer ocupação. Além destes, há mais 40 operários que foram mandados para casa e estão impedidos de permanecer nas instalações da empresa.



José Capucho, Manuel Amaral, José Osório e José Luís Pereira falam ao «Avante!» sobre as consequências do desmembramento da Siderurgia Nacional e os novos problemas que os comunistas, com os demais trabalhadores, procuram solucionar



Os trabalhadores da SN têm resistido firmemente à ofensiva de sucessivos governos que, a pretexto de reestruturar, apenas procuram reduzir os efectivos e moldar a empresa aos desejos dos monopólios estrangeiros que a cobiçam (foto da manifestação de 16 de Fevereiro, em Lisboa, integrada na Jornada nacional da CGTP)

De plano em plano...

A modernização adiada

Desde que, no início da década de sessenta, começou a funcionar em Paio Pires a fábrica de produtos longos, a Siderurgia Nacional então nascida conheceu vários planos e projectos. A Comissão de Trabalhadores, a Comissão Inter-Sindical e a federação dos Metalúrgicos, em documentos conjuntos divulgados depois de conhecido o PERG actualmente em execução, recordaram momentos-chave da vida atribulada da empresa já depois da revolução de Abril, particularmente depois de desencadeada por sucessivos governos que tiveram sempre por comum a aplicação de políticas de direita.

Em 1979, o Governo de Mota Pinto decide abandonar o Plano Siderúrgico Nacional (que fora aprovado em Agosto de 1975, decidindo-se o início da sua primeira fase, a ampliação das instalações no concelho do Seixal, em Janeiro de 1977). Em substituição do PSN - e depois de já terem sido gastos 45 milhões de contos -, surge um mais limitado Plano de Expansão de Produtos Longos do Seixal.

Este PEPLS é sujeito a reavaliação no final de 1982. Em 1983, o Governo resolve aplicar um novo Plano de Modernização dos Produtos Longos do Seixal.

O PMLPS é posto de parte e é aprovado, em Outubro de 1987, o Plano de Reestruturação da Siderurgia Nacional, que vigorou até 1991 e teve como saldo a liquidação de três mil postos de trabalho efectivos. Foi neste período que os responsáveis da SN se desfizeram, a preços muito baixos, de material adquirido para executar o anterior plano de expansão. Foi então vendido um alto forno, com capacidade para produzir um milhão de toneladas de aço por ano (a partir de minério pobre, existente no mercado nacional); o mesmo valor foi gasto para remendar o alto forno instalado no Seixal, já com trinta anos de exploração e que produz menos de meio milhão de toneladas (com minério rico, que é necessário importar).

O PERG recusado

Em Setembro de 1993, surgiu o Plano Estratégico de Reestruturação Global da Siderurgia Nacional, cuja concretização passou pela publicação, no final do ano passado, de uma resolução do Governo criando uma holding e mais três empresas, a partir da SN.

No PERG são claramente reconhecidas as limitações impostas ao desenvolvimento da indústria siderúrgica portuguesa após a adesão do País à CEE. Para estes problemas já as estruturas dos trabalhadores haviam alertado, e eram previsíveis as consequências, mais recentes, das mutações ocorridas no Leste europeu. Não se alterou significativamente a posição de Portugal no mercado internacional do aço: continuamos a produzir muito menos do que consumimos, pelo que não nos devemos imputar os custos do excesso de produção de aço na Europa comunitária.

Quer na elaboração dos protocolos de adesão, quer posteriormente, os governos do País não se bateram para que fosse salvaguardada esta especificidade nacional que, ainda hoje, justificaria uma renegociação. Nenhum dos anteriores planos foi cumprido, porque todos foram condicionados pela entrada na CEE e pelas políticas seguidas na Comunidade e em Portugal ao longo desta década.

Para as estruturas dos trabalhadores da SN, o PERG não é um plano, mas um eufemismo, é um documento sem estratégia ou com uma estratégia que visa o encerramento da Siderurgia. A total oposição da CT, da CIS e da federação a este plano foi vastamente fundamentada logo depois de ele ser publicamente conhecido.

Especialmente contestada é a descoberta de que a via integrada de produção de aço se tornou obsoleta, devendo por isso a SN passar à via do forno eléctrico. Depois de a actual administração ter desactivado o forno eléctrico que funcionava na fábrica do Seixal, esta opção traz custos mais elevados do que a manutenção do alto forno (que, segundo o PERG, será eliminado). Em Portugal não é produzida sucata suficiente para alimentar a produção do projectado forno eléctrico de 140 toneladas (limitados à sucata automóvel, seriam necessários num ano tantos veículos ligeiros como os vendidos entre 1988 e 1992). Os autores do plano não se pronunciam sobre a disponibilidade e o preço da energia eléctrica para o tal forno, mas sabe-se que em Portugal paga-se muito cara a electricidade industrial (além de que também iriam certamente crescer as importações neste campo).

O desmembramento da SN (em Longos, Planos e Serviços) não vem dar corpo a uma separação de áreas de negócios, que sempre existiu, mas destruirá o projecto de implementação de uma direcção central que gerisse a empresa como um todo e aumentasse a sua rentabilidade. Da forma como está feita, a divisão da SN vai de encontro aos desejos dos grupos estrangeiros que se mostraram interessados na privatização apenas dos segmentos mais rentáveis. Tudo o que o PERG pretende abandonar fica integrado na SN Serviços (que surge como um patamar para despedimentos e onde, independentemente dos locais onde trabalhavam antes, foram colocados todos os membros das estruturas representativas dos trabalhadores).

O dispêndio, com este plano, de mais 103 milhões de contos do erário público (depois de terem sido gastos 100 milhões na chamada reestruturação financeira) é considerado como um crime económico e social, uma vez que terá como efeitos a redução da produção, a liquidação de mais 1500 postos de trabalho e o agravamento da dependência externa do País. O PERG poderá ainda acabar com o know-how siderúrgico português.

No interesse nacional, os trabalhadores reclamam que a administração da SN e o Governo abandonem este plano. Em contrapartida, exigem que se proceda a um estudo sério que tenha por pressupostos:

- promover uma efectiva e rápida reestruturação e modernização tecnológica, respondendo às necessidades do País;
- moralizar, com medidas eficazes, os mercados de produtos siderúrgicos;
- manter os actuais postos de trabalho e criar outros, quer na SN quer a montante e jusante, desenvolvendo uma verdadeira formação e qualificação dos recursos humanos;
- respeitar os direitos dos trabalhadores, nomeadamente os direitos ao trabalho, à ocupação efectiva e à negociação colectiva.

Direitos violados todos os dias

Após o desmembramento, a administração propôs a revisão do Acordo de Empresa da Siderurgia Nacional. Nos textos apresentados aos representantes dos trabalhadores, foram postas em letra de forma as intenções que até agora se adivinhavam na prática diária dos responsáveis da empresa.

A intensificação dos ritmos de trabalho tem sido conseguida com o aumento do trabalho extraordinário, o recurso a mão-de-obra exterior e fortes pressões para implementar a polivalência de funções. Na revisão do AE, a administração pretende obter um vasto leque de possibilidades nesta matéria, nomeadamente através de:

- eliminação da necessidade de acordo do trabalhador para execução de tarefas não compreendidas na sua profissão, deslocações e transferências, horários, etc.;
- desaparecimento da definição de tarefas e respectivas categorias profissionais, bem como do enquadramento profissional;
- prolongamento diário e semanal dos períodos normais de trabalho, sem limite quantificado e com ajustamentos semestrais;
- exigência de que o trabalhador não possa abandonar o posto de trabalho, mesmo depois de cumprido o horário, sem autorização da chefia e sem ser substituído;
- substituição das promoções automáticas pelas promoções por mérito, sem critérios objectivos definidos.

A proposta de AE, contra a qual os ORTs se manifestaram claramente, pretende também desequilibrar ainda mais, a favor da administração, o quadro que rege o recurso a despedimentos e que tem permitido manter nos últimos anos uma permanente ameaça de liquidação de postos de trabalho (que tem sido usada para aumentar a instabilidade e forçar os trabalhadores a aceitar os abusos da administração, a limitar a contestação e, em muitos casos, a optar pelas pré-reformas).

As administrações do grupo SN propõem reduções significativas da remuneração por serviço em turnos e trabalho suplementar. Depois de uma proposta inicial de 2 por cento, decretaram aumentos salariais de 4 por cento, percentagem que é logo retirada no prémio de assiduidade.

Querem ainda limitar ou eliminar direitos dos trabalhadores-estudantes e dos contratados a prazo.

E, claro, mostram também desejo de alterar as condições de funcionamento das estruturas de trabalhadores, limitando as suas competências e direitos de participação na vida da empresa, reduzindo o número de delegados sindicais e acabando com o crédito de horas para actividade sindical (entre outras novidades).

Mas, não satisfeitos, os administradores colocados pelo Governo na SN querem ainda que o AE deixe de vigorar logo que uma das partes o denuncie, eliminando da cláusula sobre a vigência o preceito legal que diz que a convenção se mantém em vigor até ser substituída por outra.

Terrorismo social

Não é difícil prever quais seriam para os trabalhadores da Siderurgia Nacional as consequências da aplicação de um tal acordo, que deixaria a administração com as mãos totalmente livres. Já actualmente, vigorando ainda uma série de regras (legais e dos instrumentos de contratação colectiva) que resguardam

alguns direitos elementares, vigora nas empresas um clima que os camaradas com quem falámos não hesitam em classificar de terrorismo social.

A pressão e a chantagem atinge a generalidade dos trabalhadores, tendo por objectivo forçá-los a prescindir do emprego a troco de meia dúzia de tostões. Mas as manobras da administração e suas chefias recrudescem nas vésperas de acções de luta. Contaram-nos histórias de chefes que telefonam para casa de trabalhadores, lembrando-lhes que fazer greve no dia seguinte poderá significar uma promoção adiada, um passo para o desemprego, a não distribuição de trabalho na secção ou uma transferência para a Palmeirinha.

Ainda em Fevereiro a CT emitiu um comunicado anunciando que estava a preparar-se para mover processos judiciais contra responsáveis da empresa que chegaram ao ponto de exigir a vários trabalhadores que abandonassem o seu sindicato e que recusassem a priori aderir a qualquer greve.

Mas, como se tem visto nas acções levadas a cabo e como fizeram questão de salientar os nossos entrevistados, os trabalhadores continuam dispostos a lutar, já que têm consciência de que, se cedessem às pressões do Governo e da administração, os problemas não seriam resolvidos, antes se iriam agravar ainda mais.

A voz do Partido faz falta

Nas quase três horas de conversa que mantivemos na semana passada, no centro de trabalho do Seixal, foram abordadas algumas das principais questões que exigem solução.

Como pano de fundo (um ponto de partida que é consequência da evolução da empresa na última década) surge a necessidade de que o PCP volte a surgir com a sua voz própria perante os trabalhadores. Hoje em dia, os militantes comunistas mais destacados são também os mais activos nas estruturas sindicais e na CT, o que levou a alguma diluição do trabalho do Partido no trabalho das ORTs. Face aos claros objectivos políticos que têm estado na base da ofensiva do Governo, a luta tem sido fortemente politizada e, em grande unidade, as organizações representativas dos trabalhadores têm tomado posições justas e firmes, para cuja definição (e para a concretização das decisões) os militantes comunistas têm contribuído de forma determinante.

A acentuada redução dos efectivos da Siderurgia Nacional em Paio Pires arrastou consigo uma diminuição do número de militantes do PCP na empresa. Nos milhares de trabalhadores que foram forçados a deixar a SN incluem-se centenas de comunistas e muitos quadros que tinham intensa actividade no Partido e nas estruturas unitárias. Agora, com o desmembramento e os novos passos para a reprivatização, novos problemas se colocam.

Uma primeira análise alargada da situação e das perspectivas de desenvolvimento do trabalho partidário (na linha das conclusões da recente Conferência Nacional do PCP) vai ser feita nos plenários de célula marcados para 18, 19 e 20 de Abril. Prevê-se que no prazo de um ano seja possível avançar com medidas profundas, que alguns camaradas já chamam de reorganização, a culminar na realização de uma assembleia das organizações do Partido no sector da siderurgia em Paio Pires.

Diferenciar é preciso

UM DEBATE parlamentar realizado na passada semana, no âmbito de uma interpelação ao Governo promovida pelo PS, suscita a necessidade de voltarmos a três reflexões conexas com o presente e o futuro próximo da vida nacional.

A primeira tem a ver com a persistência do Governo e do PSD na sua atávica tendência para a argumentação falaciosa e para a demagogia e na sua demonstrada insensibilidade para a situação social do país. Não porque estas características sejam novas no Governo e no PSD mas, precisamente, porque elas mostram que as recentes alterações na chefia do PSD não alteram minimamente as suas concepções, as suas orientações, as suas políticas e as suas práticas.

Assim, quer o Governo quer o Grupo Parlamentar do PSD:

1.º - continuaram a fugir à análise dos resultados, e das consequentes responsabilidades, a que conduziu a sua política nos últimos quatro anos, aqueles que afinal devem estar em julgamento pelos portugueses quando das próximas eleições legislativas (porque, bem ou mal, o facto é que a sua governação de 1987 a 1991 já foi objecto de julgamento eleitoral pelos portugueses nas eleições legislativas de 1991);

2.º - reincidiram na leitura voluntariamente distorcida da realidade económica do país, na afirmação palavrosa do oásis da retoma que a grande maioria dos trabalhadores e das empresas não consegue ver e que não é seriamente autorizada pelas estatísticas oficiais, antes por elas vai sendo regularmente desmentida;

3.º - redemonstraram a sua completa e total insensibilidade à situação social, designadamente através de um discurso de chacota em torno daquilo a que chamaram "a pretensa crise social" que se vive no país, assim escarnecendo dos dramas que vivem os cerca de 500 mil portugueses que se declaram interessados e disponíveis para trabalhar mas que não encontram qualquer emprego, as centenas de milhar de reformados com pensões abaixo de um nível digno de subsistência, os muitos milhares de trabalhadores sem actualizações salariais, com salários em atraso ou sobre os quais pesam as incertezas do amanhã pelo facto de estarem dependentes de um emprego precário, os agricultores cada vez mais incapacitados para concorrerem com as produções espanholas, ou os pescadores que não têm águas onde pescar.

A segunda reflexão suscitada por aquele debate relaciona-se com a redemonstração pelo PS de que, em matérias fulcrais e essenciais, as suas propostas não apresentam elementos claros de diferenciação em relação às promessas e políticas do PSD.

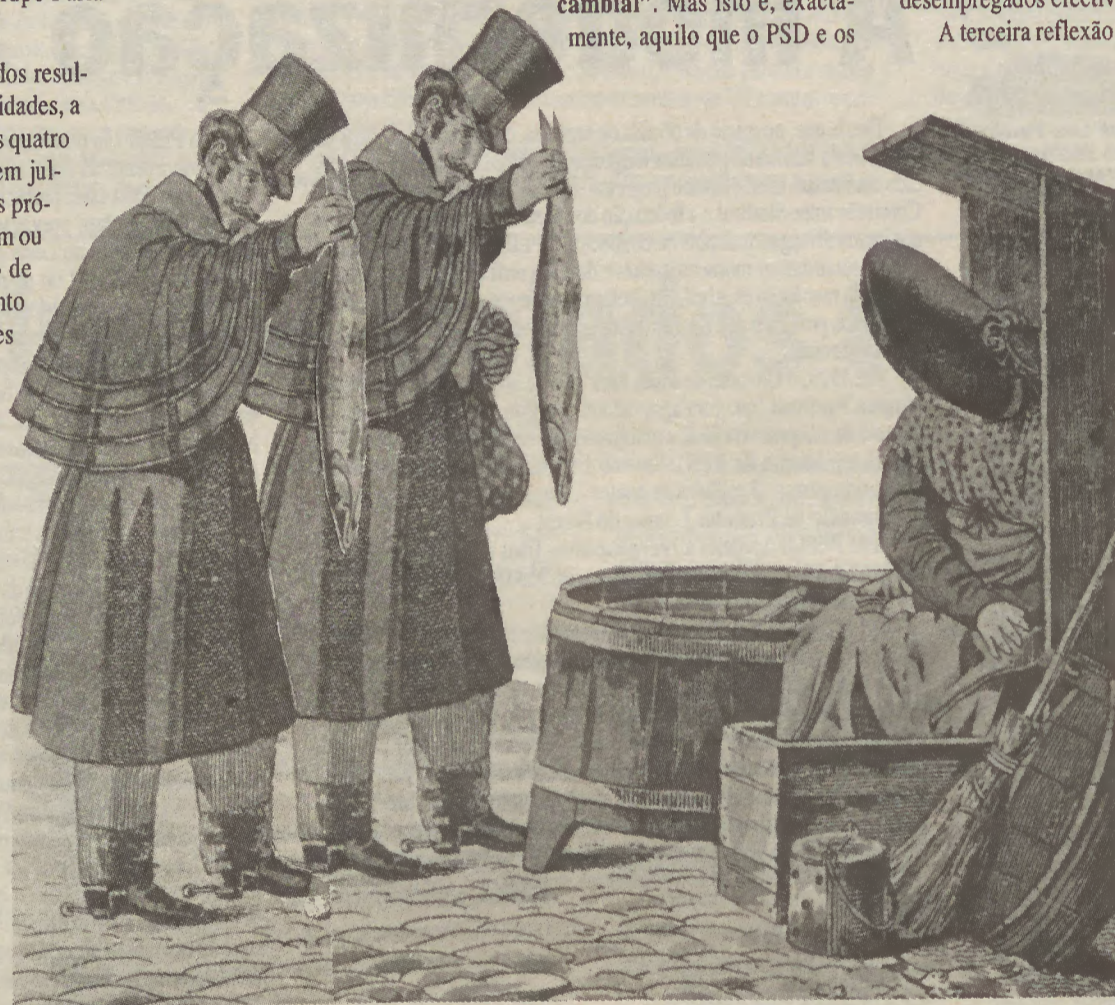
Vejamos alguns exemplos significativos.

O PS afirma que "a divisão entre o Estado e mercado basear-se-á no princípio geral de que a afectação dos recursos é realizada pelo mercado". Mas é exactamente isto que o PSD defende e os seus governos têm praticado! Designadamente com a política do "menos Estado", com as privatizações, com o favorecimento da especulação financeira, com a ausência de políticas sectoriais para a indústria ou a agricultura, ou com o acesso aos cuidados de saúde e à educação crescentemente sujeitos ao "mercado", ao negociadismo.

O PS propõe que "a redistribuição do rendimento realizar-se-á pela via dos impostos directos e da segurança so-

cial (...) e a redistribuição da riqueza realizar-se-á pela educação e formação profissional." Mas, relativamente à base essencial para uma mais justa redistribuição da riqueza e do rendimento, isto é, a parcela do rendimento e da riqueza criada que é apropriada pelo trabalho e a parte que cabe ao capital, o PS propõe-se, apenas uma "norma de crescimento dos salários reais próxima dos ganhos de produtividade"! Tal como o têm feito o PSD e os seus governos, e que tem conduzido ao decréscimo do peso da massa salarial na repartição funcional do rendimento e do rendimento das famílias na distribuição pessoal desse mesmo rendimento. E que nunca mais permitiria, de facto, a aproximação dos salários e rendimentos médios dos trabalhadores e das famílias portuguesas aos dos restantes países comunitários, mandando às urtigas a propalada "coesão social".

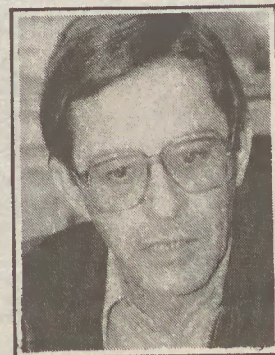
"Em nome da participação portuguesa no aprofundamento da construção europeia", o PS "defende a criação das condições para a plena participação de Portugal na União Económica e Monetária" e, portanto, "assumindo o compromisso da estabilidade cambial". Mas isto é, exactamente, aquilo que o PSD e os



seus governos há muito vêm defendendo e praticando. E que o PS tantas vezes aparentou criticar, quer no que respeita à prioridade concedida pelo PSD à "convergência nominal" quer quando pretendeu apresentar-se em público como o principal oponente à política do "escudo caro"...

O PS não esquece a injusta política fiscal do PSD e do Governo. Por isso, propõe-se "criar um ambiente fiscal favorável à poupança, ao investimento e à competitividade". Mas, raios, há anos seguidos que leio esta mesma frase nos Orçamentos do Estado apresentados pelos governos do PSD. E é precisamente por terem esta mesma orientação de política fiscal, que os governos do PSD têm concedido, ano após ano, benefícios e mais benefícios fiscais às aplicações e rendimentos financeiros ("estímulo à poupança") e aos lucros das grandes empresas ("estímulo ao investimento"), e pretendem reduzir as contribuições patronais para segurança social ("estímulo à competitividade") transferindo esse encargo para as famílias através do alcunhado "IVA social". É por isso que, cada vez mais, o sistema fiscal incide essencialmente sobre os rendimentos do trabalho. E é por tudo isto que o sistema fiscal é realmente muito injusto!

Para combater o desemprego, o PS propõe, nomeadamente, "o mercado social de emprego e o apoio às microempresas e aos serviços de proximidade ou de valorização de tradições regionais". Mas o "apoio às microempresas, e aos ser-



OCTÁVIO TEIXEIRA
Membro
da Comissão Política

Parece evidente que, em questões centrais para o futuro do País e dos portugueses, as propostas do PS são paralelas às do PSD, nada há de substancial que as diferencie.

viços de proximidade ou de valorização de tradições regionais" é, tão-só, a versão PS das "iniciativas de desenvolvimento local" que o Governo do PSD anunciou em Junho passado, nas vésperas das eleições para o Parlamento Europeu e que não melhoraram em nada a situação do desemprego. Tal como o mercado social de emprego enquanto "concepção de política que prefere financiar a actividade a subsidiar a inactividade" tem muitos pontos de semelhança com o último "pacote" anunciado pelo Governo do PSD (e outros anteriores) e que consiste, em grande medida, em ser o Estado a pagar parte do salário dos trabalhadores durante um determinado período, reduzindo nesse interim o custo salarial das empresas e promovendo, com se tem visto, a precarização do emprego.

Para além do mais, esse "mercado social de emprego" nunca teria capacidade para absorver os cerca de 500 mil desempregados efectivos que actualmente existem.

A terceira reflexão é de que parece evidente, assim, que em questões centrais para o futuro do País e dos portugueses, as propostas do PS são paralelas às do PSD, nada há de substancial que as diferencie. Mas a concretização dessas propostas, necessariamente, conduziria aos mesmos resultados.

Porque as questões de fundo, os problemas estruturais da economia portuguesa e a crise social que se vive, não se combatem com a mera rotatividade de partidos no poder, com a alternância no Governo, antes exigem uma efectiva alternativa de políticas.

A promessa do PS de "tornar compatível o crescimento e o emprego com o prosseguimento da integração monetária europeia", para além de fazer recordar a promessa do PSD, em 1991, de levar Portugal ao "pelotão da frente da UEM", contém em si um problema de autêntica quadratura do círculo. Por isso, irresolúvel.

Só com outras políticas, diferentes e de esquerda, é possível acelerar o crescimento e o investimento, erradicar o desemprego e melhorar as condições e nível de vida dos portugueses.

O carácter estrutural da fragilidade do nosso aparelho produtivo e do desemprego exigem outras políticas que ataquem a raiz dos problemas. Como o PCP o tem afirmado e defendido (e exemplificado) com o abandono das orientações e políticas monetaristas do Tratado da União Europeia e com a defesa do que resta do sector empresarial do Estado como elemento de consolidação da estrutura produtiva nacional. Com o reconhecimento, na prática, da especificidade da nossa agricultura. Com a definição de uma estratégia de desenvolvimento nacional. Com a alteração das políticas de educação e de formação profissional, adequando-as às necessidades actuais e futuramente previsíveis da economia portuguesa. Com políticas de rendimentos que promovam uma mais justa distribuição da riqueza e fiscal que penalize as aplicações financeiras e especulativas e beneficiem o poder de compra da generalidade da população e, logo, o crescimento da produção, o investimento e o emprego. Com uma alteração profunda da forma de financiamento da Segurança Social, que possibilite o aumento significativo das pensões e reformas e deixe de penalizar a criação de postos de trabalho e os salários.

Por tudo isto, e em conclusão, o reforço do apoio social e eleitoral do PCP é, cada vez mais, uma necessidade objectiva para a garantia de uma política alternativa, de uma política de esquerda que assegure um futuro melhor para os portugueses.

II
Guerra
MundialPróxima paragem:
Berlim

■ Manoel de Lencastre

Reconhecendo os excepcionais méritos dos seus já vitoriosos generais, a URSS havia distinguido Jukov e Vasilievski, promovendo-os ao posto máximo de marechais do Exército Vermelho. Mais tarde, já no ano decisivo de 1944, tinham também sido elevados àquela categoria de real excepção os históricos Rokossovski e Koniev e, com eles, Govorov, Malinovski, Tolbukin, Meretskov⁽¹⁾. Quando se aproxima o 50.º aniversário do fim daquele que foi o mais horroroso conflito em que o mundo mergulhou, é justo que sejam lembrados estes nomes, pois a vitória militar sobre o nazismo e o fascismo foram eles quem a materializou. E não menos justo será recordar os mais de vinte milhões de cidadãos e cidadãs da URSS que entregaram a própria vida para que o seu país socialista vivesse. Entre esses, os generais Lukin, Dovator, Vatutin e muitíssimos outros merecem uma palavra de recordação, de respeito, de homenagem.

O novo Exército Vermelho...

As operações finais da Grande Guerra Patriótica da URSS foram planeadas em fins de Outubro de 1944 pelo comandante-supremo, Stalin, pelo seu adjunto, o marechal Jukov, por vários representantes da «Stavka» e pelo Chefe do Estado Maior do Exército Vermelho, Antonov⁽²⁾. Decidiu-se que o principal grupo de exércitos a tomar a direcção de Berlim e a combater pela captura da capital do III Reich, seria a 1.ª Frente Bielorrussa cujo comando passaria para o próprio Jukov. Definiram-se, portanto, os principais objectivos:

1. Invasão e ocupação da Prússia Oriental; 2. Derrotar o inimigo na Polónia, na Checoslováquia, na Hungria, na Áustria; 3. Ocupar uma linha que iria da boca do Vístula, por Bromberg (Rydgoszcz), Poznan, Breslau (Wroclaw), Moravaká Ostrava até Viena; 4. Lançar a operação final contra Berlim.

Os aliados ocidentais, entretanto, depois de haverem consumado a libertação da França, da Bélgica, de parte da Holanda, tinham progredido ao longo de posições entre o estuário do Maas, nos Países Baixos, e a fronteira da Alemanha com a Suíça. Chegavam, assim, à vista da zona fortificada conhecida como a «Linha Siegfried» e preparavam-se para o começo de outras operações que os fizessem avançar nas zonas do Ruhr e do Sarre com o objectivo de surgirem em pleno coração da Alemanha. Outros ataques secundários visariam as direcções estratégicas sul e sudeste. Mas Winston Churchill, sempre com os olhos postos nas consequências políticas que resultariam do avanço do Exército Vermelho, manobrava nos bastidores e agitava, constantemente, no sentido de que os anglo-americanos conseguissem chegar a Berlim e chamar a si esse glorioso momento de vitória – a conquista da capital do Reich.

Em fins de 1944, a frente de operação entre a Alemanha e a URSS tinha-se contraído. A guerra apenas consistia no avanço dos aliados, a ocidente, e do Exército Vermelho, a leste, com vista à liquidação final do grande conflito e à destruição da Alemanha nazi. Esta, porém, ainda se encontrava em condições de realizar operações defensivas. A «Wehrmacht» dispunha de 5 400 000 homens distribuídos pelos diversos sectores de combate. Na frente oriental, os alemães alinhavam efectivos de 3 700 000 homens, 56 000 peças de artilharia e morteiros, mais de 8000 tanques e canhões de assalto, 4100 aviões de combate. O Exército Vermelho dispunha de 6 700 000 homens, 107 300 peças de artilharia e morteiros, 2677 rampas de lançamento de foguetões, 12 100 tanques e peças de artilharia móvel, 14 700 aviões de combate. Visivelmente, este já não era aquele Exército soviético que, três anos atrás, sofrera e fora derrotado em Minsk, em Kiev, em Smolensk, mas que se defendera, heroicamente, à entrada de Moscovo. Este era o novo Exército Vermelho que os filhos e as filhas da URSS criaram e alimentaram para surgir em Stalinegrado e em Kursk como o sólido e moderno braço armado de um povo que sustentara descomunais sacrifícios mas que, rapidamente, conseguia a sua libertação e surgia diante do mundo como um exemplo.

... e o fantasma da Guerra Fria

Mas quando a hora da liberdade do mundo se aproximava, as sinistras forças imperialistas que haviam empurrado Hitler para a guerra e não se reconciliavam com a realidade das históricas vitórias da URSS, começavam a erguer o fantasma da guerra fria e punham já em dúvida a natureza dos crimes de guerra dos nazis cuja revelação horrorizava a Humanidade. A Rádio de Moscovo anunciava, diariamente, a descoberta de novos crimes

que evidenciavam o bárbaro racismo dos nazis e relatava o que se estava passando nos campos de concentração – Babi Yar, onde 33 771 judeus foram assassinados em Setembro de 1941, tinha sido denunciado abertamente e com amplas provas. Os círculos capitalistas ocidentais, entretanto, preparavam já a salvação de banqueiros, industriais, cientistas que trabalhavam para Hitler. Fingiam esquecer a sorte dos 4 milhões de soldados soviéticos e de comunistas que pereceram nas torturas, no trabalho escravo, no cativeiro, nos fuzilamentos em massa, nos enforcamentos públicos. Preferiam igualmente ignorar as infames ordens do OKW⁽³⁾, em Maio de 1941, assinadas por Keitel, impondo a todos os comandantes de unidades militares germânicas a execução à vista e sem julgamento de qualquer espécie, dos membros do Partido Comunista feitos prisioneiros durante a «Operação Barbarossa» (invasão e ocupação da URSS). Goebbels protestaria, furiosamente, mais tarde, contra os acordos entre a URSS e os aliados ocidentais⁽⁴⁾ e gritaria que uma cortina de ferro seria feita descer no centro da Europa – a expressão histórica que Winston Churchill faria sua no discurso de Fulton.

Jukov, Rokossovski, Koniev

O ataque final à capital do Reich iria ser precedido de duas operações ofensivas em larga escala: a primeira, na Prússia Oriental, competiria às 2.ª e 3.ª Frentes Bielorrussas; a segunda, no sector Varsóvia-Berlim, seria levada a efeito pela 1.ª Frente Bi-



lorrussa e pela 1.ª Frente Ucraniana. As consideráveis e impressionantes forças do Exército Vermelho que partiriam para a ofensiva final obedeciam aos seguintes comandos: 1.ª Frente Bielorrussa: marechal Jukov; 2.ª Frente Bielorrussa: marechal Rokossovski; 3.ª Frente Bielorrussa: general Cherniakovski; 1.ª Frente Ucraniana: marechal Koniev⁽⁵⁾. Também o conceito destas operações contra a Alemanha hitleriana tinha sido definido.

Assim, o objectivo operacional da Frente de Jukov consistia no quebrar dos sectores defensivos inimigos em Varsóvia-Radom, avançando sobre Lodz e no curso da linha Bromberg (Bydgoszcz) – Poznan. Esta operação, logo que as tropas se aproximassem do Oder, tomaria a designação que a consagrou, historicamente: Vístula-Oder. Entrariam em combate o 5.º exército de tropas de choque (Berzarin), o 61.º exército (Belov), o 8.º exército de Guardas (Chuikov) e os 1.º e 2.º exércitos de Tanques comandados por Katukov e Bogdanov, respectivamente. Varsóvia seria investida pela parte sul utilizando-se o referido 61.º exército e o 1.º exército do «Wojsko Polskie», do general polaco Stanislaw Poplawski. O general Berzarin investiria Ozorkow e Guiezno. Chuikov, o herói de Stalinegrado, marcharia para Lodz e Poznan. O 2.º exército de Tanques (Guardas) atingiria a zona de Sochaczew para cortar a retirada do grupo de tropas nazis que defendia Varsóvia. Quanto ao 1.º exército de Tanques

(Guardas) penetraria os territórios ultrapassados pelas tropas de Chuikov e lançar-se-ia, igualmente, para Lodz e Poznan. Todas estas poderosas formações militares seriam apoiadas pelo 16.º exército do Ar (Rudenko), pelo 2.º Corpo de Cavalaria (Guardas), de Kriukov e pelo 3.º exército de tropas de choque (Kuznetsov).

Operando à direita da Frente comandada por Jukov, a 2.ª Frente Bielorrussa tinha por missão a destruição do forte agrupamento de forças nazis disposto na Prússia Oriental, que conquistaria. Rossovski, avançaria sobre Marienburg para isolar as tropas alemãs da Pomerânia Oriental, de Dantzig (Gdansk), de Gdunia. O seu principal golpe seria desferido a partir da testa de ponte de Rozan em direcção a Mlava. Depois, de Serock, atacaria Bielsk e Lipno. As principais formações que constituíam a Frente comandada por Rokossovski, eram: o 65.º exército (Batov), o 70.º (V. S. Popov), o 2.º exército de choque (Fedeiuninski), o 49.º exército (Grichin), o 5.º exército de Tanques (Guardas), de Volski, que se juntavam aos 3.º, 48.º e 50.º exércitos (Gorbatov, N. I. Gusev e Boldin) os quais já pertenciam a essa Frente antes de Rokossovski assumir o respectivo comando, em substituição de Zakarov. A Frente dispunha, também, do 4.º exército do Ar, comandado pelo general Verchinin.

Quanto à 3.ª Frente Bielorrussa (Cherniakovski), o seu contacto com Rokossovski desenhava-se através da vasta área que ia de Augustow a Elblag. Mas as operações a cargo desta Frente de exércitos não pareciam definidas com clareza e, como vamos ver, passaram para a responsabilidade do marechal Rokossovski.

Posicionando-se à esquerda de Jukov, a 1.ª Frente Ucraniana, de Ivan Koniev, avançaria do sector de Sandomierz para atingir Piotrkow-Czestochowa-Miechow de onde se lançaria ao assalto de Breslau (Wroclaw) no coração da Silésia. Esta Frente compreendia os seguintes exércitos: o 5.º (Guardas), de Zadov; o 21.º, de D. N. Gusev; o 52.º, de Koroteiev; o 60.º de Kurochkin, o 13.º, de Pukov; o 59.º, de Korovnikov; o 3.º (Guardas), de Gordov e o 6.º, de Gluzdovski. Além destas numerosas tropas de infantaria, Koniev contava ainda com os dois mais poderosos exércitos de tanques, os 3.º e 4.º (Guardas) comandados por Ribalko e Leliuchenko, com o 2.º exército do Ar (Krasovski) e os 4.º, 7.º, 31.º e 25.º Corpos de tropas blindadas e mecanizadas.

«Deutschland kaput! Hitler kaput!»

A grande ofensiva começou a 13 de Janeiro de 1945. O inimigo reagiu desesperadamente. Mas por todo o lado onde o Exército Vermelho arrancava para a gloriosa ofensiva, que só terminaria com a conquista do Reichstag, surgiam dísticos com inscrições significativas: «Deutschland kaput! Hitler kaput!». Isto poderia sugerir que a marcha dos exércitos soviéticos estaria facilitada e que a sua entrada em Berlim não passaria de uma formalidade. Nada mais erróneo. Havia imenso sangue a correr. A libertação da Checoslováquia custaria 140 000 mortos. Os hitlerianos defenderiam palmo a palmo o terreno que ocupavam. O assalto a Berlim far-se-ia à custa de 300 000 baixas. A «Grande Guerra Patriótica da URSS» desenvolver-se-ia, agora, sob um cenário diferente. Mas o homem soviético que se aprestava para entrar nas cidades do centro da Europa não trazia consigo, apesar dos crimes cometidos contra o seu povo e contra a sua Pátria, quaisquer instintos de vingança. Exigia, sim, o aniquilamento do nazismo e das suas venenosas raízes, para sempre. Para sempre!

Os hitlerianos, no fim de contas, tinham conduzido o povo germânico para o trágico caminho dos crimes internacionais de que a Humanidade começava a dar-se conta. Não era para destruir o povo alemão, ou para humilhá-lo, escravizá-lo, que o Exército Vermelho comandado por comunistas se pusera a caminho. Era para exigir a reparação dos crimes sem nome que as forças armadas hitlerianas haviam cometido contra a URSS em nome do povo alemão. Era para aprisionar e conduzir o Führer e os nazis, que haviam enlouquecido o seu país, assim como os criminosos que executaram a política de Adolf Hitler, à justiça dos homens que tinham defendido e salvo a Humanidade. Como poderiam ter sido cometidos crimes de tal magnitude pelo país que havia dado ao mundo Karl Marx, Friedrich Engels, Karl Liebknecht, Rosa Luxemburg, Ernst Thaelmann?

(1) Outros generais seriam, igualmente, elevados ao posto de marechal em 1945: Zakarov, Bagramian, Moskalenko, etc.

(2) Principais chefes de operações: generais Chetemenko, Grizlov, Lomov.

(3) «Oberkommando des Wehrmacht», o que significa Alto Comando das Forças Armadas.

(4) Em Yalta, a 7 de Fevereiro de 1945.

(5) Chefes dos Estados Maiores: generais Malinin, Bogoliubov, Pokrovski, Sokolovski.

Propostas do PCP garantem dignidade aos reformados

Mais de 500 reformados, vindos dos vários distritos do País, participaram no último sábado no 2º Encontro Nacional do PCP, realizado na Voz do Operário, em Lisboa.

Os trabalhos começaram pela manhã com uma sessão plenária de abertura, prosseguindo depois com o debate em três secções temáticas sobre «A situação económica e social dos reformados, a política do Governo e as eleições legislativas de 95»; «Integração social e participação activa dos reformados na vida da sociedade»; «A actuação do PCP na defesa dos reformados, as organizações de reformados e a sua integração social».

O Encontro terminaria já perto das cinco da tarde, com a intervenção de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, da qual publicamos os principais extractos na página 4 desta edição.

Antes, porém, os presentes aprovaram os documentos das secções e um projecto de resolução que sintetiza as propostas dos comunistas para resolver as graves carências deste sector da sociedade portuguesa.

Contribuições sociais devem incidir sobre os lucros

Reafirmando a necessidade de uma nova política, «baseada no racional e eficiente aproveitamento das riquezas do país e na sua equitativa distribuição», o Encontro definiu uma série de medidas fundamentais para o eficaz funcionamento e financiamento da segurança social.

Para além do pagamento «pontual e sem fraudes» das contribuições por parte de todos os trabalhadores e entidades patronais, os reformados comunistas entendem que os respectivos descontos devem ser efectuados não só sobre os salários, mas também sobre o «valor acrescentado», ou seja o lucro das empresas, assim como deve ser «normalizado o montante das contribuições dos trabalhadores por conta própria e a situação dos chamados recibos verdes». Ainda no sentido de garantir os meios necessários à segurança social, exigem que «o Orçamento de Estado transfira integralmente as verbas que são da sua responsabilidade para o pagamento das despesas com os regimes pouco ou não contributivo, acção social, serviços administrativos, formação profissional».

O documento reclama, mais adiante, «o pagamento das dívidas do patronato à Segurança Social, em tempo útil sem contudo pôr em risco os postos de trabalho»; «um Serviço Nacional de Saúde, universal e gratuito, que preste eficientes cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação, apoiada em serviços de geriatria»; «uma política de habitação social, a nível nacional, adequada às necessidades físicas e económicas dos reformados e idosos»; e a «prestação de serviços e apoios sociais, a nível dos transportes, da cultura e recreio, do desporto, dos tempos livres e do lazer, que assegure a plena integração dos reformados e idosos na vida da comunidade».

Na cauda da Europa

As pensões dos reformados portugueses são das mais baixas da Europa, quer em termos percentuais quer absolutos.

A média nacional das pensões do Sistema de Segurança Social não ultrapassa os 28 contos/mês.

Na Espanha, esse montante é superior de 78 000\$00/mês e na França ultrapassa mesmo os 125 000\$00.

Em contrapartida, os trabalhadores portugueses são dos que mais descontam para a Segurança Social - 11%.

Em Espanha descontam 2,8% e na França 10%, enquanto a média europeia não ultrapassa os 6,5%.

Nos últimos 10 anos, as pensões em Portugal subiram só 1% em relação ao PIB.

Por outro lado, enquanto a Grécia e a Itália atribuem aos pensionistas e reformados pensões médias na ordem dos 70% do seu rendimento «per capita», Portugal atribui, no mesmo caso, cerca de 42% e na Espanha é superior a 48%.

Portugal, pela mão do Governo PSD/Cavaco Silva, continua, pois, a manter-se na cauda da Europa.

Direito à existência económica

Várias são as medidas preconizadas pelo PCP no sentido de assegurar «o direito à existência económica» dos reformados, nomeadamente a criação de um «rendimento mínimo», o aumento anual das pensões, suplementos e complementos «tendo em conta o valor da inflação e o crescimento da riqueza nacional», a revalorização das pensões iguais ou inferiores ao salário mínimo nacional e a actualização das pensões degradadas.

Nas pensões por invalidez, causadas por acidentes de trabalho ou doença profissional, o PCP defende que o montante a atribuir seja calculado com base na totalidade do vencimento que o trabalhador recebia no momento do acidente. Por fim, é exigida a uniformização do suplemento de invalidez que nunca deverá ser inferior ao valor da pensão social, bem como se reivindica a aplicação do 14º mês a todos os reformados e pensionistas que ainda não usufruam desse benefício.

O Encontro pediu a anulação do actual sistema de cálculo de pensões e a reposição dos direitos adquiridos pelos trabalhadores da função pública, (concretamente a anterior forma de cálculo das pensões) e dos benefícios dos reformados em relação ao IRS.

Na área da saúde, surge com primeira reivindicação «a criação urgente da cadeira de gerontologia nas faculdades médicas». A gratuidade de medicamentos no caso de doenças crónicas ou prolongadas, a definição das comparticipações do Estado noutros casos e a abolição das taxas moderadoras são outras medidas consideradas urgentes.



A resolução aprovada faz igualmente referência ao serviço médico domiciliário, à instituição da Carta Sanitária que dê prioridade no atendimento médico das pessoas idosas ou deficientes, e à entrada em vigor da Carta dos Direitos das Pessoas Idosas, conforme o projecto de lei apresentado pelo PCP na Assembleia da República, que entre outros aspectos propõe a redução de 50 por cento no preço dos transportes colectivos públicos ou privados e a sua utilização sem quaisquer limitações ou restrições.

Na área da intervenção social, o Encontro propõe várias formas de participação dos reformados nos organismos do Poder Local, na gestão dos centros de dia e lares, nas organizações sindicais e nos vários organismos da segurança social.

Reafirmando a necessidade de uma nova política para a realização desta amplo conjunto de propostas, os reformados comunistas vêem as próximas eleições legislativas como um marco determinante e propõem-se participar activamente na preparação e desenvolvimento da campanha eleitoral. Para isso, consideram necessário que as organizações regionais do PCP «apoiem e dinamizem as acções a desenvolver».

Governos e reformas

Antes do 25 de Abril, não existia a chamada pensão mínima, nem o princípio da sua indexação ao salário mínimo nacional.

Em 1973, a pensão do regime geral (que correspondia à mínima) era de 810\$00/mês. Havia ainda cerca de 40 mil pensionistas, representando 30% do mesmo regime que recebiam menos de 800\$00/mês.

Para o regime rural, os homens ganhavam 200\$00/mês e as mulheres 150\$00.

Com o 25 de Abril e no cumprimento do Programa do Movimento das Forças Armadas (MFA), o 1.º Governo Provisório publica o Decreto-Lei n.º 217/74 e com ele estabelece-se a pensão mínima do regime geral e a sua indexação a 50% do montante do salário mínimo nacional (50%=1600\$00/mês).

Em Junho de 1975, esse valor sobe para 2000\$00/mês, continuando-se a respeitar os 50%.

A pensão mínima recebeu assim os maiores aumentos percentuais de sempre, pois é aumentada em 146%, as pensões dos rurais em 200\$00, enquanto o custo de vida (inflação) não ultrapassa, no mesmo período, os 54%. O poder de compra das respectivas pensões sobem mais de 59%.

É instituída ainda, a pensão social (que antes não existia) bem como o 13.º mês de pagamento de pensão.

Davam-se assim os primeiros passos, na construção de um Sistema de Segurança Social, baseado no princípio da Solida-

riedade entre as Gerações, como garante dos legítimos interesses dos reformados e da melhoria das suas condições de vida.

Com os governos do Partido Socialista, sozinho ou coligado com a direita, o poder de compra de todas as pensões da Segurança Social sofreu uma perda brutal. Inicia-se a recuperação capitalista e a destruição de muitas conquistas sociais do 25 de Abril.

Em 1977, o Governo PS, com a publicação e aplicação da Portaria 94/77 que revogou o Decreto-Lei 217/74, anulou o princípio da pensão mínima e a sua indexação a 50% do montante do salário mínimo nacional e desde logo, parte importante do número de pensões mínimas (mais de 40 mil) baixou para 40% desse valor e a parte restante para 48%.

Em 1983/84, o PS no Governo, agora coligado com o PSD, impõe, novamente, uma importante perda no poder de compra das pensões.

A pensão mínima do regime geral perde 9,9%; a dos rurais, 13,2% e a social cerca de 13%.

No que respeita à relação salário mínimo/pensão mínima igual a 50%, o PS quando deixou o Governo, as respectivas pensões ficaram com os mais baixos valores de sempre:

- 35,2% para a mínima do regime geral
- 30,1% para a pensão dos rurais
- 28,8 para a pensão social.

Com os Governos PSD/Cavaco Silva, os aumentos das pensões, seus suplemen-

tos e complementos têm sido atribuídos unilateralmente e ao seu arbítrio, em valores percentuais, sensivelmente constantes que incidem sobre montantes de pensões muito baixos e degradados.

As organizações representativas dos pensionistas e reformados (exemplo no caso do MURPI) são ignoradas e discriminadas sobre os importantes problemas que afectam a melhoria das suas condições de vida.

Daqui resulta que, presentemente, as pensões mínimas são de extrema pobreza, as quais, em relação ao salário mínimo nacional, correspondem aos seguintes valores:

- mínima do regime geral 53,0%
- regime agrícola 37,6%
- regime não contributivo 33,6%

A OIT (Organização Internacional do Trabalho) recomenda que o montante das respectivas pensões mínimas não deve ser inferior a 55% do salário mínimo nacional.

O salário mínimo nacional praticado no país é muito baixo e se o compararmos em termos relativos com o existente em 1975, ele tem uma perda de poder de compra na ordem dos 15%.

É fácil, pois, constatar o nível de pobreza das nossas pensões mínimas, considerando-se como meta a sua equiparação ao montante do salário mínimo nacional.

(Extraído do documento aprovado no Encontro)

Encontro O PCP e as mulheres trabalhadoras

O Encontro «O PCP e as Mulheres Trabalhadoras», que reuniu no sábado passado mais de uma centena de quadros comunistas na Soeiro Pereira Gomes, surgiu como «concretização» de uma das conclusões apontadas na Conferência Nacional do Partido. Numerosas intervenções referiram-se não apenas às dificuldades que a política de direita criou ao longo dos anos para a mulher trabalhadora, dificultando a sua emancipação. Mas também se relataram experiências inovadoras e exemplos do trabalho que em determinados sectores reforça a actividade sindical e partidária das mulheres.

A primeira parte dos trabalhos foi presidida pela camarada Conceição Morais, do CC e da DORS, sendo a mesa composta pelos camaradas Domingos Abrantes, do Secretariado e da Comissão Política, Luísa Araújo, do Secretariado, Jerónimo de Sousa, da Comissão Política, e por outros quadros do Partido — Júlio Vintém, Odete Brás, Adelaide Pereira e Fátima Messias.

Trabalho feminino

Referindo-se à Conferência Nacional do Partido, Luísa Araújo lembrou que aí fora sublinhada a «necessidade de realizar uma iniciativa de debate que tivesse por objectivo a maior inserção das mulheres na vida do Partido e no trabalho dos núcleos de empresa». E que o reforço do Partido nesta área «exige dos comunistas mais atenção e intervenção na informação dos direitos, na mobilização para a defesa do seu cumprimento e na divulgação da acção do PCP pela igualdade no trabalho e na vida».

Júlio Vintém, reportando-se frequentemente a documentos distribuídos no início do Encontro, debruçou-se particularmente a realidade actual do mercado de trabalho feminino, salientando desde logo uma contradição — enquanto as estatísticas oficiais apontam para o seu aumento, o facto é que «70 por cento do emprego criado é precário e, portanto, mais desqualificado». Quanto à formação profissional — em que apenas 30 por cento de mulheres participam, o camarada sublinhou as inúmeras dificuldades criadas ao seu acesso. Sendo o desemprego crescente, a taxa de desemprego feminino é superior (56,3%), e o seu crescimento mais acentuado.

O camarada salientou ainda o facto de que a remuneração média da mulher se situa muito abaixo da média nacional. Em termos de qualificação, 11,2 por cento dos homens têm-na igual ou superior a encarregado ou chefe de equipa, enquanto as mulheres apresentam uma percentagem de apenas 4,5.

A estrutura partidária

O camarada Jerónimo de Sousa, intervindo por sua vez, afirmou:

«Sendo um facto que o nosso Partido, na sua acção política geral nas instituições, tem estado na primeira linha do combate à discriminação e com elevada capacidade de iniciativa legislativa na defesa dos direitos das mulheres, inclusive das mulheres trabalhadoras, também é verdade que não temos conseguido, no plano orgânico e de quadros, no envolvimento de todo o nosso colectivo partidário, concretizar os objectivos traçados na Resolução Política do último Congresso.

«Sem dúvida que encontramos nos factores objectivos as causas primeiras e principais das nossas dificuldades.

Sendo determinantes e predominantes, não são únicos.»

Jerónimo de Sousa salientou que, «tendo em conta a destruição do aparelho produtivo, os despedimentos, a precarização, qualquer análise crítica, por muito justa que seja, a questão de saber qual o grau de sensibilização que existe nas células para os problemas específicos das mulheres trabalhadoras, temos de avaliar se há célula e, se há, como funciona».

«Significa isto», disse, «que perante os condicionamentos impostos pelos factores objectivos e subjectivos, sem abdicar de, em

algumas empresas e locais de trabalho, manter e melhorar a estrutura e o funcionamento mais ou menos clássico das células e organismos, que outros caminhos pode o Partido utilizar para, de uma forma criativa, construir estruturas orgânicas flexíveis que enquadrem a militância das trabalhadoras comunistas ou, na sua



ausência e impossibilidade conjuntural, se exerça um trabalho de aproximação do Partido através da participação e intervenção de camaradas nossos nas comissões de trabalhadores e no movimento sindical».

Ainda da parte da manhã, falou a camarada Odete Brás, sobre formas de organização, dando entretanto um exemplo que também destacamos nesta página.

Da parte da tarde, com a presidência do camarada Vintém, seguir-se-iam várias intervenções, de sindicalistas e de camaradas ligadas às questões de organização do Partido. Destaque para

Um Exemplo

A camarada Odete Brás contou esta história. E deu-a como exemplo...

Há uma experiência de uma célula que passou mais de dois anos sem reunir e por consequência as camaradas sem ligação ao Partido, como o número de camaradas era tão reduzido (3) acaba sempre por inviabilizar a reunião porque só aparecia uma de vez em quando e regra geral era sempre a mesma.

A responsável da célula, como não conseguia resolver o problema da indisponibilidade das camaradas, resolveu marcar um piquenique com as três militantes da célula para o qual foram convocadas as dirigentes sindicais e a camarada da CT, das quais as camaradas diziam cobras e lagartos.

O piquenique foi marcado, na carta convidavam-se as militantes e simpatizantes do partido e não havia alusão ao conteúdo político. No piquenique acabaram por participar cerca de 30 pessoas (homens e mulheres), para além das 3 camaradas havia 12 mulheres que diziam ser simpatizantes.

De referir que durante o piquenique as mulheres começaram a falar dos problemas da empresa, cada uma levantava os problemas da sua secção, a responsável foi assistindo a uma conversa aqui, outra acolá e foi tirando notas, aos dados que levava do sector, juntou questões concretas que tinha ouvido da boca das mulhe-

res (curiosamente, as mais entusiasmadas e aguerridas eram as simpatizantes). A dada altura, a responsável subiu para um caixote, chamou a atenção das(os) convivas e sugeriu que com a informação recolhida se fizesse uma folha informativa do partido para as trabalhadoras da empresa e leu as notas que tinha.

A reacção foi imediata (aplausos), mas levantava-se um problema, nenhuma delas se disponibilizava para distribuir o documento à porta da empresa, resolveu-se o problema com camaradas da Comissão de Freguesia local. No dia em que foi distribuído e perante a reacção das trabalhadoras que se juntavam em grupos a ler o documento, reconhecendo-se nas questões que no documento relataram e nas reivindicações que fazia, houve duas militantes do partido que se juntaram aos(às) restantes camaradas que distribuam o documento.

Acrescento ainda que nesta empresa nunca foi possível reunir a célula no seu todo, mesmo quando era maior o número de camaradas, nunca foi possível ter um secretariado a funcionar regularmente, só que logo no decorrer desse ano o número de militantes passou de 3 para 27, o Avante de 0 para 18 e o Militante de 0 para 12 (entregavam-se à hora do almoço em envelopes à porta da empresa).

as intervenções proferidas pelas camaradas Adelaide Pereira, da DORL, que traçou o quadro da participação das mulheres comunistas na Organização Regional de Lisboa, e Conceição Morais, do CC e da DORS, que abordou o tema da consciência social e política, informando ainda que a DORS, por ocasião do 8 de Março, deu início a uma campanha de recrutamento particularmente virada para as mulheres.

A camarada Fátima Messias revelou, por fim, a composição da participação no Encontro — 116 presenças (92 mulheres e 24 homens vindos de 11 regiões do país, com uma composição social significativa (89 por cento de operários e empregados).

Um longo processo

Falou depois o camarada Domingos Abrantes, que começou por valorizar o contributo de informação e de experiências, «o abrir de perspectivas para o nosso trabalho», enquadrando seguidamente do ponto de vista económico, social, político e ideológico os problemas ali debatidos.

«No processo generalizado de proletarização (assalariamento) o peso crescente da mão-de-obra feminina coloca maiores responsabilidades ao Partido e ao movimento sindical», afirmou Domingos Abrantes, sublinhando: «É indispensável o reforço da unidade dos trabalhadores, da elevação da sua combatividade e da própria influência do Partido, sem o que não se avança decididamente nesta frente.»

Chamando a atenção para o processo extraordinário e contraditório que se vive actualmente — por um lado, a aspiração à igualdade e ao respeito pela mulher como cidadã universalizou-se e expandiu-se a participação da mulher na produção material e consequentemente a sua intervenção na vida social e política; por outro, a maior ofensiva, desde há várias décadas no plano político, social e ideológico.

«No quadro da crise», disse, «desenvolvem-se fenómenos retrógrados em relação aos modos de vida, acentua-se o carácter formal da democracia».

Quanto à questão da emancipação da mulher «como um longo e complexo processo», afirmou: «A experiência histórica mostra que não há uma correspondência automática entre as alterações geradas na estrutura e a modificação das mentalidades, e que certas concepções retrógradas perduram muito para além das alterações. Sem subestimarmos a luta pela alteração das mentalidades, a mulher, e sobretudo a mulher trabalhadora jamais será uma cidadã de corpo inteiro sem profundas alterações aos seus direitos efectivos socioeconómicos.»

Concretizar

A camarada Luísa Araújo encerrou os trabalhos sublinhando a importância do Encontro. «Partindo-se do reconhecimento das realidades e de dificuldades para os nossos objectivos», disse, muito do que existe e se faz foi valorizado — lutas concretas em que as mulheres trabalhadoras assumiram papel destacado; o reforço da sindicalização de mulheres; o recrutamento já verificado para o Partido sem que tenha havido qualquer esforço especialmente orientado, o que será revelador das possibilidades e potencialidades de aderirem mais mulheres; o contributo de milhares de mulheres comunistas na actividade do Partido nas várias áreas de intervenção; o facto de em determinadas organizações regionais, sectores de grande peso feminino terem estrutura, funcionamento regular e intensa actividade de Partido.

Luísa Araújo indicou, finalmente, algumas medidas que ali foram apontadas — promover discussões sobre o reforço do Partido junto das mulheres trabalhadoras nos organismos de direcção partidária a vários níveis; fazer balanços e análises aos números de mulheres comunistas; auscultar as camaradas sobre as suas disponibilidades de participação e responsabilização; constituição de células ou outras formas de organização com funcionamento flexível; melhorar a informação sobre as iniciativas partidárias em defesa dos direitos das mulheres; melhorar a mensagem do Partido.

O Encontro terminava. Não sem que fosse ainda lembrado que «o reforço da intervenção e uma maior responsabilização de todo o Partido e maior ligação às mulheres criara melhores condições para o alargamento da influência social e política do PCP e pode traduzir-se no alargamento da sua própria influência eleitoral».

■ Lino de Carvalho

Lei de Bases da Política Agrária

Uma política agrícola

1. Na definição de uma política orientadora para a agricultura portuguesa haverá que ter em conta um conjunto de pressupostos e condicionalismos.

O primeiro é o de que com a integração da agricultura portuguesa nas regras da política agrícola comunitária (agravada pelo facto do Governo ter aceite, com o apoio do PS no Parlamento Europeu, a antecipação da abolição das fronteiras que permitiu a invasão dos mercados nacionais pela produção agrícola estrangeira, designadamente de Espanha, e ter-se demitido da defesa da especificidade da agricultura portuguesa), com a reforma da Política Agrícola Comum e com o GATT, a nossa agricultura — bem como a agricultura comunitária — passou a estar inserida na lógica do mercado mundial agro-alimentar e num quadro, imposto pelos interesses dos grandes países produtores e das transnacionais do sector, que nos procura empurrar para a situação de país consumidor das produções e dos excedentes dos outros e não para a situação de país também produtor.

É um quadro que se integra no edifício da «nova ordem económica internacional» em que, no âmbito de uma nova divisão internacional do trabalho, remete a nossa agricultura para a condição de uma agricultura não produtiva e os nossos agricultores e trabalhadores rurais para a condição de desempregados e excluídos do processo produtivo. Quadro que se tenderá a agravar se se concretizar o alargamento da União Europeia a novos países do Centro e Leste da Europa e se terminarem os instrumentos de apoio e subsídios aos agricultores, transferindo-os para a exclusiva responsabilidade dos Estados-membros. É por isso que alguns já vaticinaram que em Portugal só cerca de 20% das explorações sobreviverão no futuro, perspectiva, aliás, a partir da qual foram elaboradas a proposta do Governo e o projecto do PS.

Ora, as propostas do Governo e do PS de Lei de Bases do Desenvolvimento Agrário pura e simplesmente abdicam de definirem e proporem um projecto próprio de desenvolvimento da agricultura nacional.

Para o Governo como para o PS, a nossa produção deve limitar-se à região do Vale do Sorraia e pouco mais. Em particular para o Partido Socialista, o resto do País, como por exemplo o Alentejo, parece limitar-se a produzir queijo e enchidos.

Pelo contrário, o PCP, tendo em conta a necessidade dos rendimentos dos agricultores serem aumentados, de ser garantido um nível adequado de segurança alimentar, de serem promovidos, com apoios especialmente orientados, os sectores e as produções onde podemos ter vantagens comparativas, propõe, no seu projecto de Lei de Bases de Política Agrária, para cada um dos subsectores da agricultura portuguesa mais importantes — cereais, hortas e legumes, vinho, azeite, pecuária, produções com denominação de origem — objectivos precisos na base de programas de fomento de produção e de apoios e incentivos especiais aos agricultores e cooperativas que aderirem a esses programas e objectivos.

Propomos ainda políticas activas orientadas para a alteração dos sistemas culturais em particular com base no aproveitamento dos recursos hídricos. A água é um factor limitante da nossa agricultura e o seu aproveitamento com alargamento das áreas de rega e a criação dos correspondentes sistemas culturais é condição necessária para viabilizar a agricultura portuguesa e assegurar o seu futuro aumentando o rendimento dos agricultores desde que articulados com medidas de política fundiária porque a água, só por si, não é um elemento mecânico corrector de assimetrias.

Responder à questão da terra

2. Em segundo lugar, não se pode esquecer quais as características do nosso tecido produtivo agrícola.

As explorações com menos de 5 hectares representam mais de 80% do total, absorvem mais de 70% da produção agrícola e contribuem com mais de metade do Valor Acrescentado Bruto Agrícola. Como também não se pode esquecer que no Sul da grande propriedade latifundista, após a destruição da Reforma Agrária, hoje, de novo, 1% das explorações ocupam 80% da SAU (in Portugal Agrícola — INE — pág. 25). Aí, a terra está longe de ser um instrumento de justiça social e de cumprir, inclusivamente, a sua função de produção e a sua função social. A reforma da PAC, ao privilegiar a produção extensiva e ao pagar para não se produzir — pela primeira vez os grandes proprietários alentejanos têm um sub-

sídio para o pousio — vem, aliás, consolidar o modelo latifundista da propriedade (sem paralelo na Europa, aliás) que não produz riqueza nem emprego, bem pelo contrário.

É de uma rematada hipocrisia e violência social que mais de 60% dos trabalhadores rurais desempregados não tenham qualquer apoio social, que se afirme que o subsídio de desemprego desincentiva a procura de emprego, mas que, por outro lado, se pague a título de subsídio do «set-aside» cerca de 7000 contos por cada 100 ha que estejam abandonados e a criar desemprego.

Não podem haver políticas orientadoras para a agricultura que não dêem resposta à questão da terra. Cumprindo a Constituição e lançando devidamente mão de instrumentos que permitam que se faça a reestruturação fundiária do País.

A proposta do Governo ainda avança, apesar de tudo, tímidas políticas de racionalização da estrutura fundiária no âmbito do minifúndio e do emparcelamento (embora sempre no quadro da concentração capitalista da terra) mas ignora completamente o latifúndio e a necessidade da sua eliminação. Mas, nesta matéria, vital para um tecido produtivo mais racionalizado, com melhores condições de competitividade, promotor de outras relações de solidariedade e de justiça social nos campos, é espantoso que o PS a ignore completamente no seu projecto de lei.

Nem sequer se lembraram de lançar mão de uma medida típica da social-democracia: a definição de uma política fiscal como instrumento de promoção da reorganização fundiária e de redistribuição do rendimento agrícola.

Pelo contrário, o PCP propõe no seu projecto medidas concretas de apoio a iniciativas de redimensionamento dos prédios rústicos, de reorganização fundiária com eliminação do latifúndio e de apoio preferencial, nos termos da Constituição, aos pequenos agricultores e ao sector cooperativo.

3. Em terceiro lugar, temos a questão dos mercados e de organização da comercialização. Só os projectos do PCP e do Governo dedicam um título ou um capítulo específico para uma questão estratégica para o escoamento da produção nacional. Só que com uma enorme diferença. O Governo fica-se por um enunciado genérico de objectivos, enquanto nós propomos medidas

■ António Murteira

Valorizar o homem e a

1. Política Agrícola alternativa

O debate de 23 de Março na Assembleia da República deixou claro que existem dois projectos distintos e alternativos para a agricultura portuguesa — o do PCP e do PSD!

O projecto do PCP assenta numa concepção integrada do mundo rural e da agricultura, dá o devido realce e valor ao papel do homem e aos recursos básicos — a terra, a água, a floresta — recolocando-os no centro do espaço rural.

O projecto do PCP propõe a criação de explorações agrícolas com uma estrutura fundiária eficaz.

Propõe um Programa de Orientação e Fomento da Produção Agrícola e Pecuária, e a organização da comercialização, designadamente através de «uma rede de infra-estruturas», propõe políticas macro-económicas adequadas ao sector (custos de factores de produção, taxas de juro e política cambial).

Propõe uma economia agrária mista.

O Projecto do PCP significará a modernização da agricultura portuguesa.

O outro projecto é o do Governo e do PSD que pretende continuar a submeter a agricultura, os agricultores assalariados agrícolas aos ditames da PAC e do GATT;

— pretende continuar a entregar o bolo dos fundos comunitários e nacionais às grandes empresas capitalistas da esfera agro-alimentar e silvo-industrial, às grandes empresas/explorações e aos senhores da terra da zona do latifúndio;

— pretende ignorar os artigos 97.º e 99.º da Constituição, que estipulam a liquidação do latifúndio e asseguram os direitos dos agricultores;

— as questões básicas da terra, da água e da floresta, não encontram respostas, no projecto do Governo, defendido pelo PSD, e o homem que trabalha e habita o espaço rural não é devidamente valorizado.

O PS apresentou um projecto que pode ser um catálogo académico de intenções e conceitos, mas não é, seguramente, um projecto de lei quadro do desenvolvimento rural e agrícola.

A ausência de coragem e propostas para se demarcar com nitidez da política agrícola do PSD, leva o PS ao ponto de ficar numa posição, em muitos aspectos, mais recuada que a do PSD, designadamente quando, de forma claramente oportunista, pretende reduzir a questão da terra a uma «querela do uso e da posse da terra».

O PS, acaba afinal por clarificar aquilo que à medida que nos aproximamos das eleições se torna mais evidente — também em matéria de política agrícola e para o mundo rural o PS não constitui alternativa ao PSD.

A proposta de política agrícola alternativa à do PSD e do Governo é a proposta do Partido Comunista Português.

2. O homem e os recursos básicos

O projecto do PCP para a agricultura e para o mundo rural português valoriza o papel do Homem e aponta uma nova perspectiva para a posse e uso dos recursos básicos — a terra, a água, a floresta.

Uma nova perspectiva de desenvolvimento com respeito pelo equilíbrio ambiental e de progresso económico e social, que poderá, simultaneamente, contribuir para travar a desertificação, o envelhecimento e o desemprego no interior do país, e reequilibrar, a um nível aceitável, a balança agro-alimentar, cujo défice se aproxima, perigosamente, dos 70%.

2.1 — A questão básica da posse e do uso da terra mostra um Portugal agrícola com uma estrutura fundiária anacrónica e distante dos padrões comunitários;

— a norte do Tejo centenas de milhares de pequenas explorações com áreas entre 1 e 8 ha e fragmentadas em minúsculos blocos;

— a sul de novo a concentração excessiva da terra e uma atitude absentista dos grandes senhores da terra. Apenas 1% dos grandes proprietários do sul detêm 80% da superfície agrícola útil de todas as explorações agrícolas da região (1989 — Portugal Agrícola).

De novo grandes proprietários com 3000, 5000, 8000, 10 000, 12 000, 17 000 e mesmo 20 000 hectares.

Muitos dos quais praticam o absentismo, através do arrendamento das terras (600 000 ha, 39% da terra na posse dos grandes proprietários, arrendados no Alentejo), das coutadas e agora também do set-aside, ao mesmo tempo que exploram brutalmente os assalariados rurais e os agricultores rendeiros.

Um caso paradigmático e ilustrativo do que afirmamos é o caso da Herdade da Comporta, com cerca de 17 000 ha, em Alcácer do Sal, propriedade do Espírito Santo e inserida, agora, na Atlantic Company.

Aí são explorados centenas de rendeiros, através de altíssimas rendas da terra, de secagem do arroz e depois da compra do arroz, num esquema de fileira de exploração que faria a inveja de qualquer senhor feudal.

Estas são razões pelas quais os agricultores portugueses vivem na pobreza e com grandes sacrifícios, enquanto os Espírito Santo e os latifundiários deste país acumulam fabulosas fortunas e vivem no luxo e na ostentação.

A grande propriedade latifundista no sul, associada ao set-aside e à política de subsídios da PAC, provocando a extensificação, a desertificação e o desemprego estão a empurrar a agricultura no sul para uma agricultura que faz lembrar a primitiva fase recolectora.

A questão da posse e do uso da terra é, de facto, uma questão em aberto.

Por isso, o PCP entende que é fundamental a existência de explorações agrícolas com dimensões e estruturas eficazes, o que implica a solução da questão da posse e do uso da terra, através do cumprimento dos artigos 96.º, 97.º e 98.º da Constituição, que estipulam a eliminação dos latifúndios, o redimensionamento do minifúndio e asseguram os direitos e estabilidade dos agricultores rendeiros.

2.2 — Na estratégica questão dos recursos hídricos, as forças político-partidárias que têm detido o poder (PS e PSD), mostraram-se incapazes de promover a construção das necessárias infra-estruturas hidráulicas e de promover uma eficaz gestão e planeamento dos recursos hídricos. A situação é mesmo muito grave, particularmente no sul do País.

alternativa precisa-se!

concretas com a criação de uma rede de infra-estruturas (pontos de concentração e centrais de acondicionamento) e de uma Comissão de Apoio ao Acesso aos Mercados Internos e Externos, e somos os únicos a propor medidas que disciplinem as relações comerciais entre os produtores e as grandes superfícies, designadamente no que se refere às famigeradas «linhas brancas» ou «marcas do distribuidor» que estão a prejudicar seriamente a produção, designadamente o sector leiteiro.

4. Em quarto lugar, o papel do associativismo agrícola e do Estado.

Para o PCP, é incontestável que as organizações de produtores e as suas estruturas representativas devem ser fortemente apoiadas, estimuladas e envolvidas em todo o processo de definição e execução das políticas agrícolas. Mas devem-no ser na base da sua representatividade sem exclusões, ao contrário do que tem acontecido, até agora, com a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e as explorações familiares de que a recente constituição do Conselho Consultivo do PAMAF é o exemplo mais evidente.

É por isso que, em vez de dedicar um único capítulo do seu projecto de lei ao associativismo, o PCP define medidas de promoção e participação dos agricultores, dos trabalhadores rurais e das suas associações em todos os capítulos referentes às várias medidas globais e sectoriais.

Mas, com isto, o PCP não demite o Estado das suas funções e responsabilidades nem o submete a uma mera função supletiva, como faz a proposta do Governo e ainda por cima só no apoio a grandes «projectos empresariais».

Os mecanismos de mercado, só por si, nunca foram, nem são, fonte de equilíbrio e de justiça. Pelo contrário, são, sim, raiz de crescentes desigualdades, injustiças sociais e fenómenos de exclusão. Nas condições concretas de debilidade das nossas estruturas produtivas, o desenvolvimento da agricultura portuguesa e o reforço da sua capacidade competitiva não pode dispensar o apoio, a dinamização e o estímulo do Estado, designadamente no âmbito dos programas que propomos, do preço dos factores de produção e das taxas de juro, da comercialização, da investigação agrária, em articulação com os agricultores e as suas organizações.

Não há mundo rural sem agricultura

5. Em quinto lugar, temos a forma como é encarada a articulação da agricultura com o mundo real.

Os apoios ao rendimento designadamente no âmbito da remuneração dos agricultores por serviços de preservação dos recursos ambientais ou no âmbito das medidas do agro-turismo ou do artesanato, valências reais do mundo rural, são indissociáveis, nas condições concretas da agricultura portuguesa, da função de produção agrícola. Aliás, quem tem beneficiado com o turismo rural têm sido pessoas que, em geral, nada têm a ver com a agricultura.

Não há mundo rural se não houver agricultura e por muito que se valorizem as actividades complementares não se consegue contrariar a emigração, o despovoamento e o abandono dos campos quando se liquida a agricultura como tem vindo a acontecer.

Não se promove nem se dignifica o homem da terra quando se lhe nega o direito à terra, o direito a produzir, o direito a trabalhar e se remetem os agricultores e os trabalhadores rurais para a condição de população assistida, meros jardineiros da natureza ou simples figuras de museu para turista ver.

Não há qualquer viabilidade para o mundo rural se não se preservar o tecido agrícola e se não se articular a função de produção agrícola com as restantes políticas para o mundo rural.

Não há viabilidade para a agricultura quando se ignoram os homens e as mulheres que trabalham a terra, agricultores e assalariados rurais e as suas condições concretas de vida.

É o que tem acontecido com o Governo do PSD.

6. Desde que Portugal entrou para a Comunidade, os agricultores portugueses estão mais pobres!, o rendimento dos agricultores portugueses (calculado com base no valor acrescentado líquido por unidade de trabalho agrícola) diminuiu 22,5% em valores reais, enquanto na Comunidade aumentou 16% (de acordo com os últimos dados do EUROSTAT). O abandono dos campos e a quebra da produção é hoje um facto e, por isso, a nossa taxa de cobertura agro-alimentar agravou-se, desde 1986, de 51% para 35%. O desemprego agrícola alastra. O endividamento dos agricultores e

as dificuldades financeiras do sector cooperativo são hoje uma triste realidade. A situação não tem perspectiva de melhorar. A degradação dos preços à produção continua, o elevado preço dos factores de produção em relação aos países da União Europeia mantém-se, a descida da inflação faz-se à custa dos agricultores e a política monetária e cambial constitui um desastre para o sector. A revalorização constante do escudo em relação à peseta só faz que, em cada dia que passa, os produtos espanhóis nos possam invadir cada vez com mais facilidade sem proveito nem para os consumidores nem para os produtores.

Não se vislumbram nos projectos do Governo e do PS nem referências nem propostas de medidas neste terreno ao contrário do projecto que o PCP apresentou.

7. Os agricultores, os trabalhadores rurais e a agricultura portuguesa precisam de uma lei de bases que defina princípios objectivos, instrumentos e medidas de política, que balize um quadro orientador que dê estabilidade e segurança a quem trabalha na terra.

Mas as leis não podem ser desligadas das opções, das políticas e das práticas de quem as propõe. Ora, se o projecto de lei do PS é, por um lado, um vago enunciado de definições e, por outro, uma perigosa e preocupante limitação da nossa agricultura às «zonas de elevado potencial», segregando as restantes explorações e espaços do território para a figura de eco-museus ou de meros produtores de queijo e chouriço, o projecto do Governo, para além do que já referimos, propõe-se, como aliás é afirmado, consagrar as «orientações de política agrícola dos últimos anos.» Se tivermos presente que essas orientações conduziram os agricultores e a agricultura ao maior desastre de que há memória, então seria caso para temermos o futuro, se o PSD se mantivesse no Governo para além das próximas eleições, o que não será seguramente o caso.

São, pois, necessárias políticas radicalmente diferentes, alternativa das que têm sido conduzidas até agora. E é nessa perspectiva que aponta o projecto de lei, do PCP, contributo sério para uma nova política agrícola ao serviço dos agricultores e dos trabalhadores rurais, ao serviço da agricultura nacional.

terra

Continua por assinar novo Convénio entre Portugal e Espanha;

Alqueva, Cova da Beira, como outros projectos, marcam passo, e continuam por construir um conjunto de outras infra-estruturas, entre as quais as barragens do Enxóe, Gema e Água Branca, Minutos, Abrilongo, Sabugal;

Parte importante dos perímetros da rega existentes estão degradados e a capacidade instalada é utilizada em percentagem reduzida.

A ineficácia chega ao ponto de se permitir que, em anos de seca como o actual, haja concelhos com água insuficiente para as associações de regantes e para o abastecimento às populações, e nesses mesmos concelhos existam barragens de grandes proprietários absentistas, cheias de água potável e completamente abandonadas, como acontece com as barragens da Vareta e do Facho, no concelho de Serpa, sem que o Governo requisite essa água;

Ou, como no concelho de Alcácer, barragens rotas, a perderem imensa água, sem serem arranjadas, como uma das que abastece os agricultores da zona da Comporta.

O PCP entende que é indispensável uma nova política em matéria de recursos hídricos, que arranque com a construção e recuperação das infra-estruturas hidráulicas, a recuperação e reconversão dos perímetros de rega, uma gestão e planeamento por bacia hidrográfica e que concretize a assinatura de novo convénio entre Portugal e Espanha.

2.3 — No que respeita à floresta, pelo seu papel fundamental no equilíbrio e preservação dos ecossistemas e pela sua importância económica e social, também aqui apostar em novas soluções.

Em Portugal, o Estado dispõe somente de 2% da área da área florestal contra 38%, em média, na União Europeia.

Impõe-se um esforço orientador do Estado, com vista à criação de uma floresta multifuncional e sustentada, factor de pro-



O mundo rural português tem que dispor do conjunto adequado de infra-estruturas científicas e sociais, para a investigação, educação e preparação que permita ao homem que habita esse espaço, preparar-se para o mundo de hoje.

voamento e de desenvolvimento do mundo rural, que privilegie as espécies mais adequadas à nossa inserção no espaço mediterrânico.

O PCP foi o único partido que até hoje apresentou na Assembleia da República (em Novembro de 1994) um Projecto de Lei de Bases do Desenvolvimento Florestal, no qual aponta caminhos para a valorização da nossa floresta.

2.4 — Uma política que valorize o Homem e compense quem trabalha e produz, é decisiva para o êxito de um novo projecto agrícola para Portugal.

Apesar dos milhões do Fundo Social Europeu e de outros fundos, as políticas de educação e formação para o mundo rural e para a agricultura, constituem um evidente fracasso.

O interior do país desertifica-se e envelhece, os jovens fogem da actividade agrícola, a instalação de jovens agricultores constitui uma gota de água no oceano.

O PCP entende que é necessária uma nova política social que equipare, em matéria de segurança social, os agricultores e assalariados agrícolas aos outros trabalhadores, que assegure um Rendimento Mínimo aos trabalhadores e agricultores, que garanta condições dignas de vida aqueles que deixam de ter possibilidades para trabalharem na agricultura, condições que o actual esquema de reforma antecipada não assegura, particularmente quando exclui os assalariados.

É necessário um esforço efectivo em matéria de investigação, esplanificação rural e apoio técnico.

3. Patamar mínimo de produção alimentar

O projecto do PSD significa a continuação da crise na agricultura e do esbanjamento de milhões de contos.

Crise e esbanjamento bem expressos no caso paradigmático das empresas de Thierry Roussel, no Bregão.

Em 1991, o Governo PSD apontava arrogante e ridiculamente aos agricultores portugueses e ao País, as empresas de Thierry Roussel, a quem entregou mais de 5,5 milhões de contos, como modelo para a agricultura e como símbolo do êxito da sua política agrícola, exclamando ufano e cego o então Ministro da Agricultura, o mesmo que negociou a PAC — o projecto Roussel «mostra que a agricultura portuguesa tem obviamente futuro (...)».

Em 1995, o projecto Roussel, modelo da política agrícola do PSD está falido e a saque. Com uma dívida de milhões de contos e responsável pelo desemprego de mais de 500 trabalhadores.

A uma política agrícola como a do PSD, que insiste em tão ineficazes modelos, é preciso que os agricultores e o povo português digam, firmemente, não!

O Projecto de Política Agrária do PCP significa um novo rumo para acabar com a crise, defende a reforma da PAC, e uma política agrícola que assegure um patamar mínimo de produção alimentar.

Constitui um projecto que assumimos com todos os que habitam, trabalham e vivem o mundo rural português, com todos os que, na cidade e no campo, defendem uma agricultura moderna e um mundo rural dinâmico para Portugal.



Pequena estória exemplar

■ Lino Lima

No tempo do salazarismo, houve em Braga um político, que eu dizia ser «o fascista a tempo inteiro» do distrito, o qual foi presidente da Câmara da cidade e, até, depois, governador civil. Era tipo de olho vivo, muito embora fosse de letras grossas e, creio que por isso mesmo, andava sempre acompanhado pelo «seu secretário», que lhe facilitava as coisas da escrita. Mas não precisava dele para inventar atitudes demagógicas, terreno em que era um ás, nem para se fazer notado com «vivas» ao Salazar e ao Carmona e a outros políticos menores do regime, dos quais pretendia favores. A sua voz grossa ajudava-o nesta habilidade.

Ora, já nesse tempo havia desempregados, não em consequência de problemas estruturais do capitalismo, como hoje, que provocam o desemprego de grandes massas de trabalhadores, mas na medida das necessidades de um «exército de reserva», mantido ao serviço dos donos dos bens de produção. E algumas vezes sucedia que o personagem de quem falo, ao sair do imponente automóvel em que se deslocava, a porta do edifício da Câmara de Braga, deparava com trabalhadores pedindo que os empregassem em qualquer das obras municipais que estivessem em curso. Com o ar desembaraçado que tinha, «o sr. Presidente» dizia ao secretário que tomasse nota dos seus nomes e mandava-os comparecer, em dia certo, ao empreiteiro de determinada obra. Antes desse dia, entregava a este aquela lista de nomes, ordenando-lhe que desse emprego àqueles trabalhadores quando o fossem procurar. Regra geral, o empreiteiro respondia-lhe dizendo que «era impossível empregá-los porque não tinha lugares para eles». «Despeça antes outros tantos», dizia-lhe com ar mofino o «sr. Presidente». E assim sucedia para glória do «sr. Antoninho», como também lhe chamavam, que passava a ser um «santo homem» para os que obtinham emprego, enquanto o empreiteiro não se livrava de passar a ser «um patife», carregando com os ódios daqueles que despedira.

Veio-me à memória esta pequena estória verdadeira quando ouvi «o nosso Primeiro» a anunciar, com pompa, as medidas governamentais contra o desemprego... Quem disse que «não há nada de novo sobre a Terra?» E fiquei-me a pensar como é curta a distância entre Braga e Boliqueime.

■ Ilda Figueiredo

Uma reflexão sobre as maiorias absolutas

Num momento em que já se sabe que as duas maiorias absolutas do PSD não dão a confiança necessária a Cavaco Silva para arriscar uma terceira, porque, afinal, a governação do País não teve o rigor, a confiança, a certeza, a justiça e a transparência que tinham sido prometidas, importa reflectir sobre as consequências das maiorias absolutas, pois perfilam-se no horizonte idênticos cantos de sereia e promessas equivalentes.

Quando, hoje, se olha para a hierarquia do aparelho de Estado, para as principais chefias, nas suas mais diversas componentes da «coisa pública», com raras excepções, o que vemos é que se instalou uma «partidocracite» aguda, monocolor, que foi secundarizando todos os que não alinhavam pelas teses oficiais, mesmo que, pelo seu real valor técnico, científico, criativo e capacidade de trabalho, fossem uma pedra irreparável para o desenvolvimento e a inovação do País.

As consequências vão visíveis a olho nu. É a corrupção que começa a vir à luz do dia. É o enriquecimento rápido de alguns, enquanto a maioria dos portugueses continua sem saber o que é a retoma económica, mas conhece o agravamento do desemprego, a precariedade do emprego na generalidade dos sectores de actividade, incluindo na Administração Pública.

Será que a insistência em nova maioria absoluta, desta vez por parte do PS, é a solução mais democrática, inovadora e criativa para o País? É certo que se pode dizer que seria num quadro

de gestão da cidade, em estreita ligação com as instituições, colectividades e moradores do Porto».

A independência e clara diferença de opiniões em relação a opções de fundo sobre a cidade, ficou, aliás, logo expressa no meu voto contra o Plano da Câmara Municipal do Porto para 1994, embora seja certo que me abstive no Orçamento, por terem sido aceites algumas propostas que fiz.

Mas cedo o PS começou a mostrar o seu descontentamento pela forma independente, activa e empenhada de exercício do meu mandato de vereadora, mesmo não estando em regime de permanência. Ora discordavam das visitas que fazia a bairros da cidade, a convite dos moradores e das suas organizações; ora manifestavam o seu descontentamento porque estava a fazer protocolos e projectos a mais com instituições da cidade que podiam intervir na área da saúde (oral, comunitária, nutrição e alimentação, promoção da saúde na família, prevenção da alcoologia, da droga e das doenças sexualmente transmissíveis); ou porque promovia debates e colóquios excessivos, como «O idoso no Porto», o dia mundial contra a Sida, alimentação saudável, entre outros; ou porque estava a imprimir uma dinâmica excessiva na campanha inédita de promoção da qualidade dos restaurantes e similares do Porto.



diferente, porque as pessoas são outras. É verdade, são outras, embora as propostas políticas sejam semelhantes. Mas as suas práticas serão assim tão diferentes? E não falo apenas dos governos PS, sós, ou acompanhados pelo PSD, ou pelo CDS. Falo de práticas actuais. Falo daqueles que já se perfilam como futuros ministros.

O caso recente que vivi na Câmara Municipal do Porto, onde sou vereadora eleita da CDU, é bem a prova de que as práticas do PS e do PSD, quando em maioria absoluta, são idênticas. Como é conhecido, no Porto, o PS obteve uma maioria absoluta nas últimas eleições autárquicas. Mas, como Fernando Gomes tinha prometido durante a campanha eleitoral que estaria disponível para trabalhar com todos os vereadores eleitos, atribuindo-lhes pelouros, após as eleições procurou saber da disponibilidade dos vereadores em relação ao tal assumir de responsabilidades. O PSD recusou, mas eu aceitei.

Após algumas dificuldades em concretizar a delegação de competências de algo que fosse visível, dados os compromissos já assumidos com os vereadores eleitos nas listas do PS, acabou por ser criado, por proposta minha, o Pelouro da Saúde e Sanidade, que me foi atribuído. No entanto, e ao contrário do que tem sido afirmado por Fernando Gomes e pelo PS, não aceitei qualquer «compromisso de regime». Sempre afirmei, em privado e em público (conferência de imprensa de 2/2/94), que «manteria uma intervenção activa, independente e crítica em todas as áreas

Não tardaram os boicotes, mais ou menos activos, às actividades e acções desenvolvidas que, no entanto, não tiveram grande significado prático, porque a vontade, dedicação e empenho das pessoas e instituições que comigo colaboraram, permitiram ultrapassar com assinalável êxito todos os escolhos.

Daí que, malogradas as diversas tentativas de me fazer desistir, incluindo a redução para menos de metade de verbas que estavam atribuídas ao Pelouro da Saúde, e a rejeição de todas as propostas que apresentei, Fernando Gomes, com apoio expresso do PS na Assembleia Municipal, optou por me retirar as competências delegadas, sob o pretexto que eu e a CDU tínhamos votado contra o plano e o orçamento para 1995, porque, afirmou-me «como o PS dispunha de maioria absoluta, não tinha que aceitar propostas de nenhum outro vereador».

Deixo à consideração dos leitores as conclusões a retirar deste comportamento, aliás, não único, pois já há cinco anos, em Vila Nova de Gaia, vivi uma situação semelhante quando o PS obteve maioria absoluta, e me retirou o Pelouro do Ambiente e Jardins, que detivera durante sete anos, no tempo em que o PS ou o PSD tinham maioria simples. Dos projectos e acções que então lancei, ainda subsiste o Parque Biológico, bem conhecido na região.

* Vereadora da CDU na Câmara Municipal do Porto

Palavras e Cromos Degraus para o Inferno

■ Urbano Tavares Rodrigues

Ontem era a incerta melancolia das manhãs açorianas, a frescura da névoa na Horta. Tinha corrido estradas, banhado os olhos nas copadas criptomérias, no duro tronco dos metrosidros, que em Junho estarão todos vermelhos, e, junto ao vulcão dos Capelinhos, encontrara a lembrança de meu primo Urbano Carrasco, jornalista-herói daqueles dias de lava, quando os novos ilhéus se ergueram do oceano, que os havia de recolher novamente.

Agitara-se, com a festa da autonomia, a serena cidade da Horta, havia risos de cor na marina, nos seus mastros, húmidas pinturas recentes pelos muros, e bebiam-se copos de saudade no Peter; sentíamo-nos plantas sem sombra, vinham chuviscos ténues cobrir a cidade, a harmonia das suas casas brancas de sacada; e flores de alma cresciam, sob os pingos de luz, em jardins verdes, nos saguões das velhas moradias.

Com os amigos reencontrados falávamos de tudo: do «diário» do Nanni Moretti; da medicina homeopática; da injustiça do latifúndio; da guerra no mundo, a ramificar-se, como um cancro universal...

Até que, já em Lisboa, agora que a Primavera parece, de chofre, abrir-se em cortinas vegetais ou se acende nas árvores, ao meio-dia, despenteando a quietude da cidade, explode esta notícia horrível, inacreditável, inaceitável, do lançamento do gás *sarin* no metro, nas catacumbas operosas da mais rica e ambígua metrópole do nosso tempo: Tóquio. É o puro horror e a ameaça fria de um castigo sem nome nem razão.

Ninguém sabe quem são os responsáveis por esta acção calculada de extrema crueldade. Falou-se primeiro em terrorismo, depois em seita religiosa, numa espécie de adoradores da morte, que prevêem para breve o fim do mundo.

Sempre admiti que, em situações de grande miséria e privação da liberdade, os oprimidos pudessem responder com a violência ao seu alcance à violência da opressão. Sempre recusei também o terrorismo que causa vítimas inocentes. Mas neste caso parece que nem se trata de terrorismo. Seria antes o puro e bruto espírito de destruição pela destruição, a paixão da morte. Veremos.

Mas nada disto acontece por acaso. A cupidez cibemética do mundo em que vivemos é feia e não se nos antolha menos avarenta e dissipada ao mesmo tempo, menos venal, menos agiota a sociedade que os grandes grupos financeiros que dominam o globo nos estão preparando para amanhã. As hecatombes, os fundamentalismos, a fome e a doença no terceiro mundo, a verdadeira guerra civil entre pobres e ricos, com a criminalidade e a droga por toda a parte, nada auguram de bom.

Então, surge o *sarin*. E outros *sarins*, imitando o *sarin*, podem vir. Se não transformarmos, pelo menos um pouco, gradualmente, mas com a decisão de mudar, as sociedades do nosso tempo, desceremos um a um os degraus do Inferno. Porque o Inferno é isto.



A Nato, a Igreja alemã e os tanques da Democracia-cristã

■ Rui Paz

Depois da cruzada contra a Teologia da Libertação, de que resultou a condenação ao silêncio de Leonardo Boff, o assassínio na América Latina de padres e bispos, como Oscar Romero, e mais recentemente a destituição do bispo Gaillot, o massacre perpetrado pelos militares da Turquia, país da Nato, contra o povo curdo com os tanques fornecidos pelo governo alemão da democracia-cristã, constitui mais uma escalada perigosa na agressão que o capitalismo internacional em aliança com os círculos mais reaccionários da igreja vem intensificando neste final do século vinte contra os povos ansiosos de liberdade e progresso social.

O semanário de Bona «Rheinischer Merkur», o qual se intitula «publicação para a política, a economia, a cultura e mundo cristãos», porta-voz do grande capital ligado à igreja, e grande promotor de João Paulo II, faz no seu último número o elogio do novo ministro dos Negócios Estrangeiros da Polónia, imposto por Lech Walesa, a quem chama um amigo da Alemanha. Este jornal de Bona não se esquece de lembrar ao ministro as suas principais tarefas: acelerar a integração da Polónia «na União Europeia e na aliança da segurança ocidental», a Nato.

Num artigo recente, na primeira página, lamentava o «Rheinischer Merkur» que, em 1994, 28% dos jovens alemães se tivessem recusado a prestar o serviço militar. O articulista precisava que «já na guerra do golfo se tinham manifestado deficiências dramáticas de motivação: soldados recusaram-se a ir para a Turquia com unidades anti-míssil e com receio de ficarem mal vistos junto da opinião pública. A finalizar, podia-se ler: «o soldado está ao serviço da democracia e nós devemos mostrar-lhe a nossa gratidão». A propaganda dos meios de comunicação controlados pelo grande capital apresenta geralmente a Nato como uma organização ao serviço da defesa da democracia e dos direitos humanos.

O entendimento verificado hoje entre a democracia-cristã da Alemanha e os militares de um país da Nato, como a Turquia, para o extermínio do povo curdo, trouxe à memória de muitos cristãos e democratas não só o fascismo e o colonialismo portugueses ou a ditadura dos coronéis na Grécia, mas também a confluência de interesses verificada entre a igreja alemã e o nazismo, na liquidação da República de Weimar e no desencadear da segunda guerra mundial. O ministro do Interior, o democrata-cristão Manfred Kanther, vem defendendo e praticando uma política de entrega dos refugiados políticos curdos aos torturadores e assassinos turcos, grandes consumidores dos tanques e material de guerra alemães. Assim a democracia-cristã fornece simultaneamente as vítimas e o material técnico-militar para a sua liquidação. Trata-se de uma perversão típica do capitalismo praticada de uma forma extrema na Alemanha nazi e que constituiu um grande negócio para os monopólios da indústria química, como a I. G. FARBEN, construtora de Auschwitz, e para as firmas produtoras de Cyklon B, os gás da morte. (1)

Muitos cristãos progressistas e outros democratas escondem hoje os curdos para os poupar à perseguição que o governo democrata-cristão lhes vem movendo. Trata-se de uma atitude em tudo semelhante a outros actos de coragem que entre 1933 e 1945 permitiram salvar muitas vidas das garras da Gestapo. Tal como outrora, também hoje os bispos alemães recusam-se a apoiar esses cristãos na sua acção corajosa em defesa da vida humana. A conferência episcopal alemã, após ter discutido o problema, lavou as mãos deixando os crentes em conflito com o Estado entregues a si próprios e «às suas consciências».

O bispo Johannes Dyba, de Fulda — cidade em que os grupos neonazis se dão ao luxo de se manifestarem massivamente sem que a polícia intervenha, mesmo quando as manifestações são oficialmente proibidas —, tem sido um dos grandes instigadores do renascimento militarista e da intervenção dos soldados alemães na guerra do Golfo, na Somália, na ex-Jugoslávia... Além de capelão das forças armadas, o senhor bispo também é membro da ordem religiosa «Os Cavaleiros do Santo Sepulcro de Jerusalém». Devido às ligações da ordem dos banqueiros da mafia, Michele Sindona e Roberto Calvi, envolvidos nas fraudes do Banco do Vaticano IOR, o procurador da república na Itália viu-se obrigado a exigir ao seu superior geral em Roma, cardeal Giuseppe Caprio, a lista secreta dos seus membros. A ordem do bispo, capelão das forças armadas da Alemanha, esteve ainda na Itália envolvida na tentativa de golpe de Estado da loja P2, atra-



vés de alguns dos seus membros influentes como o braço direito de Licio Gelli, Umberto Ortolani e o chefe dos SISDE, serviços secretos da Sicília, Bruno Contrada (2).

O bispo italiano de Ivrea, Mgr. Luigi Bettazi, lançou recentemente um grito de alarme, avisando que a Forza Itália de Berlusconi, apresenta semelhanças perigosas com os planos subversivos da loja P2, a qual defendia a dissolução dos partidos políticos e a sua substituição por clubes, o controlo da informação e do banco central e a submissão da magistratura ao poder político (3). Mesmo assim, o Vaticano continua a exercer grandes pressões sobre o que resta da democracia-cristã italiana, o PPI de Buttiglione, para formar um bloco com Berlusconi e os sucessores dos neofascistas de Fini.

Também na Alemanha, Wolfgang Schäuble, chefe da fracção democrata-cristã no Bunderstag, ameaçara antes das eleições com a intervenção dos militares, conquistando assim a simpatia do eleitorado de extrema-direita o qual votou massivamente no seu partido. O líder do SPD, Rudolf Scharping, teve mesmo de lembrar que a Alemanha ainda não era nenhuma «república das bananas».

O que se está a passar na Turquia e na Itália passando pela Alemanha e pelos recentes assassínios e suicídios na Bélgica relacionados com a Nato, exige não só dos cristãos progressistas mas de todos os democratas a maior vigilância contra os tanques da democracia-cristã.

(1) O banqueiro Hermann Josef Abs, responsável em 1938 no Deutsche Bank pela «arianização» dos bens dos judeus, será a partir de 1940 membro do conselho fiscal da I. G. Farben. Após a guerra exercerá funções em vários grémios no Vaticano e em 1971 será mesmo nomeado, pelo Papa, superior geral da ordem do Santo Sepulcro de Jerusalém para a Alemanha.

(2) «Die Zeit», de 25.1.94.

(3) «Le Monde Diplomatique», de Fevereiro 1995.

CARDEAIS

Promessas

Fernando Nogueira, agora no papel de presidente do PSD, recebeu a direcção da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), abrindo assim "um precedente", nas palavras de Marçal Pina, presidente da ANAFRE, pois "nunca tínhamos sido recebidos por nenhum presidente do PSD". Ou seja, nunca tinham sido recebidos por Cavaco Silva, que durante 10 anos consecutivos à frente dos destinos do País sempre se opôs ferozmente a tudo o que cheirasse a descentralização autárquica e ignorou liminarmente as reivindicações da ANAFRE (que integra todos os partidos, incluindo o PSD), nomeadamente sobre a atribuição de competências próprias às Freguesias e respectivos meios financeiros, o regime de permanência e o direito de petição. Todavia este "precedente" de

Fernando Nogueira a receber a ANAFRE não adiantou grande coisa. Segundo declarações de Azevedo Soares no final do encontro, este "foi muito frutuoso" mas... "não fizemos promessas demagógicas, fizemos a promessa de dialogar"! Pelos vistos, o diálogo - que devia ser um acto normal em democracia - é, para este "novo" PSD, um acto tão extraordinário que merece ser transformado em promessa. Quanto às intenções deste "novo" PSD para com o Poder Local democrático, são tão velhas como ele próprio...

Manuais

A Juventude Centrista (não devia ser "Pêpista" ou "Populista"?) do PP do sr. Monteiro reuniu-se em Mesão Frio para ultimar propostas ao programa de governo do seu partido e, pasme-se, para elaborar um "manual de militante". Trata-se, segundo

os jovens centristas do sr. Monteiro, de "uma tentativa de despertar o militante. Não queremos uma tertúlia de opinativos... é bom ter opinião, mas é preciso agir". Quem também gostava muito de manuais era a Mocidade Portuguesa. Eram uns manuais que também queriam "despertar" a juventude para a "acção", num quadro ideológico que não apenas proibia, como prendia, os "opinativos". A malta nova, na altura, simplificava-lhes o nome e chamava-lhes, simplesmente, "manuais fascistas".

Palhaçadas

A Comissão Política do PSD/Madeira emitiu um comunicado sobre a cimeira insular realizada pelo PS/Madeira, chamando-lhe "Palhaçada". Quem assina o documento é Alberto João

Jardim, o rei das palhaçadas d'aquém e d'além-mar, que acusa o PS/Madeira de plagiar as teses do PSD/Madeira, nomeadamente sobre a preparação da revisão de Maastricht. Que o PS anda a copiar o PSD, é público e notório. E em matérias bem graves para os trabalhadores, a economia e a independência nacionais. Agora que copie "palhaçadas", como reclama João Jardim, é levar longe de mais o seguidismo à direita...

O mito das sondagens

O "Expresso" saiu-se com mais uma das suas efabulações políticas a que insiste baptizar de "sondagens" e concluiu, desta vez, que "a maioria dos

portugueses prefere claramente a sintonia política entre os órgãos de soberania e gostaria de ter uma maioria, um Governo e um Presidente da República da mesma cor política após as eleições legislativas e presidenciais que se aproximam". Proprietário da vontade da "maioria dos portugueses" através das suas poderosas investigações, o "Expresso" decreta igualmente que foi destruído o "mito dos ovos e do cesto", ou seja, a ideia (que o próprio "Expresso", ao longo dos anos, tem atribuído à "maioria dos portugueses") de que o nosso eleitorado não gosta de meter "todos os ovos no mesmo cesto" e quer um presidente da República de cor política diferente da maioria parlamentar. Quando é que os senhores do "Expresso" percebem que o único mito que caiu - e há muitos anos - foi, simplesmente, o da seriedade das suas "sondagens"?

PONTOS NATURAIS

O Sistema

Falam da garrafeira do Buçaco naturalmente, familiarmente.

Vestem de Givenchy suas amantes para as despirem de Givenchy.

Sabem. Doutoradamente trincam a ponta do charuto.

Pagam almoços e levam as contas para descontar no IRS.

No carro há uma espessa cortina que isola o condutor.

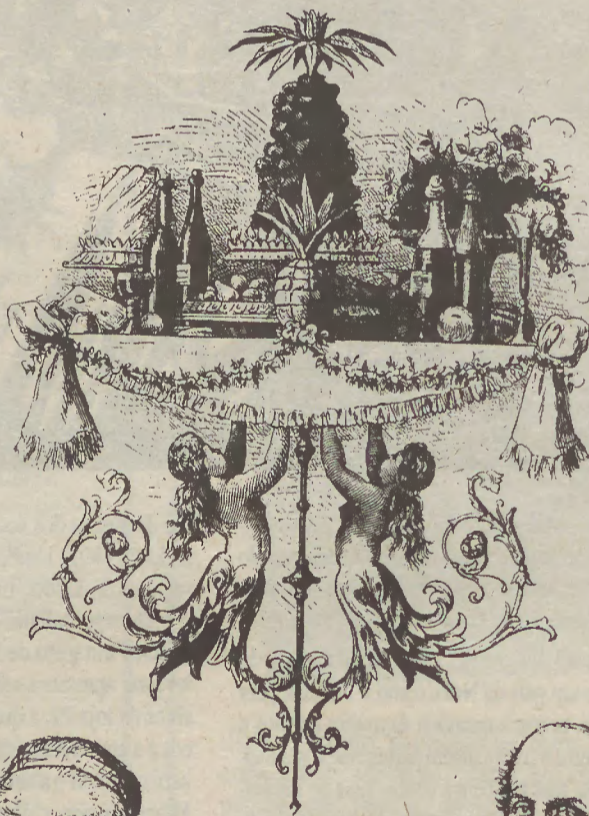
Sempre vai a TV às festas que dão.

Na adega da quinta juntam os casais.

Na casa, há inúmeros quartos.

Acompanham com Moët et Chandon a carne de veado e as perdizes.

Mandam vir de avião tulipas da Holanda.



No ano passado declararam falência fecharam as fábricas onde havia seis meses de salários em atraso.

Entrevistados na televisão estão tranquilos em dedos sapudos brilham anéis fortes com grande pose

falam da crise «que afecta o sector».

Quanto aos trabalhadores, não querem nem vê-los.

Certo, quando morrerem vão para o inferno. Entretanto falam da garrafeira do Buçaco naturalmente, familiarmente...

Mário Castro

FRASES da SEMANA

«A marcação (na Rússia) de eleições parlamentares para 12 de Dezembro de 1995 e de presidenciais para 12 de Julho de 1996 visava pôr fim a este longo período de arbítrio, mas a realização dos citados actos eleitorais nestas datas é cada vez mais problemática e fala-se com maior frequência do seu adiamento.»

«(José Milhazes, correspondente em Moscovo - «Público», 04.04.95)

«Apesar do Presidente (Ieltsin) ter prometido a realização de eleições nos prazos previstos pela Constituição, as suas ideias, como é frequente, mudam. Tanto mais que a situação social e política não é favorável aos seus apoiantes nas eleições parlamentares e à recandidatura nas presidenciais.»

«(idem)

«Por enquanto, as eleições para o poder local dão vitórias consecutivas aos comunistas e aos seus aliados.»

«(idem)

«A ter sucesso esta ideia (de Cavaco Silva transferir para a Presidência da República boa parte das funções que desempenhou enquanto primeiro-ministro), teremos uma continuação do cavacismo com a mera transferência do seu principal protagonista de S. Bento para Belém.»

«(José António Saraiva, «Política à Portuguesa» - «Expresso», 01.04.95)

«Santana Lopes chegou a ambicionar receber o poder das mãos de Cavaco Silva. Em vez disso, acaba de o receber das de Sousa Cintra.»

«(António Barreto, «Retrato da Semana» - «Público», 02.04.95)

«(Comigo a presidente do Sporting) não morreu o político Santana Lopes. Fica só a hibernar.»

«(Pedro Santana Lopes, no «Jornal da Noite» da SIC, 02.04.95, citado em «Público», 04.04.95)

«O sistema é simples e popular: jurados, juizes, advogados, testemunhas, peritos... nada é necessário. Basta ligar o suspeito a uma máquina para saber se é, ou não, culpado. O facto de a máquina não ser fiável, de o método violar intimidades ou de lançar a suspeita sobre a justiça é, obviamente, uma preocupação menor.»

«(Henrique Monteiro - «Expresso», 01.04.95)

«É por isso que, com toda a frontalidade, temos de ser capazes de ir até ao fim e colocar aos jornalistas e aos seus órgãos a questão de saber - nomeadamente ao seu conselho de deontologia - se é aceitável que os responsáveis por aquele programa («A Máquina da Verdade»), isto é, o director da SIC, Emídio Rangel, e o apresentador, Carlos Narciso, continuem a ostentar o título profissional de jornalistas.»

«(José Manuel Fernandes - «Público», 01.04.95)

«Há uma altura em que mesmo as questões mais delicadas têm de ser postas, para que no futuro não nos envergonhemos de nós próprios.»

«(idem)

«PSD quer país seguro, oposição só quer ganhar votos...»

«(Dias Loureiro - «O Diabo», 04.04.95)

«A segunda OPA ao BPA foi mais bem delineada e vantajosa para os accionistas que a primeira.»

«(Daniel Bessa, PS - «O Diabo», 04.04.95)

«Nalguns pontos o Governo não foi assim tão mau.»

«(Idem)

Plenários e outras reuniões

AVIS

4ª Assembleia da Organização Concelhia
 Sábado, às 15h, na sala da Junta de Freguesia
 com a participação de
 José Casanova

ALGÉS

Plenário de militantes da freguesia: sábado, 8, a partir das 15h, no Centro de Trabalho local.

ALGUEIRÃO

Reunião da célula da **Hoechst/Resiquímica**: terça-feira, dia 11, às 18h15, no CT do Algueirão.

ALMADA

Plenário concelhio de quadros, com a participação do camarada **Francisco Lopes**: segunda-feira, 10, às 21h30, no CT concelhio.

ALMARGEM DO BISPO

Plenário de militantes da freguesia, com a participação de **António Cordeiro**: sexta-feira, 7, às 21h, em Albugos.

CACÉM

Reunião de militantes da **Melka**: hoje, quinta-feira, às 17h30, no CT do Cacém.

Reunião do organismo de empresas do concelho de Sintra: hoje, às 21h, no CT do Cacém.

CASCAIS

Estoril - Plenário de camaradas **Reformados**, sobre a situação política e social: no CT de Cascais, quarta-feira, 12, às 16h.

LINDA-A-VELHA

Plenário de militantes da freguesia - sábado, 8, às 15h - antecedido de almoço-convívio (às 13h). No Centro de Trabalho de Algés.

LISBOA

Plenário dos trabalhadores comunistas dos **Hospitais Cívicos de Lisboa** e outras instituições de saúde do distrito: hoje, quinta-feira, às 18h, no Centro de Trabalho Vitória.

Colina da Graça - Plenário mensal de militantes das freguesias da Graça, Stª Engrácia e S. Vicente, com a participação do camarada **Luís Fernandes**: sexta-feira, 7, às 21h30, no CT da Graça.

S. Jorge de Arroios - Plenário dos militantes da freguesia: sexta-feira, 7, às 21h30, no CT de Arroios.

Alcântara, Belém, Campolide, Stª Condestável, Prazeres - Plenário de militantes das freguesias, com a participação de **Luís Fernandes**: sábado, 8, às 15h, no CT de Alcântara.

Alto do Pina - Plenário de militantes da freguesia: sábado, 8, às 15h, na sede da UPPSS (Al. D. Afonso Henriques, 72, 1º).

Olivais - Plenário de militantes, com a participação do camarada **Jaime Serra**: sábado, 8, às 16h, no CT dos Olivais.

Almoço-convívio e debate sobre a situação política, com a participação do camarada **Dias Lourenço**: sábado, 8, no CT de Alcântara, a partir das 13h.

LOURES

CDU/Bucelas - Debate sobre Saúde e Segurança Social: sexta-feira, dia 7, às 21h30, no Salão da Junta de Freguesia, com a participação de **Maria do Carmo Tavares** e **Paulo Piteira**.

CDU/Caneças - Visita de **Francisco Pereira**, **Armindo Fernandes** e outros eleitos da CDU a bairros da freguesia: sábado, 8, a partir das 10h.

CDU/SETÚBAL

• ENCONTRO DISTRITAL DE ELEITOS CDU NAS FREGUESIAS
 Sábado, às 14h30, no Auditório do CT concelhio de Almada

com a participação de **Conceição Morais**
 • ENCONTRO CONCELHIO DE SETÚBAL DA CDU

Domingo, das 10h30 às 18h, no CT concelhio de Setúbal com a participação de **Henrique de Sousa**

Sacavém - Plenário de militantes: no CT, com a participação do camarada **Júlio Filipe**.

OEIRAS

Plenário de militantes das empresas do concelho de Oeiras: sexta-feira, 7, às 18h30, no Centro de Trabalho de Algés.

PORTO

Reunião plenária de membros do Partido da **Função Pública**: no Centro de Trabalho da Boavista, sexta-feira, dia 7, às 21h30.

QUELUZ

Reunião de quadros para discussão da situação autárquica e de questões da organização do Partido na freguesia: sexta-feira, 7, às 21h30, no CT de Queluz, com a participação de **Jorge Cordeiro** e de **Lino Paulo** e outros eleitos na Junta e Assembleia de Freguesia.

RIO DE MOURO

Plenário de militantes da freguesia, com a participação do camarada **Romeu do Rosário**: sexta-feira, 7, às 21h30, no Centro de Trabalho.

S. JOÃO DAS LAMPAS

Plenário de militantes da freguesia, com a participação de **Jaime da Mata**: sexta-feira, 7, às 21h30, no CT local.

No próximo fim-de-semana

Álvaro Cunhal em Aveiro, Coimbra e Vila Real

O camarada **Álvaro Cunhal** participa este fim-de-semana em iniciativas do PCP em Aveiro, Coimbra e Vila Real, promovidas pelas Direcções Regionais respectivas e pelas Comissões Concelhias do PCP de Estarreja e S. João da Madeira e, em Aveiro, também no Encontro Distrital da JCP.

Em **Coimbra**, sexta-feira, estará presente num jantar e noite de confraternização na Cantina Amarela, com início marcado para as 19h30.

— No distrito de **Aveiro**, sábado: em **Estarreja** participa, às 13h, no almoço-convívio da Organização Concelhia no Restaurante Moderno, e em **Aveiro** no Encontro Distrital da JCP que decorrerá, a partir das 15h, no Auditório do Instituto da Juventude.

À noite (21h30), na Escola Preparatória de **S. João da Madeira**, participa numa sessão de esclarecimento sob o tema "PCP - A Esquerda Necessária para Uma Nova Política".

— Em **Vila Real**, domingo, o camarada **Álvaro Cunhal** participa num almoço de solidariedade organizado pela DORVIR, com o duplo objectivo de mobilizar os militantes do Partido e os transmontanos para as próximas eleições legislativas e para a campanha de fundos em curso para a compra de um Centro de Trabalho. Nas instalações do Ciclo Preparatório Diogo Cão, às 13h.

Barreiro

Penicheiros - 8 de Abril - 16h

COMÍCIO

com a participação de

CARLOS CARVALHAS

Carlos Carvalho

Secretário-geral do PCP

visita Foz Côa

Hoje, dia 6:

Às 12h, encontro com o Movimento Cívico de Salvaguarda das Pinturas Rupestres, com o Conselho Directivo e a Associação de Estudantes da Esc. Secundária;
 Às 14h30, visita às gravura rupestres de Castelo Melhor

Vila Franca de Xira

Almoço-convívio no Pavilhão do Cevadeiro

Domingo, a partir das 13h

Intervenções de **DANIEL BRANCO** e de **CARLOS CARVALHAS**

Benavente

Jantar comemorativo do aniversário do PCP
 Sexta-feira, 7, às 20h, no Restaurante "O Miradouro" com intervenção de **Jaime da Mata**

Rio de Mouro

Almoço-convívio
 Domingo, 9, às 13h, no CT
 com a participação de **Jaime da Mata**
 (Inscrições: tels. 9131355-9142336)

«Jornadas Locais» do PCP na Colina da Graça e Penha de França

No próximo sábado, dirigentes locais do PCP e eleitos nas respectivas Assembleias de Freguesia e ainda os vereadores **António Abreu**, **Rego Mendes**, **Vítor Costa** e **José Emílio** visitam as freguesias de Penha de França, Santa Engrácia, S. Vicente e Graça, em mais uma «Jornada Local». A concentração da caravana está marcada para o Largo de Sapadores, às 10h.

JCP/COVILHÃ

ENCONTRO DISTRITAL

Sábado, a partir das 15h — Esc. Sec. Frei Heitor Pinto

DEBATE

Militante Nº 735.426 Ser comunista hoje e amanhã referências e perspectivas

8 ABRIL - 16H CENTRO DE TRABALHO VITORIA

Associação de Amizade Portugal-Cuba 20 Anos a Viajar para Cuba Venha conhecer a Revolução Cubana Os melhores programas Culturais e Turísticos Páscoa - 14 a 24 de Abril

TEATRO

AUDITÓRIO NACIONAL CARLOS ALBERTO Porto, Rua das Oliveiras. Tel 2004540. De 3ª a dom. às 21.45, dom. também às 16.00. LUZES DE PALCO, encenação de Norberto Barroca, pelos Seiva Trupe.

CASA DAS ARTES Porto, R. António Cardoso, 175. Tel. 6004301. De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. AUTO DA ÍNDIA & COMPANHIA, adaptação de textos de Gil Vicente, encenação de Acácio Carvalho, pelo Teatro Experimental do Porto.

COMUNA Lisboa, Pç. Espanha. Tel. 7271818. De 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. A PULGA ATRÁS DA ORELHA, de George Feydeau, encenação de João Mota, pelo Teatro da Comuna.

CONVENTO DOS INGLESINHOS Lisboa, Tv. dos Inglesinhos (Bairro Alto). De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. COMÉDIA EUFRÓSINA, de Jorge Ferreira de Vasconcelos, encenação de Silvína Pereira, pelo Teatro Mai-zum.

MUSEU CONDES DE CASTRO GUIMARÃES Cascais. Marcações: tels. 4670320 e 4867933. De 3ª a dom. 21.30. ESTÁ LÁ FORA UM INSPECTOR, de J. B. Priestley, pelo Teatro Experimental de Cascais.

PALÁCIO RIBAMAR Algés. 6ª e sáb. às 21.30. LORCA ESPANHA CUMPLICIDADES, dramaturgia e encenação de Armando Caldas, pelo Intervalo-Grupo de Teatro.

PALCO ORIENTAL Lisboa, Calç. Duque de Lafões. Tel. 8686997. De 5ª a dom. às 21.30. AO

LONGO, AO LONGO DA LONGA RUA, de Wolfgang Borchert, encenação de João Jorge.

TEATRO ABERTO Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7955822. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. A MORTE E A DONZELA, de Ariel Dorfman, encenação de Fernanda Lapa, pelo Novo Grupo.

TEATRO DO BAIRRO ALTO Lisboa, R. Ten. Raúl Cascais. Tel. 3951515. De 5ª a 3ª às 22. DEPOIS DA TEMPESTADE, de Sergei Belbel, encenação de Inês Câmara Pestana (até 11/4).

TEATRO GARCIA DE RESENDE Évora, Pç. Joaquim António de Aguiar. Tel. 23112. De 3ª a dom. às 21.00. A NOITE ITALIANA, de Odon Von Horváth, encenação de Mário Baradas, pelo Centro Dramático de Évora.

TEATRO CINEARTE Lisboa, Lg. de Santos, 2. Tel. 3965275. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. NÃO HÁ NADA QUE SE COMA, de Francisco Pestana, encenação de Rui Luís Brás. - De 4ª a sáb. às 22.00, dom. às 17.00: MARLY, A VAMPIRA DE OURINHOS, de Carlos Queiroz Telles, encenação de Maria do Céu Guerra.

TEATRO MALAPOSTA Olival Basto, R. Angola. Tel. 9388407. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. A MORTE DE UM CAIXEIRO VIAJANTE, de Arthur Miller, encenação de José Peixoto.

TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ Lisboa, R. António Maria Cardoso. Tel. 3471279. Sala Estúdio - 2ª às 21.30. EUROPA NÃO! PORTUGAL NUNCA!!, de Mário Viegas.

PALAVRAS CRUZADAS

15x15 crossword grid with numbers 1-15 indicating starting positions for words.

HORIZONTAIS: 1 - Coerências. 2 - Irmão da mesma mãe; propriedade. 3 - Antiga possessão portuguesa na Índia; pequena argola; prep. 4 - Cabelos brancos; pequeno altar; escudeiro. 5 - Inútil; ensejo; estava. 6 - Mulher de Henrique VIII decapitada por adultério; víscera dupla; terceiro filho de Adão; forma redutiva de senhor. 7 - Porco; parceiro; filha mais velha de Labão; forma redutiva de rapaz. 8 - Partido terrorista basco (sigla); davam em doação; pêlos de certos animais. 9 - Cumprimenta; acolá; impedimento. 10 - Protozoário microscópico das águas. 11 - Preze; passado; eiró. 12 - Doçura (fig.); membro da mesa de confraria; duas vezes. 13 - Elefante fêmea; rasoiras; tecido.

VERTICAIS: 1 - Antiga cidade da Caldeia; embarcações ligeiras de dois mastros e vela latina; feminino de um. 2 - Antiga nota musical; comentários; art. Espanhol. 3 - Recusava; Ouro (s.q.); acolá. 4 - Furioso; dádiva. 5 - Vende a crédito; ermida fora do povoado; prep. 6 - Sono sem extremos; enguias; Érbio (s.q.). 7 - Mordiscaram; conhecido rio da Grã-Bretanha. 8 - Claridade; quentes. 9 - Aquilo que é objecto de adoração, de paixão excessiva (pl.); ofídio venenoso. 10 - Nota musical; a terceira pessoa; vogal (pl.). 11 - Patroa; vocábulo originário de outros; satélite de Júpiter. 12 - Inspirar (fig.); móvel para bebidas alcoólicas. 13 - Príncipe troiano, herói da Eneida; 51 romanos; vaso de barro para mistura de vinhos usado nos banquetes romanos. 14 - Nota musical; não transparente; pref. neg. 15 - Alternativa; reunião de palavras que foram sentido; costume.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

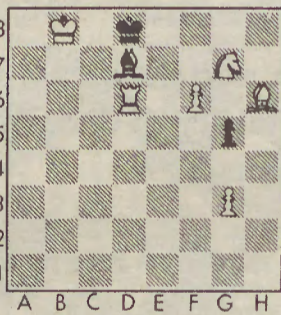
HORIZONTAIS: 1 - Polónia; bananal. 2 - Al; lós; ror; Ni. 3 - Rimas; afã; saída. 4 - Ovos; clima; oram. 5 - Cal; chamada; ade. 6 - Olarias; safras. 7 - Aal; mis. 8 - Baliram; panados. 9 - Ara; acamado; aço. 10 - Lota; atiro; alam. 11 - Emaná; aro; árida. 12 - Ia; ara; era; ar. 13 - Ariscas; amorosa.

VERTICAIS: 1 - Pároco; baleia. 2 - Olival; aromar. 3 - Mola; lata. 4 - Olas; RAI; anãs. 5 - Nós; ciara; Arc. 6 - Is; chalaça; aa. 7 - Alas; mata. 8 - Afim; mira. 9 - Amas; paro. 10 - Ar; Adamado; em. 11 - Nós; afino; aro. 12 - Arão; Isa; arar. 13 - Irar; Dalí. 14 - Andada; ocadas. 15 - Liames; somara.

XADREZ

DVII - 6 DE ABRIL DE 1995 PROPOSIÇÃO Nº 1995X027 Por: HENRY AUGUSTUS LOVEDAY Chess Player's Chronicle, 1846

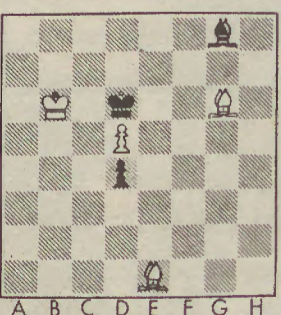
Pr. [3]: Pg5 - Bd7 - Rd8 Br. [5]: Ps. f6, g3 - Cg7 - Bh6 - Td6 - Rb8



Mate em 3 lances

PROPOSIÇÃO Nº 1995X028 Por: HENRI RINCK Els Escacs a Catalunya, 1935

Pr. [3]: Ps. d4 - Bg8 - Rd6 Br. [4]: Pd5 - Bs. él, g6 - Rb6



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DVII

Nº 1995X027 [H. A. L.]: 1. Td1!; g4; 2. Bd2! B-; 3. Ba5#

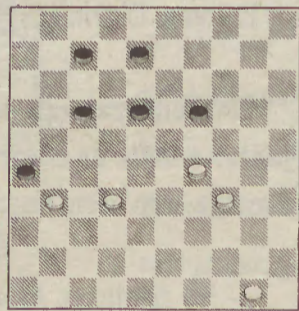
Nº 1995X028 [H. R.]: 1. Bg3+!; Rd5; 2. Bb1, d3 [B66, f7/R66]; 3. Ba2+ e.g.

A. de M. M.

DAMAS

DVII - 6 DE ABRIL DE 1995 PROPOSIÇÃO Nº 1995D027 Por: G. L. GORTMANS GB, 1938

Pr. [6]: 7-8-17-18-19-26 Br. [5]: 29-31-32-34-50

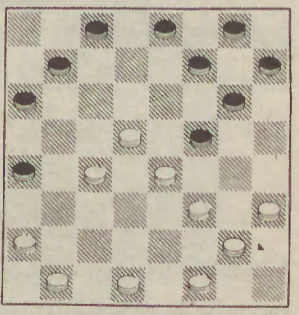


Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1995D028 GOLPE Nº 115

Por: GUIDO BOCCALI Damaspport Nº 78 18.XII.1959

1. 10-14, 23-20; 2. 12-15, 28-23; 3. 5-10, 32-28; 4. 1-5, 22-18; 5. 14-19, 23-14; 6. 10-19, 20-16; 7. 11-14, 18-11; 8. 7-14, 27-22; 9. 6-10, 22-18 Diagrama



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DVII

Nº 1995D027 [G. L. G.]: 1. 29-24, (26-28); 2. 24-33, (18-22); 3. 33-28 (22x33); 4. 34-29 (33x24); 5. 50-44 + por oposição

Se: 1. ..., (19x39); 2. 50-44, (26x28); 3. 44x42 + Nº 1995D028 [G. B.]: 10. 15-20, 24-15; 11. 19-22, 18-11; 12. 3-7, 26x19; 13. 7-32 = D +

A. de M. M.

FILMES

QUINTA, 6

Casanova 70

«Casanova 70» (It./Fr./1965). Real.: Mario Monicelli. Int.: Marcello Mastroianni, Vira Lisi, Michèle Mercier, Mari-sa Mell, Marco Ferreri. Cor, 95 min. Comédia. (14.50, SIC)

A Mulher das Mil Caras

«Up the Sandbox» (EUA/1972). Real.: Irwin Kershner. Int.: Barbra Streisand, David Selby, Ariane Heller, Terry Smith. Cor, 93 min. Comédia. (21.30, Quatro)

Enganado para Matar

«Downpayment on Murder» (EUA/1987). Real.: Waris Hussein. Int.: Connie Sellecca, Ben Gazzara, David Morse, Sheila Larken. Cor, 95 min. «Thriller» / Telefilme. (01.40, Canal 1)

SEXTA, 7

Morte por Encomenda

«The Ultimate Solution of Charles Quigley» (EUA/1985). Real.: Anthony Harvey. Int.: Katharine Hepburn, Nick Nolte. Cor, 84 min. (14.50, SIC)

Os Inocentes Contra a Droga

«The French Connection» (EUA/1971). Real.: William Friedkin. Int.: Gene Hackman, Fernando Rey, Roy Scheider, Tony Lobianco, Marcel Bozzuffi. Cor, 99 min. Ver Destaque. (22.00, Quatro)

Pamplinas Maquinista

«The General» (EUA/1926). Real.: Buster Keaton e Clyde Bruckman. Int.: Buster Keaton, Marion Mack, Charles Smith, Frank Barnes. P/B, 78 min. Ver Destaque. (22.40, TV 2)

Revolta dos Tarados III: A Nova Geração

«Revenge of the Nerds III: The Next Generation» (EUA/1992). Real.: Roland Mesa. Int.: Robert Carradine, Ted McGinley, Julia Montgomery. Cor, 120 min. Telefilme / Comédia. (01.15, Canal 1)

SÁBADO, 8

Consciências Mortais

«The Ox-Bow Incident» (EUA/1943). Real.: William Wellman. Int.: Henry Fonda, Dana Andrews, Marc Lawrence, Mary Beth Hughes. P/B, 72 min. Ver Destaque. (18.30, TV 2)

Topázio

«Topaz» (EUA/1969). Real.: Alfred Hitchcock. Int.: John Forsythe, Frederick Stafford, Danny Robin, Claude Jade, Michel Subor. Cor, 120 min. Espionagem. (23.40, TV 2)

Rio Grande

«Rio Grande» (EUA/1950). Real.: John Ford. Int.: John Wayne, Maureen O'Hara, Ben Johnson, Claude Jarman, Jr., Harry Carey, Jr. P/B, 105 min. Ver Destaque. (23.50, Quatro)

A Guerra do Fogo

«Quest for Fire» (EUA/1981). Real.: Jean-Jacques Arnaud. Int.: Everett McGill, Ray Dawn Chong, Ron Perlman, Nameer El Kadi. Cor, 94 min. Ver Destaque. (00.35, SIC)

Soldados em Digressão

«Privates on Parade» (Gr.Br./1982). Real.: Michael Blakemore. Int.: John Cleese, Denis Quilley, Michael Elpick, Nicola Pagett. Cor, 109 min. Comédia / Guerra. (00.55, Canal 1)

Vagabundo ao Luar

«Les Bijoutiers du Clair de Lune» (Fr./It./1958). Real.: Roger Vadim. Int.: Brigitte Bardot, Alida Valli, Stephen Boyd, Pepe Nieto. Cor, 86 min. «Western-Paella». (02.45, Canal 1)

DOMINGO, 9

O Primo Basílio

(Port./1959). Real.: António Lopes Ribeiro. Int.: António Vilar, Danik Patsysson, Cecilia Guimarães, João Villaret, Aura Abranches. P/B, 133 min. Ver Destaque. (16.50, SIC)

Quando o Mundo Nasceu

«One Million Years B. C.» (Gr.Br./1966). Real.: Don Chaffey. Int.: John Richardson, Raquel Welch, Percy Herbert, Robert Brown. Cor, 88 min. Aventuras. (17.30, Canal 1)

Balúrdia no Oeste

«Blazing Sables» (EUA/1974). Real.: Mel Brooks. Int.: Cleavon Little, Gene Wilder, Madeline Kahn, Mel Brooks, Slim Pickens, Dom De Luise. Cor, 90 min. Ver Destaque. (22.20, SIC)

SEGUNDA, 10

Esporas Negras

«Black Spurs» (EUA/1965). Real.: R. G. Springsteen. Int.: Roy Calhoun, Terry Moore, Linda Darnell, Scott Brady, Lon Chaney, Jr. Cor, 78 min. «Western». (14.50, SIC)

Tango e Cash

«Tango & Cash» (EUA/1989). Real.: Andrei Kontchalovsky. Int.: Sylvester Stallone, Kurt Russell, Teri Hatcher, Jack Palance. Cor, 95 min. Ver Destaque. (22.20, SIC)

Duelo de Amigos

«Draw!» (EUA/Can./1984). Real.: Steven Hilliard Stern. Int.: Kirk Douglas, James Coburn, Alexandra Bastedo, Graham Jarvis. Cor, 90 min. Telefilme / «Western». (01.30, Canal 1)

TERÇA, 11

A Casa Foi ao Fundo

«Hello Down There» (EUA/1969). Real.: Jack Arnold. Int.: Janet Leigh, Tony Randall, Jim Backus, Roddy McDowell, Ken Berry. Cor, 95 min. Comédia. (14.50, SIC)

O Drama de Ryan

«The Ryan White Story» (EUA/1988). Real.: John Herzfeld. Int.: Judith Light, Lukas Haas, George C. Scott, Michael Bowen. Cor, 94 min. Telefilme Dramático. (21.30, Quatro)

O Faraó

«Faraon» (Pol./1965). Real.: Jerzy Kawalerowicz. Int.: George Zelnik, Barbara Bryl, Krystyna Mikolajewska, Piotr Paulowki. Cor, 176 min. Ver Destaque. (22.45, TV 2)

Desordem

«Désordre» (Fr./1986). Real.: Olivier Assayas. Int.: Wacek Stancak, Lucas Belvaux, Rémi Martin, Ann-Gisel Glass, Simon de la Brosse. Cor, 92 min. Drama. (00.30, SIC)

O Sentido da Liberdade

«A Sense of Freedom» (Gr.Br./1981). Real.: John MacKenzie. Int.: David Hayman, Jake D'Arcy, Sean Scallon, Alex Norton. Cor, 85 min. Telefilme / Policial. (01.40, Canal 1)

QUARTA, 12

A Mulher da Jamaica

«Jamaica Run» (EUA/1953). Real.: Lewis R. Foster. Int.: Ray Milland, Arlene Dahl, Wendell Corey, Patrick Knowles. Cor, 89 min. Aventuras. (14.50, SIC)

Campo de Sonhos

«Field of Dreams» (EUA/1989). Real.: Phil Alden Robinson. Int.: Kevin Costner, Amy Madigan, Gaby Hoffman, Ray Liotta. Cor, 107 min. Ver Destaque. (21.30, Quatro)

A Fogueira das Vaidades

«The Bonfire of the Vanities» (EUA/1990). Real.: Brian De Palma. Int.: Tom Hanks, Bruce Willis, Melanie Griffith, Kim Cattrall. Cor, 125 min. Comédia. (22.40, Canal 1)

Uma Luz na Praça

«Light in the Piazza» (Gr.Br./1961). Real.: Guy Green. Int.: Olivia de Havilland, George Hamilton, Yvette Mimieux, Rossano Brazzi. Cor, 102 min. Melodrama. (01.35, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

PROGRAMAÇÃO

Quinta, 6

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Origens
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Coração Selvagem
14.20 Malha de Intrigas
15.00 Vizinhos
15.25 Blossom
16.00 Gente Remota
16.45 Rumo a Avonlea
17.25 Missão Impossível
18.20 Com a Verdade M' Enganas
19.05 Desencontros
20.00 Telejornal
20.30 74.5 Uma Onda no Ar
21.55 Isto Só Vídeo
22.00 Frou-Frou
23.45 Coisas da Vida
00.45 24 Horas
01.25 Remate
01.40 Enganado para Matar

CANAL 2

12.00 Televidas
13.00 Tênis - Open do Estoril
17.00 Perigo nas Montanhas
18.00 Escola Paraíso
18.50 Rua Sésamo
19.15 Caderno Diário
19.30 Um, Dó, Lí, Tá
20.15 O Museu d' Orsay
21.10 Histórias de Cá e Lá
21.40 RTP/Financial Times
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.40 Guerras da Droga (1º epis.)
23.35 Músicas da Terra
00.25 Souvenirs

SIC

11.00 Praça Pública
11.30 As Receitas do Dia
12.00 Quatro por Quatro
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Os Donos do Jogo
13.50 Olhos nos Olhos
14.50 Casanova 70
16.45 Buêrére
17.45 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.40 Os Trapalhões
22.40 A Máquina da Verdade
23.40 A Noite da Má-Língua
00.45 Último Jornal
01.00 Internacional SIC

QUATRO

10.30 Lumen 2000
11.00 Momentos Musicais
11.30 Shopping Center
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Kassandra
14.00 Éramos Seis
14.35 Esquadrão Classe A
15.15 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.40 Caprichos
18.30 O Preço da Paixão
19.25 Novo Jornal
20.20 Dar Que Falar
21.15 Fora de Jogo
21.30 A Mulher das Mil Caras
23.30 TVI Jornal
00.15 Protagonistas
00.45 O 8º Dia

Sexta, 7

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Origens
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Coração Selvagem
14.20 Malha de Intrigas
15.00 Vizinhos
15.55 Noite Mágica
16.40 Rumo a Avonlea
17.25 Missão Impossível
18.20 Com a Verdade M' Enganas
19.00 Desencontros
20.00 Telejornal
20.45 74.5 Uma Onda no Ar
21.35 Concurso Qualquer Coisinha
22.05 Desculpe 1, 2, 3
23.50 24 Horas
00.35 Remate
00.45 Contos Assombrosos
01.15 Revolta dos Tarados III

CANAL 2

12.00 Televidas
13.00 Tênis - Open do Estoril
17.00 Uma Família Feliz
18.00 Escola Paraíso
18.25 Rua Sésamo
18.55 Um, Dó, Lí, Tá
19.45 Os Windors
20.45 À Roda do Mundo
21.15 Histórias Que o Tempo Apagou
21.35 Ver Para Ler
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.40 Pamplinas Maquinista
00.25 O Ladrão de Bagdad
02.45 Souvenirs

SIC

11.00 Praça Pública
11.30 As Receitas do Dia
12.00 Quatro por Quatro
13.00 Notícias
13.25 Os Donos do Jogo
13.50 Olhos nos Olhos
14.50 Morte por Encomenda
16.45 Buêrére
17.45 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.40 Mini Chuva de Estrelas
22.40 Só para Inteligentes
00.15 Último Jornal
00.30 Os Donos da Bola
01.30 Playboy

QUATRO

10.30 Lumen 2000
11.00 Momentos Musicais
11.30 Shopping Center
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Kassandra
14.00 Éramos Seis
14.35 Esquadrão Classe A
15.15 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.40 Caprichos
18.30 O Preço da Paixão
19.25 Novo Jornal
20.20 Dar Que Falar
21.15 Fora de Jogo
21.30 Trapos & Companhia
22.00 Os Inocorríveis contra a Droga
00.15 TVI Jornal
01.00 Pelo Contrário

Sábado, 8

CANAL 1

08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.30 Luta Livre Americana
13.00 Notícias
13.15 Coração Selvagem
14.00 Made in Portugal
14.30 Clube Disney
16.00 As Aventuras de Brisco County
16.45 Arca de Noé
17.45 Longa Metragem
18.50 Desencontros
19.55 Totoloto
20.00 Telejornal
20.40 Futebol: Setúbal-Sporting
22.40 Parabéns
00.20 24 Horas
00.55 Soldados em Digressão
02.45 Vagabundo ao Luar

CANAL 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Euronews
13.00 Parlamento
14.00 TV2 Desporto
17.45 Para Além do Ano 2000
18.30 Consciências Mortas
19.45 Forum Musical
20.45 Praia da China
21.30 Músicas dos Outros
22.00 TV2 Jornal
22.30 Dinheiro em Caixa
23.00 TV2 Desporto
23.00 Topázio

SIC

11.00 Buêrére
13.00 Portugal Radical
14.00 Quatro por Quatro
15.00 Dra. Quinn
16.00 Os Imortais II
17.00 Muita Lã
18.00 Vidas Cruzadas
20.00 Jornal da Noite + A Semana
21.15 Irmãos Coragem
22.15 Sábado Mágico
00.20 Último Jornal
00.35 A Guerra do Fogo
02.35 Noites Hipnóticas

QUATRO

10.00 Clube da Manhã
11.30 Animação
12.00 Informação Religiosa
13.00 Jornal da Uma
13.20 Contra Ataque
15.00 Telemotor
15.30 Jogos Fantásticos
16.00 Os Caloiros
16.30 Jovens Universitários
17.00 O Céu Como Horizonte
18.15 Em Busca de...
19.25 Telejornal
20.00 Caixa Alta
20.35 Diz-me Com Quem Andas
21.30 Trapos & Companhia
22.00 Ficheiros Secretos
23.00 Por Trás do Crime
23.30 Últimas Notícias
23.50 Rio Grande

Domingo, 9

CANAL 1

08.00 Programa Infantil / Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Jornal da Tarde
13.15 Top +
14.20 86-60-86
15.00 Kung Fu - A Lenda Continua
16.05 A Lei de Burke (1º epis.)
16.55 A Grande Pirâmide
17.30 Quando o Mundo Nasceu
19.00 Casa Cheia
19.50 Joker
20.00 Telejornal
20.40 Futebol: Chaves-Marítimo
22.40 Eu Tenho Dois Amores
23.40 Domingo Desportivo
01.30 No Calor da Noite

CANAL 2

09.00 À Mão de Semear
09.30 Caminhos
10.00 Novos Horizontes
10.30 70 x 7
11.00 Missa
11.55 Regiões
13.00 Euronews
14.00 TV2 Desporto
20.00 Música ao Domingo: Bernstein dirige «Romeo and Juliet»
21.10 Gente Remota - «Brasil: Baía»
22.00 TV2 Jornal
22.30 Sempre ao Domingo - Tema: «Animais», incluindo o filme «Le Singe qui Parle avec les Mains»

SIC

11.00 Buêrére
13.00 National Geographic
14.00 Um Trovão no Paraíso
16.00 Labirinto
16.50 O Primo Basílio
19.00 Médicos Sem Fronteiras
20.00 Jornal da Noite
21.20 Assuntos de Família
22.20 Balbúrdia no Oeste
21.10 O Senhor que se Segue
01.10 ICEP - Vá para Fora Cá Dentro
01.25 Último Jornal
01.40 No Fim do Mundo

QUATRO

10.00 Clube da Manhã
11.30 Informação Religiosa - Missa
13.00 Portugal Português
15.00 Jornal do País
15.30 Mini Gladiadores
16.00 Babylon 5
17.00 Adultos à Força
18.00 O Poder da Lei
18.55 Trocado em Miúdos
19.25 Telejornal
20.00 Bang Bang
20.35 O Agente Especial
21.30 Não te Enerves
22.00 Cluedo
23.00 O Novo Ciclo
24.00 Últimas Notícias
00.15 Jornal do Mundo

Segunda, 10

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Origens
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Coração Selvagem
14.20 Malha de Intrigas
15.00 Férias Coloridas
15.55 Vizinhos
16.25 Blossom
17.25 Missão Impossível
18.15 Com a Verdade M' Enganas
19.00 Desencontros
20.00 Telejornal
20.30 74.5 Uma Onda no Ar
21.25 Neco d' Obra
22.00 Zona+Carlos Cruz
23.45 Caminhada sem Tréguas
00.35 24 Horas
01.15 Remate
01.30 Duelo de Amigos

CANAL 2

16.00 Televidas
17.05 A Casa do Caçador
18.00 Escola Paraíso
18.40 Rua Sésamo
19.00 Caderno Diário
19.05 Um, Dó, Lí, Tá
20.00 Rotações
21.10 Magazine - «Cinema»
21.40 RTP/Financial-Time
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.45 O Faraó
01.45 Alta Frequência - «Nirvanas»
02.50 Souvenirs

SIC

11.00 Praça Pública
11.30 As Receitas do Dia
12.00 Quatro por Quatro
13.00 Notícias
13.25 Os Donos do Jogo
13.50 Olhos nos Olhos
14.50 A Casa Foi ao Fundo
16.45 Buêrére
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.40 Não Se Esqueça da Escola de Dentes
23.10 Casos de Polícia
00.15 Último Jornal
00.30 Desordem
00.15 Último Jornal
00.30 Flash Back

QUATRO

10.00 Lumen 2000
10.30 Shopping Center
11.00 Momentos Musicais
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Kassandra
14.00 Éramos Seis
14.35 Esquadrão Classe A
15.25 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.40 Caprichos
18.30 O Preço da Paixão
19.30 Novo Jornal
20.20 Dar Que Falar
21.15 Bola ao Centro
23.30 TVI Jornal
00.15 Especial Informação
00.20 Prolongamento
00.45 Novos Ventos

Terça, 11

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Origens
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Coração Selvagem
14.20 Malha de Intrigas
15.05 Férias Coloridas
15.55 Missão Impossível
16.45 Com a Verdade M' Enganas
17.25 Jesus da Nazaré (Parte I)
19.00 Desencontros
20.00 Telejornal
20.30 74.5 Uma Onda no Ar
21.20 A Mulher do Sr. Ministro
22.00 Cabaret
23.00 Prova Oral
00.40 24 Horas
01.20 Remate
01.40 O Sentido da Liberdade

CANAL 2

16.00 Televidas
17.05 A Vida Continua
18.00 Escola Paraíso
18.40 Rua Sésamo
19.05 Um, Dó, Lí, Tá
20.00 Rotações
21.10 Magazine - «Cinema»
21.40 RTP/Financial-Time
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.45 O Faraó
01.45 Alta Frequência - «Nirvanas»
02.50 Souvenirs

SIC

11.00 Praça Pública
11.30 As Receitas do Dia
12.00 Quatro por Quatro
13.00 Notícias
13.30 Os Donos do Jogo
14.00 Olhos nos Olhos
14.50 A Casa Foi ao Fundo
16.45 Buêrére
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.40 Não Se Esqueça da Escola de Dentes
23.10 Casos de Polícia
00.15 Último Jornal
00.30 Desordem
00.15 Último Jornal
00.30 Flash Back

QUATRO

10.00 Lumen 2000
10.30 Shopping Center
11.00 Momentos Musicais
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Kassandra
14.00 Éramos Seis
14.35 Esquadrão Classe A
15.25 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.40 Caprichos
18.30 O Preço da Paixão
19.30 Novo Jornal
20.20 Dar Que Falar
21.15 Fora de Jogo
21.30 O Drama de Ryan
23.30 TVI Jornal
00.15 Jornal de Negócios
01.00 Caixa de Perguntas

Quarta, 12

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Origens
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Coração Selvagem
14.20 Malha de Intrigas
15.05 Férias Coloridas
15.55 Missão Impossível
16.45 Com a Verdade M' Enganas
17.25 Jesus da Nazaré
19.00 Desencontros
19.45 Vamos Jogar no Totobola
20.00 Telejornal
20.30 74.5 Uma Onda no Ar
21.20 Com Peso e Medida
22.00 Cabaret
23.00 Prova Oral
00.40 24 Horas
01.20 Remate
01.35 Uma Luz na Praça

CANAL 2

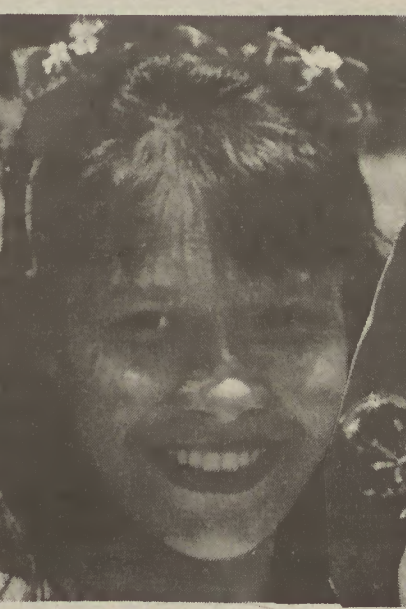
12.00 Televidas
17.05 A Sombra da Dúvida
18.05 Escola Paraíso
18.30 Rua Sésamo
19.05 Um, Dó, Lí, Tá
20.00 Universo Interior
21.00 Universidade Aberta
21.15 Magazine - «Ver Artes»
21.35 Ver para Ler
21.50 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.45 Reportagem
23.40 A Vida e a Época de Henry Pratt
00.30 Musical: «Grammy's Greatest Moments»
01.30 Souvenirs

SIC

11.00 Praça Pública
11.30 As Receitas do Dia
12.00 Quatro por Quatro
13.00 Notícias
13.30 Os Donos do Jogo
13.50 Olhos nos Olhos
14.50 Como Nós Éramos
16.45 Buêrére
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.45 All You Need Is Love
23.15 Último Jornal
24.00 Minas e Armadilhas

QUATRO

10.00 Lumen 2000
10.30 Shopping Center
11.00 Momentos Musicais
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Kassandra
14.00 Éramos Seis
14.35 Esquadrão Classe A
15.25 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.40 Caprichos
18.30 O Preço da Paixão
19.30 Novo Jornal
20.20 Dar Que Falar
21.00 Fora de Jogo
21.15 Campo de Sonhos
23.30 TVI Jornal
00.15 Prós e Contras



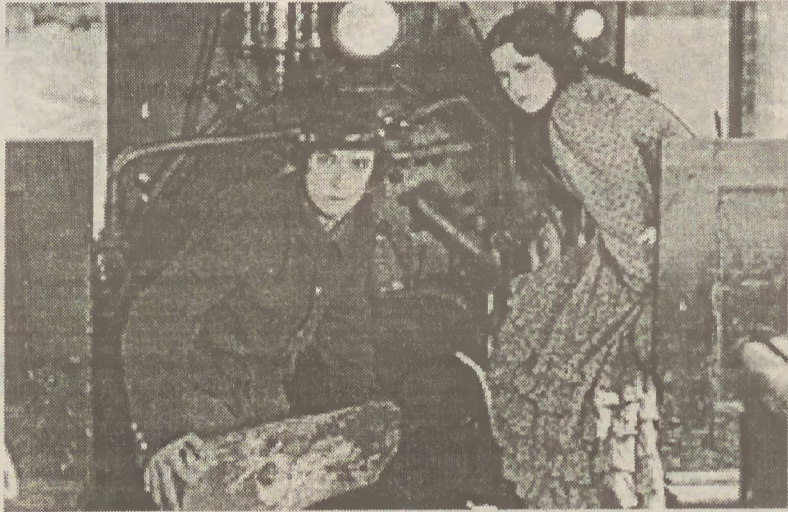
«Bruscamente, no Verão Passado», a peça de Tennessee Williams numa produção da BBC, com Maggie Smith e Rob Lowe: segunda-feira na TV2 • «Praia da China» em nova série: os sobreviventes, 20 anos depois • «Gente Remota» traz-nos neste domingo a Baía • Bruce Springsteen e Sheryl Crow, dois dos vencedores dos Prémios Grammy deste ano: quarta à noite.

Por isto e por aquilo...

Os Incorrutíveis Contra a Droga

(Sexta, 22.00, Quatro)

Dois polícias americanos procuram desmontar uma rede de tráfico de droga internacional com origem em França e as suas investigações, finalmente frustradas, conduzem-nos às situações mais tensas, movimentadas e perigosas, durante as quais Gene Hackman se revela num dos seus melhores papéis. Autor discutido de grandes êxitos e de grandes fracassos, William Friedkin alcançou a notoriedade com a conquista do Oscar para o Melhor Realizador pelo seu filme *Os Incorrutíveis Contra a Droga*. Adepto de um cinema frenético e alucinante, com incursões nos domínios do *thriller* policial e do filme de terror, o realizador aposta obcecadamente na reprodução da construção narrativa clássica, acelerada pelo virtuosismo da encenação e da montagem, o que confere a muitas das espectaculares sequências dos seus filmes mais conseguidos (como é, aqui, a perseguição no *metro*) um poder de atracção verdadeiramente «irresistível». Tudo isto é fortemente impressionante e, embora já mais do que visto, apetece sempre rever. Apesar de, previsivelmente, o *pan & scan* poder deitar tudo por terra...



Buster Keaton e Marion Mack, em «Pamplinas Maquinista»

A Guerra do Fogo

(Domingo, 00.35, SIC)

Lembram-se do prólogo de *2001 - Odisseia no Espaço*, de Stanley Kubrick? Era uma vez... Há 80.000 anos, uma tribo de homens «primitivos» é atacada por macacos e por lobos e, para se defender, é forçada a descobrir o fogo, esse elemento vital para a sobrevivência da espécie. Um filme que foi notado pela forma como o realizador e os seus colaboradores procuraram tornar credíveis os gestos e a linguagem



Um fotograma de «Consciências Mortais», de William Wellman

Pamplinas Maquinista

(Sexta, 22.40, TV 2)

Estamos em 1862, durante a Guerra de Secessão. Um pacato cidadão não é alistado no exército dos «sulistas» porque é julgado mais útil como maquinista e, de facto, durante todo o filme, ele empreende uma fantástica e louca perseguição dos «nortistas», embora no fundo as suas primeiras obsessões sejam a sua locomotiva e a sua namorada. Um filme que é o apogeu do perfeccionismo da arte cômica de Buster Keaton, em luta contra os mais fantásticos e inoportunos objectos, empecilhos e obstáculos. A não perder.

que tiveram de «inventar», embora haja quem o veja como uma experiência cinematográfica que se arrisca a confundir-se, de início, com uma excelente farsa a propósito do «homem das cavernas»... Não deixando, como se vê, o espectador indiferente, será ele próprio, segundo a sua própria disposição, a decidir como aderir ao filme...



«A Guerra do Fogo», de Jean-Jacques Arnaud

O Primo Basílio

(Domingo, 16.50, SIC)

Adaptado ao cinema por António Lopes Ribeiro, é esta a segunda versão cinematográfica do famoso romance de Eça de Queirós. Passando por cima da presença dispensável de António Vilar (como Basílio) ou de Danik Patysson (como Luísa), restam as excelentes interpretações de João Villaret, Cecília Guimarães ou Aura Abranches e um ambicioso esforço de reconstituição da época.

Balbúrdia no Oeste

(Domingo, 22.20, SIC)

Um governador corrupto, auxiliado pela sua alma danada, tentam expropriar os habitantes de Rock Ridge em favor de uma companhia de caminho-de-ferro; mas têm de confrontar-se com um *sheriff* negro, um atirador alcoólico e um brutamonte, que os derrotarão. Tudo isto poderia ser o argumento clássico de um *western* e, na realidade, trata-se de uma já muito vista paródia a este género cinematográfico, encenada por um realizador especialista em «destruir» o classicismo dos géneros ou os seus cultivadores mais notáveis, como fez em *O Jovem Frankenstein* (o filme de terror), *Silent Movie* (o filme burlesco) ou *High Anxiety* (o mestre Hitchcock). Mas a tendência caótica de Mel Brooks para a contínua acumulação dos *gags* não é da mesma forma sensível a todos os espectadores. Precavenha-se, portanto...

Tango e Cash

(Segunda, 22.20, SIC)

Dois polícias de Los Angeles, adversários e rivais sem disfarce, têm de unir os seus esforços para desmantelar os golpes sinistros de um *gangster* maquiavélico. O destaque aqui fica apenas para avisar o espectador justamente admirador da cinematografia de Andrei Kontchalovski a propósito de um filme menor na estimável carreira do realizador.

Consciências Mortais

(Sábado, 18.30, TV 2)

Realizador intrinsecamente avesso a efeitos espectaculares, sempre perseguindo uma sobriedade exemplar, William Wellman impôs-se na cinematografia norte-americana através de um filme notável - *O Inimigo Público* - que tinha um fabuloso desempenho de James Cagney. O filme negro e o *western* foram, assim, os terrenos preferidos pelo cineasta para exercer a sua arte e este filme, em particular, dá-nos conta do seu posicionamento contra a injustiça dos homens ou contra a justiça feita pelas próprias mãos ao abordar o caso do linchamento de um grupo de homens que são enforcados por «cidadãos voluntários», só tarde de mais se apercebendo estes do erro em que haviam caído.

Rio Grande

(Sábado, 23.50, Quatro)

Trata-se de um *western*, mais uma vez adaptado de um romance de James Warner Bellah (o último da trilogia que, com *Forte Apache* e *Os Dominadores*, já mostrados na Quatro, o realizador dedicou às grandes batalhas da cavalaria) e que nos conta a história de um regimento que, em finais do século passado, procura defender-se dos ataques dos índios, perseguindo-os até próximo da fronteira com o México e, mesmo, para além dela. Entre os momentos mais marcantes do filme, destacam-se os dos combates do destacamento para recuperar e salvar um grupo de mulheres e crianças asséns dos índios - inevitavelmente apresentados como sanguinários assassinos... - e as sequências em que as peculiares sensibilidade e convicções do realizador se debruçam sobre as contradições entre a fidelidade à instituição militar e a preservação da instituição familiar.

O Faraó

(Terça, 22.45, TV 2)

Considerado um dos melhores filmes do realizador polaco Jerzy Kawalerowicz, *O Faraó* é uma grandiosa reconstituição histórica do conflito que opôs Ramsés XIII aos sacerdotes, nos quais ele via a origem do declínio do Egipto - um conflito que levou ao seu assassinato. Uma impressionante concentração de sumptuosos guarda-roupa e cenários, minuciosa caracterização e esmagadoras movimentações de massas, num notável esforço de autenticidade e pesquisa estética.

Campo de Sonhos

(Quarta, 21.30, Quatro)

Segundo as referências, este parece ser um filme extremamente curioso que regressa, em moldes modernos, à tradição da encenação do «maravilhoso» que constituiu um terreno por excelência dos mecanismos de evasão do cinema clássico norte-americano: inspirado por «uma voz» que vem do Além, um agricultor de Iowa cria, no meio do seu milheiral, um recinto de *baseball* que constitui o «chamamento» para que ali surjam os espíritos de alguns dos mais míticos jogadores do passado, em particular o de Shoeless Joe Jackson - cuja trajetória inspirara o livro de W. P. Kinsella que serviu de base à adaptação do argumento. A boa interpretação de Kevin Costner e a excelente banda sonora de James Horner parecem ser as tónicas positivas do filme.



Cleavon Little, Harvey Korman e Mel Brooks, em «Balbúrdia no Oeste»



Kevin Costner, Amy Madigan e Dwier Brown, em «Campos de Sonho», de Phil Alden Robinson

A maquineta do conveniente

■ Pedro Tadeu

Se há programa de televisão nada polémico é o estreado na passada quinta-feira pela SIC. Ao que parece toda a gente o condena. Intitulado «Máquina da Verdade», apresenta-se um produto para grandes audiências, destinado a levar ao conforto do lar dos pacatos cidadãos, em total segurança, as personalidades protagonistas dos mais odientos criminosos - sexo, sangue e crime é receita velha - que depois se sujeitam ao teste de um detector de mentiras. Repare-se que se escreveu "detector de mentiras" e não "máquina da verdade" pois essa, se existisse, tinha já, lamentavelmente, liquidado todo o pensamento filosófico desta pobre humanidade...

Convenhamos que é aborrecido o espectáculo do detector de mentiras, apesar de neste caso surgir condimentado pela presença de um "especialista" italiano para dirigir as operações (um norte-americano era melhor, mas saía com toda a certeza muito caro) e de uma "imaginativa" banda sonora do estilo "momento de tensão - chapa 25", marcada pelo inevitável ritmo do bater de um coração, acompanhante de um interrogatório a passo de caracol, e das resposta "sim" e "não" do, digamos, réu.

Diz-se que não é polémico este programa, apesar de durante a semana ter sido muito discutido. Mas foi geral a condenação, mesmo com os cuidados e as palavras de apreço que às vezes se ouviram em relação a Emídio Rangel, director da estação e contratante de alguns dos comentadores em causa.

Condenação tão violenta que até custaria "bater mais no ceguinho", não se corresse o risco de, outra vez, a SIC introduzir uma matriz, já há muito em gestação, de obscenidade ideológica e irresponsabilidade social, capaz de ser transmitida - a praxo em outros casos aconteceu - a práticas televisivas, públicas e vizinhas.

Quem autorizou?

Passando por cima de temas como a fiabilidade do polígrafo, o uso de jornalistas para credibilizar uma operação deste tipo, a invasão da TV num foro onde o bom senso exige especiais cuidados - muitos deles aqui não só ausentes como deliberadamente afastados - ou ainda a questão da possibilidade das autoridades portuguesas permitirem a ida de prisioneiros condenados em tribunal a um programa com estas características - e qualquer garantia dada não podia ultrapassar o obstáculo posto à credibilidade da justiça caso, como aconteceu nesta estreia, o detector de mentiras contrariasse a decisão do tribunal - vejamos, simplesmente, o que este produto televisivo nos deu.

O "artista" convidado foi, nem mais nem menos, o padre Frederico, assassino de um jovem e protagonista de um caso ilustrado na reportagem que antecedeu a entrevista com picantes pormenores: falou-se das "revistas, postais e cassetes falou-se de conteúdo pornográfico e vídeo de conteúdo homossexual", do "jovem de 19 anos, com quem o padre mantinha uma relação amorosa" ou da existência de três outros jovens, alegadamente sujeitos a assédio sexual pelo padre, ouvidos em tribunal à porta fechada.

"Frederico Marcos da Cunha cumpre agora pena na cadeia de Vale de Judeus. Treze anos ocupados a escrever o relatório do seu próprio caso. Contradições de um processo que Frederico não quer esquecer. Até que a verdade seja encontrada." Esta a desconexa conclusão da reportagem SIC, que passa então a apresentar o seu convidado.

Verdade, verdadilha!

A entrevista começa com uma primeira pergunta só ilusoriamente destinada ao padre Frederico: "O senhor sabe que é quase impossível enganar o polígrafo. Por que é que aceitou?" Forma oblíqua de garantir ao telespectador a

infallibilidade da tal "máquina da verdade", as "boas intenções" dos autores do programa, a "justiça justa", que "logo a seguir ao intervalo" a TV, quiméricamente mas com apoio publicitário, confronta com a, pelos vistos, iníqua "justiça dos homens".

Já antes a "integridade" do programa tentava ficar demonstrada com a apresentação do público assistente. Não se pense ser aquele o local para uns quaisquer populares munidos de escova de dentes e passaporte, à espera de um golpe afortunado da vida e de uma viagem a Badajoz. Ali é tudo gente séria: estudantes de sociologia e "advogadas estagiárias".

Depois de um carinhoso questionário ao acusado psicopata pederasta, o jornalista da SIC passa à conversa com as testemunhas deste insustentável "juízo": três senhoras a dizer terem visto o padre ou o jovem assassinado, em locais e horas que teriam impossibilitado o crime, embora um deles não tives-

se ido ao Tribunal ou à polícia, "pelos incómodos" que, na opinião deste cidadão exemplar, isso causa.

Mais ainda, benigno telespectador: os infatigáveis, esforçados, diligentes e inefáveis empregados da televisão mais espantante do país oferecem-lhe aquele depoimento que faltava, a declaração indispensável, a enunciação esclarecedora de uma pessoa fundamental em todo este processo: a Mãe.

Sim, senhoras e senhores, a SIC apresenta-lhes a genuína, autêntica e verdadeira Mãe do criminoso desta noite (!!!)...

Segue-se o momento em que o jornalista (?) põe em dúvida as declarações das testemunhas de acusação. Testemunhas que Carlos Narciso acha que "o Tribunal preferiu" que só terão visto o Luís Miguel "de relance" ou que viram ao mesmo tempo o padre sem se terem visto umas às outras, facto considerado "estranho" pelo apresentador de "Casos de Polícia"...

E um outro momento de digna necrografia se estabelece ao fazer-se a relação entre o homicídio de Luís Miguel, e a morte, dois dias depois, de outro jovem em circunstâncias ditas semelhantes. A polícia, essa, considerou ser este um caso de suicídio.

Maquinação diabólica

E a concluir as "alegações", Frederico retoma a acusação sobre o tribunal de parcialidade por o arguido ser estrangeiro, padre e por "se supor" a sua homossexualidade.

"Terá havido uma maquinação diabólica para o culpar nesta situação. Acha isto uma teoria credível?", pergunta Narciso.

"O diabólica fica por sua conta, mas lá que houve maquinação, sem dúvida", responde Frederico, sabedor profissional dos problemas da invocação em vão dos nomes de Deus e do Diabo.

"O senhor acha que tudo isto que lhe aconteceu foi influenciado pelo ambiente que rodeou o seu julgamento? Havia uma condenação prévia do seu caso?", pergunta, ainda, Narciso.

"Não, as pessoas não me condenaram previamente. Condenaram-me previamente a partir do momento em que o Ministério Público, a Polícia Judiciária, fizeram a mediação do meu caso, colocando coisas que estavam nos autos e que ainda estavam no segredo de justiça, nos jornais e na televisão, inclusivamente na SIC, antes do julgamento..." responde Frederico.

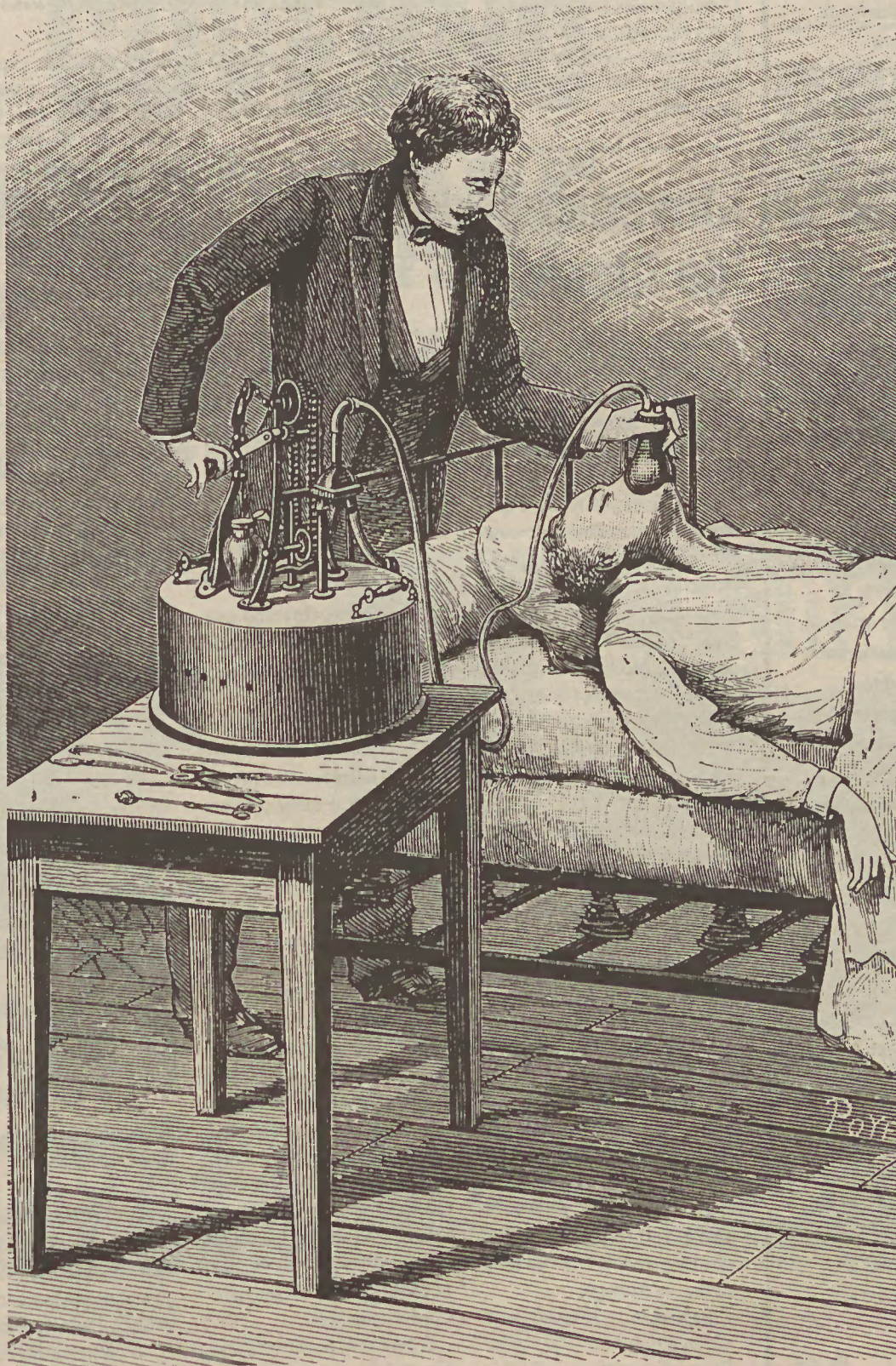
Quem dá agora a mão ao afogado, ajudou antes a empurrá-lo para a água. Quem se lembra das reportagens da SIC durante o julgamento deste caso? Quantas vezes foi Frederico condenado na TV, antes, muito antes, da sentença do Tribunal? Ao contrário do sistema judicial, que aguarda pelas provas antes de condenar alguém, na SIC os presumíveis inocentes não existem.

Qualquer acusado, suspeito, indiciado ou apenas cidadão duvidoso, merecedor do olhar televisivo é, nos dias de hoje, declarado antecipadamente culpado num acto público visto por quatro milhões de portugueses. Todos os dias há uma dezena de telejornais a demonstrá-lo.

Disse que na SIC os presumíveis inocentes não existem? Engano: a SIC inova, não vá a concorrência lembrar-se primeiro, e descobre o lugar certo no pequeno ecrã para os presumíveis inocentes.

Escreva-se, então, num qualquer código volumoso, a nova regra civil: "em TV, o presumível inocente é aquele que foi considerado culpado nos tribunais".

Final, se esta é a caixa das ilusões, por que não embuçá-la de maquineta do conveniente?



ATAQUE de FOICE

«n - 1»

Desde a entrevista de Cavaco Silva ao Público, na semana passada, que ando atarefadíssima a rever os meus conhecimentos de matemática que, diga-se em abono da verdade, nunca foram particularmente famosos. A minha infância foi traumatizada por aqueles fatídicos problemas das torneiras a encher tanques e de comboios a saírem de Lisboa e do Porto, e eu sem perceber porque é que me havia de ralar em descobrir quando é que os tanques ficavam cheios ou os comboios se cruzavam em Coimbra, pois em casa da avó Maria quem enchia os tanques era o Zé Rebelo e nem era à torneira mas com água do poço, e na estação não passavam comboios do Porto nem de Lisboa, as automotoras de Portalegre chegavam sempre atrasadas, e fosse como fosse devia haver horários, e se não houvesse, os de Coimbra que esperassem até o comboio chegar, que era o que nós fazíamos lá no Alentejo.

Foi a custo que a D. Amélia me orientou pelos caminhos ínvios da matemática, com muitas ameaças e castigos pelo meio, pipas de exercícios em cadernos aos quadradinhos e sessões contínuas com o manual em vigor, tão cheios de números, símbolos e fórmulas que os meus olhos sofriam tormentos com o peso das pálpebras, quando não seguiam invejosos o voo das andorinhas e das cegonhas a arquiectarem poemas geométricos em ninhos de Primavera sem números nem fórmulas. Ultrapassada a provação da infância, fiz por sobreviver num mundo onde a dúvida momentosa dos horários de comboios não me tolhesse os passos, e já estava convencida da minha auto-suficiência quando a teoria de Cavaco do "n - 1" me atingiu em cheio. Sem poder recorrer à D. Amélia, que gerações de criancinhas cruéis atiraram para uma reforma num lar de terceira idade onde o expoente do cálculo se fica pelo tabuleiro de damas, e impedida pelo maternal orgulho de pedir explicações aos meus próprios rebentos, decidi consultar às escondidas, altas horas da noite, os livros de matemática que vagueiam lá por casa, ora perdidos debaixo do sofá ora esquecidos em cima da mesa da cozinha, quando não mesmo displicentemente mergulhados no cesto da roupa na casa de banho. A tarefa foi mais fácil do que previa. Em vez de comboios e tanques, heróis da banda desenhada explicaram-me em tiras coloridas a aventura dos números, resolveram-me problemas, ensinaram-me fórmulas, e embora nenhum me tenha falado de Cavaco, nem de legislativas, nem de presidenciais, deixaram claro que a famosa teoria do "n - 1" é coisa de lana caprina, brincadeira de crianças, artimanha a atirar ao pretensioso para exprimir a mais elementar das situações. Se em vez da incógnita (n) pensarmos em laranjas, então o problema ainda se torna mais elementar. Já a D. Amélia se servia delas para nos explicar os eclipses do sol e da lua, e funcionava. Se pensarmos em dez anos de laranjas, então, não há tabu que resista, nem são precisos grandes cálculos para perceber como as laranjas vão ficando mirradas, secas, velhas, azedas, incapazes de atrair um olhar, de estimular um interesse, de acender um desejo. Num caso destes, que fazer? É aí que entra o menos um (- 1), como já devem ter percebido. Trata-se, tão simplesmente, do factor que faz sair de cena a incógnita que deixou de o ser, antes, ou melhor dizendo, no preciso momento em que a única forma de resolver o problema é deitando as laranjas fora. A fórmula, sendo expedita, nem sequer é nova. Num país que em ano de ida às urnas deixa de ter Governo para só ter oposições, todos os meios servem para atingir os fins. Se calhar, é por estas e por outras que a matemática anda pelas ruas da amargura. Ter laranjas disfarçadas de "n - 1" em vez de comboios e tanques não parece ser coisa lá muito motivadora.

■ AF

Projecto de Lei do PCP Garantir o pagamento aos trabalhadores com salários em atraso

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou, sob a forma de alteração à Lei nº 17/86, um projecto de lei que pretende resolver o actual «absurdo legal no respeito pelos direitos laborais dos trabalhadores», garantindo o pagamento de salários em atraso, sem necessidade de suspender o contrato e a prestação de trabalho. A proposta do PCP foi apresentada em conferência de imprensa, na semana passada, pelos deputados Lino de Carvalho e Odete Santos e por Armada Fonseca, do Gabinete Jurídico do Grupo Parlamentar dos comunistas.

O projecto de lei do PCP pretende reduzir os actuais 30 dias para 15 dias sobre a data de vencimento da retribuição, para a caracterização da falta de pagamento devido como um situação de "salários em atraso", permitindo ao trabalhador o uso do mecanismos que a lei prevê para uma maior celeridade.

Por outro lado, permite-se que o trabalhador não seja obrigado a suspender ou a rescindir contrato com justa causa, podendo, caso o queira, manter o contrato e prestação de trabalho (para além das restantes opções já referidas), ao mesmo tempo que acciona os mecanismos que lhe permitam receber os salários a que tem direito.



Lino de Carvalho, Odete Santos e Armada Fonseca apresentaram o projecto de lei do PCP

O articulado apresentado pelo PCP atribui à Segurança Social o pagamento dos salários em atraso,

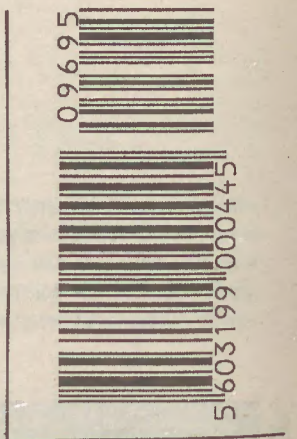
ficando esta sub-rogada nos direitos do trabalhador perante a empresa e garante, pela via de transferência do Orçamento de Estado, que o Orçamento da Segurança Social será compensado pelas verbas dos salários em atraso que liquidar aos trabalhadores e que não consiga recuperar pela via do mecanismo da sub-rogação.

No preâmbulo a este projecto de lei, explica-se que se pretende criar «os mecanismos justos que permitam fazer face ao flagelo dos salá-

rios em atraso no respeito pelos direitos de quem trabalha e sem beneficiar o infractor», lembrando que «a questão dos salários em atraso constitui, a par com o desemprego, uma das expressões mais graves da actual crise social, fruto da política económica dos Governos do PSD».

«Só em Lisboa estimam-se em mais de dez mil os trabalhadores nessa situação, que abrange todo o País mas que assume uma gravidade particular nos Distritos de Braga, Porto, Lisboa e Setúbal», lembram os deputados comunistas.

«A ausência de meios de rendimento que permitam satisfazer as necessidades básicas da família está, em muitos casos, a fazer renascer a fome em muitos lares de trabalhadores que têm de recorrer à solidariedade da família, dos amigos, dos colegas de



trabalho», diz o texto que considera que se trata de «um direito constitucional e fundamental que é intoleravelmente violado perante a insensibilidade do Governo e que questiona as próprias bases do regime democrático».

Actual situação é «imoral»

A Lei nº 17/86, de 14 de Junho, actualmente em vigor, fruto de um longo confronto parlamentar e que contou com vários projectos de lei do PCP (designadamente o Projecto de Lei nº 2/IV), constituiu, à época, um primeiro passo no combate aos salários em atraso.

«É de recordar que foi em 1983 que o PCP apresentou o primeiro projecto de lei que pretendia instituir um sistema de garantia pública do pagamento de salários em atraso (Projecto de Lei nº 14/III) perante, na época, a total insensibilidade do então Governo PS/PSD», lembram os deputados comunistas que adiantam: «A vida veio confirmar as insuficiências da Lei nº 17/86 que, aliás, na altura, o PCP desde logo questionou.»

De facto, a actual lei não prevê nenhum mecanismo de pagamento dos salários em atraso aos trabalhadores nessas condições.

Para que os trabalhadores tenham acesso a uma verba só está previsto o mecanismo da indemnização por rescisão com justa causa ou a percepção de um subsídio de desemprego sendo, para isso, obrigados a rescindir o contrato ou a suspender a sua prestação de trabalho.

«É uma situação profundamente imoral e favorável a quem prevarica. A entidade patronal não só não paga as retribuições em atraso como beneficia com a saída dos trabalhadores nessas condições», consideram os comunistas.

Jovens em defesa do Alentejo

Centenas de jovens alentejanos participaram sábado à tarde em Évora num encontro promovido pelo "Movimento Alentejo, pela regionalização e desenvolvimento" (MARD), criado pelos autarcas da região e que recebeu já a adesão de uma imensa lista de associações, empresas, instituições e personalidades.

Sob o lema "O Alentejo tem futuro", o encontro contou também com a presença de autarcas e dirigentes regionais do PCP, entre eles o deputado Lino de Carvalho e José Soeiro, membro da Comissão Política.

As críticas à política do actual Governo relativamente ao Alentejo, constituíram a tónica das várias intervenções proferidas por jovens em representação de escolas e movimentos associativos dos mais variados concelhos da região.

Com moderação do presidente da Câmara Municipal de Évora, Abílio Fernandes, o encontro de jovens aprovou um documento onde manifesta o seu apoio às propostas e objectivos do MARD, que defende a institucionalização das regiões administrativas e o desenvolvimento do Alentejo.

Referindo-se à importância das propostas do MARD, Abílio Fernandes apelou à união dos jovens, afirmando que "todos



unidos não há Governo que resista", e sublinhou a necessidade de mudança de política em relação ao Alentejo.

Tal como se afirma na proclamação que lançou este movimento, o Alentejo envelhece e desertifica-se de forma progressiva, sendo «um terço do território nacional e mais de meio milhão de portugueses que são conduzidos para uma situação dramática e desumana em resultado de uma política que, marginalizando da sua definição e execução os mais directamente interessados, não tendo presente as suas propostas, sugestões e legítimas aspirações, acentua as assimetrias e desigualdades, conduz ao desinteresse e à desmotivação, não permite o aproveitamento racional dos recursos disponíveis nem a sua potencialização ao serviço de uma verdadeira política de desenvolvimento regional».

É para mudar esta situação que também os jovens alentejanos estão, agora, mobilizados.



Encontro PCP-PEV

No quadro das relações de cooperação entre os parceiros da Coligação Democrática Unitária (CDU), deslocou-se na quinta-feira à sede nacional do PCP em Lisboa uma delegação do Partido Ecológico «Os Verdes» composta pelos dirigentes deste partido, Álvaro Ferreira, Luísa Apolónia e Fernando Pezinho.

A delegação do PCP integrava o secretário-geral, Carlos Carvalhas, o membro da Comissão Política, Carlos Brito e Luísa Araújo, do Secretariado.